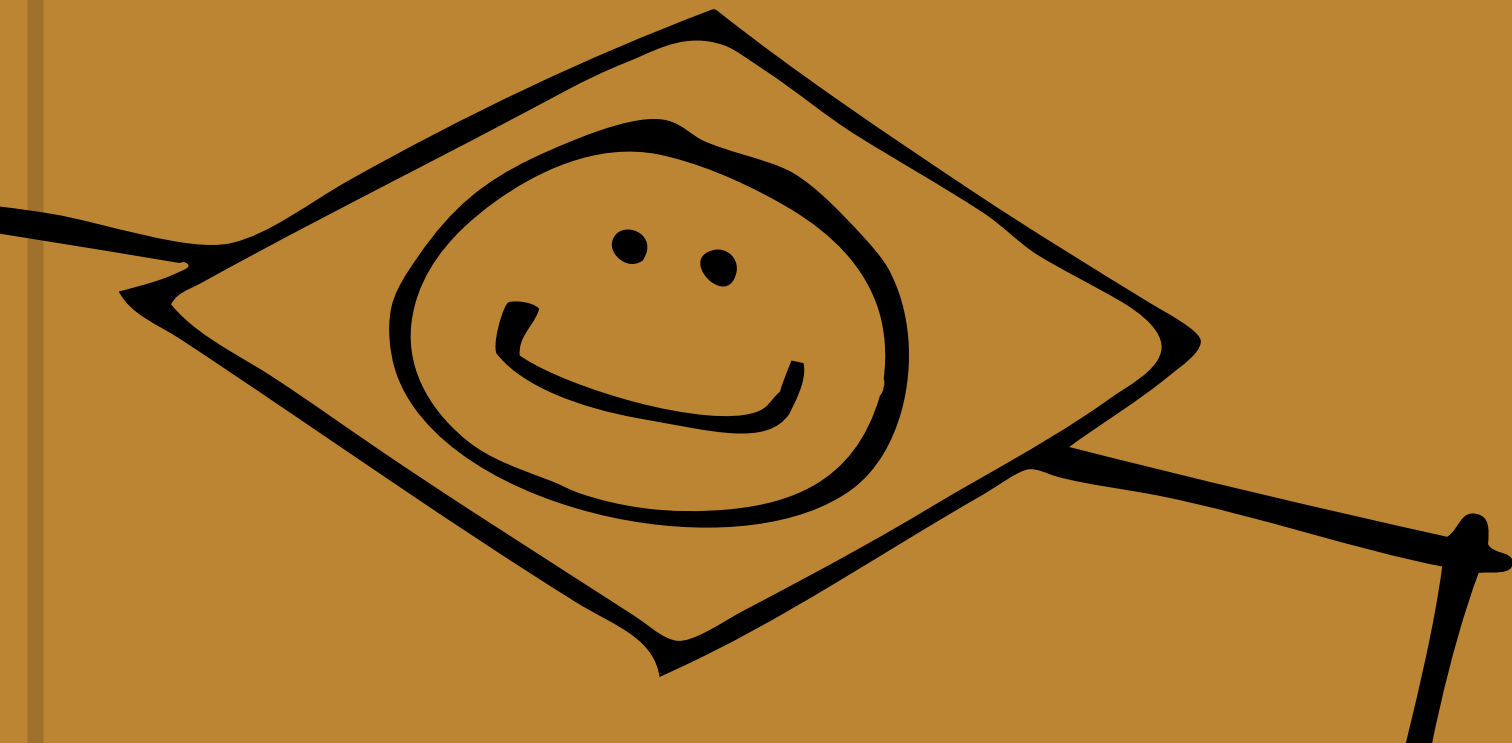


FUNDAÇÃO ABRINQ

A VOZ DAS CRIANÇAS NO BRASIL





inBOOK

Você já pensou em um Brasil em que todas as crianças e adolescentes tenham os seus direitos garantidos? Vagas na escola, educação de qualidade, acesso à saúde, proteção contra a violência, o trabalho infantil e diferentes tipos de fragilidades. Um Brasil em que elas possam crescer, brincar, aprender, se desenvolver e se tornarem protagonistas de suas próprias histórias. Esse é o sonho da Fundação Abrinq! Para isso, nossa proposta é ser uma ponte entre quem quer ajudar e quem precisa de ajuda, mobilizando empresas, voluntários, organizações, doadores e municípios como grandes parceiros nessa missão.

inBOOK

Inbook Editora
Editor e Diretor: Claudio Schleder
Textos: Luciana Delcaro
Revisão de texto: Linotec
Diretor de Arte: Thiago Felizzola
Diretora Financeira: Tábata Schleder
Colaboradora: Dayane Rodrigues
Impressão e Acabamento: Pfiffer Print

© Fundação Abrinq - 2021. Todos os direitos reservados.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A Voz das crianças no Brasil: os 31 anos da
Fundação Abrinq / Organização Claudio Schleder.
1. ed. - São Paulo: Inbook Editora, 2021.

ISBN 978-65-88292-08-2

1. Educação de crianças; 2. Fundação ABRINQ pelos
Direitos da Criança e do Adolescente - História;
3. Fundação ABRINQ - São Paulo (SP) I. Schleder, Claudio.

21-67741

CDD-378.098161

Índices para catálogo sistemático:

1. Fundação ABRINQ: São Paulo: Cidade: História
378.098161

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

PATROCINADOR



APOIADORES



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

10

CAPÍTULO 1

**O CHAMADO PARA A AÇÃO
ANOS 1990-1999**

14

CAPÍTULO 2

**CONSOLIDANDO AVANÇOS
ANOS 2000-2009**

76

CAPÍTULO 3

**FIRME NA LUTA
ANOS 2010-2020**

108

CONCLUSÃO

**TRINTA E UM ANOS DE
LUTAS E CONQUISTAS**

152

INTRODUÇÃO



Hoje em dia, é uma unanimidade afirmar que as crianças e os adolescentes são pessoas em processo de desenvolvimento, que precisam ser protegidos e ter seus direitos respeitados. Mas nem sempre foi assim. Até que a sociedade chegasse a esse consenso, um longo caminho foi percorrido no Brasil e no mundo. No país, a conscientização de que crianças e adolescentes são sujeitos portadores de direitos foi um processo de mudança de mentalidade iniciado no fim da década de 1980 e acelerado ao longo dos períodos seguintes.

A Fundação Abrinq, criada em 1990, orgulha-se por ter colaborado para a construção da consciência sobre a importância de cuidar das crianças e dos adolescentes do país. No início, havia a vontade de defender os direitos dessa parcela da população e de contribuir para a construção de um Brasil melhor. Em consonância com o espírito da época, que era o de erguer um novo país, empresários do setor de brinquedos se uniram para materializar um futuro em que todas as crianças e todos os adolescentes tivessem acesso à educação, à saúde, ao lazer, à cultura e à segurança. Que fossem protegidos e respeitados em suas condições de pessoas em formação.

Dessa vontade nasceu a Fundação Abrinq. Em 1990, o conceito de investimentos socialmente responsáveis e as discussões sobre o papel das empresas na sociedade ainda não eram populares. Mas esses empresários tinham uma visão abrangente sobre o papel do setor privado, especialmente numa sociedade desigual como a brasileira. Eles consideravam que sua função ia além de gerar empregos e pagar impostos: por meio de seu conhecimento gerencial, de seus recursos e de sua capacidade de articular forças e de engajá-las, eles poderiam atuar em parceria com governos, indivíduos e outras organizações sociais em prol da infância e da adolescência. A Fundação buscou a união de forças, saberes e potencialidades em busca de um objetivo comum: a defesa dos direitos do público infantojuvenil.

A vontade que moveu os empresários no início foi se transformando em ações e iniciativas para conscientizar a sociedade

sobre a importância de cuidar da criança e do adolescente, para influenciar a adoção de legislações e políticas voltadas a essa parcela da população e, ainda, para concretizar os direitos de forma efetiva, tornando viáveis os atendimentos na área de educação, saúde e proteção.

Isso tudo foi possível graças ao papel articulador da organização, que atuou canalizando recursos de doadores para entidades que prestavam atendimento às crianças e aos adolescentes, fiscalizando a aplicação dos recursos e a efetividade das iniciativas. A articulação também se deu por meio da formação de redes para a troca de experiências e discussão de propostas e soluções para os problemas que prejudicam a infância e a adolescência saudáveis em todos os aspectos.

Essas ações foram ganhando corpo e se multiplicando de forma acelerada: apenas quatro anos após a sua criação, a Fundação já era conhecida de grande parte da sociedade brasileira e havia se tornado uma referência de organização não governamental voltada para a causa da criança e do adolescente. Além de buscar combater os problemas, ela sempre buscou ser propositiva e mostrar que é possível melhorar as condições de vida da população infantojuvenil, seja por meio da adoção de políticas adequadas, seja por meio de programas e projetos que buscam reduzir fragilidades nas áreas de educação, saúde e proteção.

Este livro conta um pouco dessa história de 31 anos de luta pelos direitos da criança e do adolescente. A constatação de que a melhoria das condições de vida dessa parcela da população de fato se concretizou ao longo desse período, e de que a Fundação Abrinq contribuiu para esse avanço, ao lado de tantas outras organizações, empresas, pessoas e do setor público, é um incentivo a mais para que ela continue em direção a um futuro em que todas as crianças e os adolescentes do país tenham acesso à educação, à saúde, ao lazer, à cultura e à segurança.



O CHAMADO PARA A AÇÃO



A presença de meninos e meninas em situação de rua no fim dos anos 1980 e no início da década de 1990 era uma constante nas grandes cidades brasileiras. Eles dormiam sob marquises e em praças, atuavam como guardadores de carros e pediam dinheiro nas ruas, evidenciando as falhas da sociedade no cuidado e na proteção de suas crianças e de seus adolescentes. Havia também uma grande parcela dessa população com menos visibilidade, mas que também vivenciava situações inadequadas à sua condição de seres em desenvolvimento. Essa parcela trabalhava em casas de família, nas carvoarias, plantações de cana e de sisal, nas fábricas de calçados, ou mesmo era empregada em atividades ilícitas como o tráfico de drogas e a exploração sexual. E havia ainda aqueles que, mesmo sem passar por privações e dificuldades extremas, viviam com precário acesso à educação, à saúde, ao lazer, à cultura, à nutrição e à segurança.



Em meio a esse cenário que trazia consigo muitos motivos para se acreditar num futuro ainda menos animador, surgiu algo novo na sociedade brasileira: a conscientização de que o desenvolvimento passava, necessariamente, pelo investimento na infância e na adolescência. Se cada época tem um espírito, pode-se dizer que, no Brasil da segunda metade da década de 1980, o espírito que se sobressaía era o de construção de um novo país. Durante os anos da redemocratização, a sociedade civil pôde participar dos planos da nação e se uniu em prol de novos ideais e novas práticas, organizando-se para contribuir para a melhora das condições de vida de suas crianças e de seus adolescentes. Vários movimentos surgiram em favor do público infantojuvenil. Eles trabalharam para conscientizar a sociedade sobre a importância de cuidar da infância e da adolescência e, também, para sensibilizar os políticos sobre o tema. O trabalho desses grupos era especialmente importante porque naquela época se discutia sobre a nova Constituição, condizente com o período democrático que se iniciava. Era necessário, portanto, que a Carta Magna refletisse as demandas dos grupos progressistas que lutavam pelos direitos das crianças e dos adolescentes.

Esses movimentos e essas organizações sociais começaram a atuar antes mesmo de instalada a Assembleia Constituinte que iria elaborar a Carta Magna e depois participaram de forma ativa na concepção e elaboração da nova Constituição. Entre eles, estiveram o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), criado em 1985, o Criança e Constituinte (1986) e o Criança: Prioridade Nacional (1987).

O MNMMR unia crianças e adolescentes, educadores e outros profissionais que trabalhavam com crianças em situação de rua. Ele buscava discutir e alterar as práticas relativas ao atendimento desse público. Em 1986, realizou um grande encontro nacional em Brasília e posteriormente participou das discussões e da pressão pela inclusão de direitos às crianças e aos adolescentes na Constituição. O “Criança e Constituinte” visava à elaboração da nova Constituição que regeria o país: seu objetivo era dar subsídios, no que diz respeito às crianças de zero a seis anos, à proposta que o governo encaminharia para a Constituição. Ele foi criado pelo Ministério da Educação – o nome oficial do movimento era Comissão Nacional Criança e Constituinte. Esse movimento contou com representantes de vários ministérios, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), da Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Pastoral da Criança da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do MNMMR, entre outros. Mais de 600 organizações governamentais e não governamentais participaram da comissão ao longo de dois anos.

Outro movimento importante, esse fruto da sociedade, foi o “Criança: Prioridade Nacional”, que levou uma proposta de emenda popular, elaborada por entidades da sociedade civil e especialistas, à Constituinte. A proposta de emenda colheu a assinatura de mais de 250 mil eleitores. Mais de 1 milhão e 400 mil pessoas assinaram também um abaixo-assinado pedindo a aprovação da emenda, que foi entregue ao Congresso Nacional em abril de 1987.



A partir da campanha, foi criado, em março de 1988, o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), que se tornou o interlocutor da sociedade civil junto ao Congresso para os temas relacionados ao público infantojuvenil, além de atuar como mobilizador para a aprovação da emenda.

A campanha de mobilização para aprovação da emenda no Congresso contou com uma ampla divulgação voluntária por parte da mídia. Em maio do mesmo ano, 20 mil meninos e meninas realizaram um abraço simbólico no Congresso Nacional para pressionar pela aprovação da emenda (o episódio ficou conhecido como Ciranda da Constituinte).

A promulgação da nova Carta Magna, em outubro de 1988, marcou o início de uma alteração radical e importante do marco legal referente à infância e à adolescência, sedimentando as bases para que esse público deixasse de ser alvo de iniciativas baseadas em uma visão punitivista e assistencialista para ações calcadas em uma abordagem humana e construtiva.

Foi com a Constituição Cidadã (como ficou conhecida a nova Carta) que, pela primeira vez, os direitos da infância figuraram em uma lei no Brasil. Antes, as crianças não eram titulares de direitos, mas, sim, alvos de medidas judiciais sempre que a situação exigia a intervenção do Estado. A Constituição de 1988 adotou a Doutrina da Proteção Integral de Direitos, abandonando a Doutrina da Situação Irregular até então praticada – o que representou um avanço na proteção dos direitos humanos fundamentais.

A Doutrina da Proteção Integral, como o próprio nome indica, preconiza que todas as crianças e todos os adolescentes – não apenas aqueles em situação irregular (conforme definição dada pelo Código de Menores¹) – merecem cuidados da sociedade, proteção prioritária e respeito às suas condições de pessoas em processo de formação. A adoção dessa doutrina pode ser vista no artigo 227 da Constituição, que reconheceu amplos direitos às crianças e aos adolescentes:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”



O artigo 228 também foi uma importante conquista:

“São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.”

Ambos os artigos foram originados das demandas da emenda popular entregue pelo “Criança: Prioridade Nacional” ao Congresso. Crianças e adolescentes equipararam-se aos adultos quanto aos direitos, além de terem sido reconhecidos como seres ainda em formação e desenvolvimento, e, como tais, merecedores de proteção por parte de toda a sociedade.

A atualização e a modernidade da Carta Magna no que diz respeito à proteção das crianças e dos adolescentes foi confirmada, em 1989, pela Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), por parte da Assembleia Geral das Nações Unidas.² A convenção é um tratado que visa promover os direitos da criança e protegê-la. Também adota a Doutrina da Proteção Integral.³

Ela é o tratado mais amplamente aceito na história universal, assinado por 196 países.⁴ Reconhece que as crianças têm direito à vida, que os Estados devem assegurar a sua sobrevivência e o seu desenvolvimento e que todas as ações envolvendo crianças, por parte do Estado, devem ser pautadas pelo interesse delas. Os Estados também pactuaram não promover discriminações de nenhum tipo.

Os países signatários se comprometeram a assegurar que as crianças tenham acesso à proteção e a cuidados para o seu bem-estar, que sejam informadas de seus direitos e possam participar de decisões que impactem suas vidas. Eles também precisaram adotar medidas para proteger a criança contra negligência, maus-tratos, violência, abuso e exploração de qualquer natureza.



Após a promulgação da Carta Magna, iniciou-se a mobilização pela regulamentação dos artigos 227 e 228, que seria necessária para assegurar esses direitos na esfera legislativa. Até então, vigorava o Código de Menores. O Fórum DCA e a Coordenação de Curadoria do Menor de São Paulo deram o primeiro passo para a regulamentação por meio da elaboração de um projeto de lei, apresentado à Câmara dos Deputados em 1989. Outras proposições vieram (como a da assessoria jurídica da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a Funabem). Um grupo de trabalho no Fórum DCA passou a se dedicar à redação de um substitutivo para o projeto. As discussões foram ganhando fôlego, assim como a mobilização social.

Ao mesmo tempo em que se discutia a regulamentação dos artigos, o país entrava no ano de 1990 com a esperança de que o presidente eleito, Fernando Collor de Mello, conseguisse debelar a inflação que, só em 1989, havia sido de 1.863,56% ao ano.⁵ Os preços de bens essenciais como alimentos e remédios, além dos supérfluos, eram remarcados todos os dias, prejudicando especialmente a população mais pobre, que não tinha acesso ao sistema bancário e nem a aplicações financeiras corrigidas pelos índices de preços, e cujo dinheiro comprava cada vez menos.

Essa situação afetava as crianças e os adolescentes, além de outras camadas sociais mais vulneráveis, como os idosos e as pessoas com deficiência. Os efeitos dessa pobreza poderiam ser mitigados se crianças e adolescentes tivessem acesso a serviços de educação, saúde, lazer, cultura e segurança. No entanto, nem sempre era o que acontecia: muitos experimentavam um quadro amplo de violações de direitos: não frequentavam a escola, não contavam com acesso ao saneamento básico, ao sistema de saúde, à nutrição adequada e não tinham suas integridades física e psíquica garantidas.

Na tentativa de debelar a inflação, logo após assumir, o presidente lançou um plano econômico, conhecido como Plano Collor, que congelou os depósitos bancários à vista e a prazo (evento que ficou conhecido como confisco da poupança), reduzindo drasticamente a moeda em circulação e levando a economia a uma contração de 4,35% em 1990.⁶ As medidas não surtiram o efeito desejado e a inflação voltou com vigor.



Foi nesse contexto de turbulência no campo econômico e de mobilização social com relação aos direitos das crianças e dos adolescentes que nasceu a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente (Fundação Abrinq). Seu embrião havia surgido no ano anterior, quando foi formada

uma diretoria de defesa dos direitos das crianças dentro da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq). O setor de brinquedos estava atento à questão da desigualdade e aos problemas sociais que impediam que as necessidades básicas das crianças fossem atendidas – educação, saúde e segurança – e, também, o acesso aos brinquedos.

O empresário Oded Grajew, que presidia a Abrinq, havia ficado impressionado com um relatório do UNICEF sobre a situação das crianças no mundo e teve a ideia de mobilizar os colegas do setor para realizar alguma iniciativa em prol da infância no Brasil.

A visão desses empresários – representados por Grajew, Synésio Batista da Costa, Emerson Kapaz, Sérgio Mindlin, Helio Mattar, Rubens Naves e Carlos Antonio Tilkian – era a de que a criação de uma sociedade mais justa passava, necessariamente, pelo investimento nas crianças e nos adolescentes. O setor produtivo dispunha de conhecimento gerencial, agilidade e recursos e poderia atuar como um articulador entre diversos atores sociais. Ele poderia se engajar para contribuir para a solução dos problemas sociais do Brasil, em vez de esperar que o poder público os resolvesse sozinho.

A época não poderia ser mais propícia, até por conta das discussões referentes à regulamentação dos artigos 227 e 228 da Constituição – que se tornaram a espinha dorsal do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e nele foram incorporados.⁷ A elaboração do Estatuto contou com a participação de associações e de movimentos da sociedade civil como a Fundação Abrinq, com juristas, educadores sociais, com pastorais da Igreja Católica e com técnicos de órgãos do governo voltados à parcela infantojuvenil da população, além dos congressistas. Esses grupos chamavam a atenção para o problema da infância no Brasil – em especial, mas não exclusivamente, para as crianças e os adolescentes em situação de rua – e pleiteavam uma grande reforma no Código de Menores, em vigor até então.



Cinco mil crianças sobem a av. São Luís rumo à praça da Sé, em São Paulo

da passeata.

Pág. 7

Empresas aceitam desafio de agir pelas crianças

Dezenas de empresas estão respondendo ao desafio de fazer valer os Direitos da Criança. Cada uma a seu modo, as empresas divulgam mensagens alusivas à saúde das crianças em sacolas, embalagens e folhetos. Outras reúnem-se numa "corrente de engajamento" e estão fabricando cinco milhões de colheres-medida para preparo de soro caseiro. Agências de publicidade criam anúncios e filmes veiculando mensagens em favor da infância. Indústrias têm doado seus produtos para possibilitar a divulgação dos Direitos da Criança. Todo este trabalho vem sendo estimulado pela Fundação Abrinq, entre outras entidades, mobilizando a iniciativa privada a fazer sua parte.

Pág. 3



Os alunos da Pueri Domus pintaram os muros da escola com temas alusivos à Declaração dos Direitos da Criança; outras instituições educacionais vêm trabalhando o tema de diferentes formas.

Pág. 4

O combate à violência é dever de todos

Os empresários podem agir concretamente para reduzir a violência contra crianças e adolescentes, propõe o pedagogo e consultor do Unicef, Antonio Carlos Gomes da Costa. Primeiro, podem dedicar parte de seu tempo a trabalhos destinados a modificar o caráter das relações entre os cidadãos, principalmente os mais pobres. Segundo, podem apoiar movimentos e entidades em defesa da infância, além de realizar doações dedutíveis do IR aos Conselhos Municipais, Estaduais e Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a serem criados. Em todo o país, existem diversas entidades que agem diretamente no combate à violência contra as crianças.

Pág. 5

ABQ . MEM . 10 . 1570

O Código datava de 1979 e havia sido uma tentativa de resposta à situação de crianças e de adolescentes tidos como perigosos para a sociedade e que podiam ser objeto da atuação da Justiça de Menores – com amplos poderes para decidir sobre o destino dessas pessoas.⁸ Ele se baseava na Doutrina da Situação Irregular, que entendia que as crianças e os adolescentes (“menores”) mereciam atenção do Estado quando se encontrassem em situação irregular, deixando de contemplar os demais.⁹ O tratamento dado às crianças e aos adolescentes em conflito com a lei em unidades da Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (Funabem), órgão anteriormente encarregado de cuidar de crianças e de adolescentes em situação de risco ou em conflito com a lei, assemelhava-se ao do sistema carcerário. Na visão das organizações e dos grupos que trabalhavam por essa parcela da população, a nova legislação deveria dotar a juventude de direitos e privilegiar uma abordagem de proteção, abandonando a visão punitiva até então prevalente.

O estatuto, com relatoria da deputada Rita Camata, foi sancionado em 13 de julho de 1990 pelo presidente Fernando Collor de Mello. Tratava-se de uma das primeiras leis já totalmente em linha com as diretrizes da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC). Ele mudou bastante a forma de tratamento dada, por parte do Estado, às crianças e aos adolescentes (são consideradas crianças todas as pessoas até os doze anos incompletos, e adolescentes aqueles entre doze e dezoito anos). O ECA inspirou a reforma de pelo menos 15 legislações na América Latina, de acordo com o antropólogo Benedito Rodrigues dos Santos.¹⁰



A ideia por trás da nova lei era a de que o Estado estivesse mais presente junto ao público infantojuvenil por meio da proteção e da garantia dos direitos, deixando as intervenções punitivas como último recurso. A internação em unidades para crianças e adolescentes, que era rotineira e não tinha prazos e condições determinadas, tornou-se uma alternativa apenas quando atos infracionais com grave ameaça ou violência à pessoa fossem cometidos. Ou seja, a lei determinou que ela ocorresse apenas em casos excepcionais, de forma breve e respeitando a condição de ser em desenvolvimento do adolescente. O interesse das crianças e dos adolescentes passou a ser considerado prevalente e eles começaram a ser escutados nas questões que envolvem o Estado e a Justiça.

“O ECA foi um marco importantíssimo, um norte muito claro para a elaboração das políticas públicas referentes à criança e ao adolescente. Foi o estatuto que possibilitou também o surgimento de uma série de leis que vêm beneficiando crianças e adolescentes brasileiros desde a década de 1990”, afirma o advogado Rubens Naves, ex-presidente da Fundação Abrinq de 2002 a 2005 e conselheiro desde 1996.

O Estatuto abordou até mesmo questões que geralmente não mereciam atenção, mas que eram fundamentais para o acesso às políticas públicas. Um exemplo é a questão do registro de nascimento, que é um direito de crianças e de adolescentes. A inexistência do registro tornava essa parcela da população invisível e impossibilitava até mesmo a cobrança de políticas públicas voltadas para essas pessoas. “O ECA promoveu uma revolução, até mesmo em termos estatísticos”, diz Naves.

Concebido pelo Estatuto, o Sistema de Garantias de Direitos (SGD) foi criado no ano seguinte, em 1991, para tornar concreta a proteção especial e prioritária às crianças e aos adolescentes. O SGD funciona por meio da parceria entre o poder público e a sociedade civil e se articula como uma rede de três eixos principais: promoção de direitos, defesa de direitos e controle social.





O primeiro eixo é composto pelos serviços e pelas políticas públicas de atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, de promoção dos direitos humanos e de medidas socioeducativas, exercidas por órgãos do Poder Executivo federal, estadual, municipal, mas com a participação de toda a sociedade. A defesa de direitos – o segundo dos eixos – atua para cessar violações e responsabilizar seus autores. Fazem parte dela os conselhos tutelares, os ministérios públicos estadual e federal, o Poder Judiciário, as defensorias públicas e órgãos de segurança pública. O terceiro eixo é o controle social ou de efetivação dos direitos, responsável por formular e avaliar as políticas, por meio dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e com peso bastante importante da sociedade civil.

O principal órgão do SGD é o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), criado em 1991.¹¹ Ele define as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e fiscaliza as ações de execução, sempre seguindo as diretrizes do ECA.

Na estrutura criada, o papel dos municípios na atenção à infância e à adolescência é muito importante, principalmente por meio dos CMDCA, dos conselhos tutelares e de Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fundos DCA).¹² Já a União e os estados devem prover suporte técnico e financeiro para que os municípios tenham condições de construir suas redes de atendimento a esse público. Os estados também contam com seus conselhos de direitos.

A estrutura foi pensada para funcionar de forma integrada, cabendo aos CMDCA o papel de articulação entre os diversos integrantes do SGD. O sistema prevê a participação da população, por meio da eleição dos conselheiros tutelares. Já os conselhos de direitos devem ser constituídos igualmente por membros da sociedade civil, por meio de eleição, e dos governos municipais.





No entanto, mesmo com o pioneirismo no campo legal, ainda havia muito o que caminhar para melhorar a vida da população infantojuvenil. As condições econômicas e sociais no início da década eram críticas, atingindo especialmente as parcelas mais frágeis da população. Alguns indicadores referentes às crianças e aos adolescentes são úteis para dar uma noção da magnitude das violações de direitos.

A taxa de mortalidade na infância (que considera mortes de crianças de até 5 anos) era de 52,5 óbitos por mil nascidos vivos em 1990.¹³ Apenas neste último ano, cerca de 191 mil crianças até essa idade morreram no Brasil. Esse indicador é fortemente influenciado pela taxa de mortalidade infantil (de bebês de até um ano, faixa etária em que os riscos são maiores), refletindo o desenvolvimento econômico e os cuidados com a saúde materna e infantil. A taxa de mortalidade infantil brasileira era de 45,2 (45,2 óbitos para mil bebês nascidos vivos) em 1991.¹⁴

Entre as causas para a elevada mortalidade naquela época estavam, por ordem, a prematuridade – que pode ser minimizada com o acesso das gestantes a exames pré-natais e acompanhamento médico durante a gravidez – e as doenças diarreicas, facilmente evitáveis desde que haja acesso a saneamento básico, condições de higiene e bom estado nutricional. Em seguida, vinham as infecções no trato respiratório inferior e a asfixia e os traumas no nascimento.¹⁵



A desnutrição infantil também era um problema sério na época: 7,1% das crianças com menos de 5 anos estavam abaixo do peso em 1989.¹⁶ Sem a nutrição adequada, essas crianças apresentavam *deficits* de crescimento, e ambos estão associados à maior incidência de problemas de saúde (como doenças infecciosas), a prejuízos no desenvolvimento psicomotor e a dificuldades de aprendizagem, com outros impactos que podem perdurar por toda a vida, como a menor capacidade produtiva.



No campo da educação, os indicadores também mostravam uma realidade de privação de parcela expressiva desse público. Muitas crianças e adolescentes brasileiros entre 7 e 14 anos ainda não tinham acesso à escola – o Ensino Fundamental ainda não havia sido universalizado. Em 1991, a taxa de atendimento, indicador que mostra o acesso da população ao sistema educacional, era de 89% das crianças e dos adolescentes entre 7 e 14 anos, ou seja, com idade para cursar o Ensino Fundamental naquela época.¹⁷

Dito de outra forma, 11% não frequentavam os bancos escolares nessa etapa da educação (a única obrigatória até então). A taxa de atendimento leva em conta a frequência à escola, sem considerar se o aluno está numa série adequada à sua idade e se está defasado em relação ao que seria esperado. No mesmo ano, 12,1% dos adolescentes entre 15 e 19 anos não conseguiam escrever um pequeno bilhete simples (eram considerados analfabetos).¹⁸

No Ensino Médio, o percentual de adolescentes que tinha acesso às escolas era ainda inferior: 62,3%. Muitos se afastavam dos bancos escolares por motivos como a gravidez precoce e a necessidade de trabalhar. Em 1991, a taxa de abandono escolar era de 18,3% no Ensino Fundamental e de 21,9% no Ensino Médio.¹⁹ Essa taxa se refere aos alunos que abandonaram as aulas dentro do mesmo ano letivo, mas que voltaram a estudar no ano seguinte. Já a taxa de evasão leva em conta os alunos que não se matricularam no ano seguinte ao abandono, ou seja, trata de uma ausência prolongada ou mesmo definitiva dos estudos. Em 1991, a taxa de evasão no Ensino Fundamental era de 6,4% e, no Médio, de 6,2%.²⁰

Com relação ao trabalho infantil, ainda era comum que ele fosse naturalizado e tido como positivo – de acordo com essa visão, ao se engajarem em tarefas produtivas, crianças e adolescentes ajudariam no sustento da família e ficariam afastadas da criminalidade. Nem sempre se viam os efeitos adversos do trabalho infantil, que pode afetar o desenvolvimento intelectual e emocional da criança, sobrecarregando-a com preocupações e ocupações inadequadas à idade e impedindo-a de exercer uma necessidade básica, a de brincar. Outro malefício do trabalho infantil é que ele costuma impedir o acesso à educação formal por parte da criança ou do adolescente, que, por falta de tempo, não consegue se dedicar adequadamente aos estudos ou mesmo não frequenta a escola. Em outras situações, está também relacionado a maus-tratos e abuso no trabalho doméstico e à exploração sexual.



O trabalho infantil doméstico se mostra especialmente complicado de combater por conta da dificuldade de fiscalização e facilidade de dissimulação, e sua erradicação se mostra desafiadora também por questões culturais. Ele costuma ser bastante prejudicial por privar a criança de sua família de origem sem integrá-la de fato numa nova família, além de afastá-la do convívio social.²¹

A profunda crise econômica iniciada na década de 1980 agravou a questão, a tal ponto que o Brasil era considerado um dos países do mundo com situação mais crítica com relação ao trabalho infantil. As estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) davam conta de que 90 milhões de crianças trabalhavam no globo, sendo pelo menos 10%, ou 9 milhões, brasileiras: “Visto em perspectiva, talvez esse tenha sido o pior momento da história das crianças e adolescentes do país, dada a intensidade da violação de seus direitos e sua abrangência geográfica”, observou relatório da OIT, referindo-se ao Brasil no período que vai de 1980 a 1992.²²

Em termos proporcionais, quase um quarto de toda a população infantojuvenil trabalhava no início da década de 1990. Em 1992, o Brasil contava com 43 milhões de crianças e de adolescentes entre 5 e 17 anos. Estimativas davam conta de que 9,6 milhões de crianças e de adolescentes estavam em situação de trabalho naquele ano, ou seja, 22,3% dessa parcela da população.²³

Esses indicadores, que mostravam deficiências em vários campos, eram condizentes com a crise econômica – os tempos de hiperinflação – e política da época. Em 1992, o presidente Fernando Collor de Mello sofreu *impeachment* e foi substituído pelo seu vice-presidente, Itamar Franco, que governou de 1992 a 1994.



Nesse contexto desfavorável, mesmo contando com uma legislação de ponta, percebe-se que as violações de direitos das crianças e dos adolescentes ainda eram constantes e frequentemente estampavam as manchetes dos jornais. A implementação das leis mostrava-se bastante complexa, dada a dimensão continental do país e de suas desigualdades, que contribuíram para a demora na instalação dos conselhos previstos pelo Sistema de Garantias de Direitos (SGD) e dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fundos DCA). A mudança de mentalidade proposta pelo ECA (de punição para proteção) também foi lenta e parcialmente absorvida.

O caso mais emblemático da década sobre a questão das crianças e dos adolescentes em situação de rua e da violência extrema foi a Chacina da Candelária, ocorrida em 1993, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Cerca de 50 crianças e adolescentes dormiam perto da igreja quando, no dia 23 de julho de 1993, homens encapuzados abriram fogo contra o grupo, matando sete crianças e um jovem maior de idade. A tragédia chocou os brasileiros e chamou ainda mais atenção para a necessidade de agir para transformar a realidade social da parcela infantojuvenil da população.

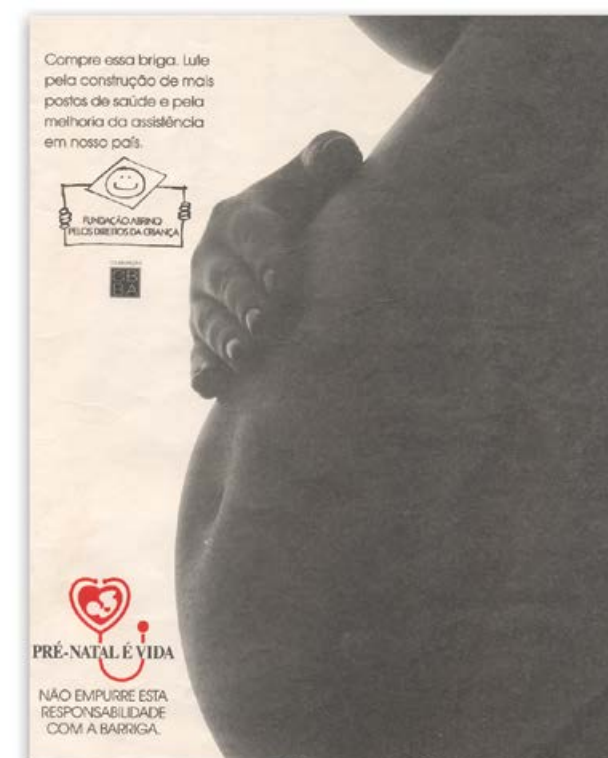
No mesmo ano da chacina, a causa da criança e do adolescente recebeu mais ênfase por parte dos legisladores, que formaram a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, uma frente suprapartidária no Congresso Nacional e que congregou, na época, 49 deputados e 13 senadores.²⁴ O embrião da frente havia surgido durante os debates para a redação da Constituição e do ECA, mas ela surgiu oficialmente em 1993. Um dos seus objetivos era criar, no Congresso, uma rede defensora dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo em vista que a Constituição sofreria uma revisão em 1993. Os temores eram de que os artigos 227 e 228 – cruciais para o ECA – fossem alterados durante essa revisão.

Um importantíssimo marco para o país veio em 1994, com o Plano Real, que por fim conseguiu controlar a inflação, contribuiu para a melhoria das condições econômicas da população em geral e beneficiou também suas parcelas mais frágeis. Com a estabilidade monetária, o poder de compra dos mais pobres elevou-se e começou a ser implantada uma série de políticas públicas para reduzir o trabalho infantil e aumentar o acesso à escola.

Também em 1994 ocorreu uma iniciativa pioneira, que seria replicada e ampliada no Brasil: foi criada a Bolsa-Escola, no Distrito Federal (à época governado por Cristóvão Buarque), que transferia recursos para famílias de baixa renda com filhos de 7 a 14 anos, para que elas os mantivessem estudando. A conscientização de que o trabalho infantil é um mecanismo de perpetuação da pobreza e do subdesenvolvimento foi paulatinamente assimilada pela sociedade, que passou a perceber os benefícios de combater a prática. Governo e sociedade trataram o tema com mais seriedade, empenhando-se para mudar a situação.

Em 1994, foi criado o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) para aglutinar e articular todos os que trabalhavam com políticas e programas para erradicar o trabalho infantil no país. O fórum contou com o apoio do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) da OIT e do UNICEF e se constituiu como um espaço de discussão de propostas e estratégias para atacar o problema. Ele era formado por representantes dos governos, dos trabalhadores, dos empregadores, de organizações não governamentais (ONGs), do Poder Judiciário e de organismos internacionais. A constituição do Fórum foi um divisor de águas com relação à percepção e ao tratamento da questão do trabalho infantil no Brasil.²⁵

Em 1996, com base na metodologia e nas prioridades definidas pelo FNPETI, que representava as demandas da sociedade, o governo criou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). O programa dava uma ajuda financeira às famílias para que retirassem os filhos de seus trabalhos, com a contrapartida de que eles frequentassem a escola. Inicialmente, seu foco foram as crianças que trabalhavam em carvoarias no Mato Grosso do Sul (MS), e depois ele se estendeu para outras regiões do país.





Um ano depois de sua constituição, o PETI intensificou o auxílio por meio da criação de uma jornada escolar ampliada, de forma que as crianças pudessem ficar mais tempo na escola, evitando que trabalhassem após as aulas. Seu foco, no início, foram as piores formas de exploração infantil, que estavam nas carvoarias, no trabalho com a fibra de sisal e nas plantações de cana-de-açúcar. Ao longo dos anos 2000, ele foi expandido para outras atividades produtivas. O programa também buscou combater e discutir a exploração sexual de crianças e de adolescentes, realizando campanhas, cursos, encontros e seminários sobre a relação entre trabalho infantil e exploração sexual. Ao longo da década, a conscientização sobre a importância de preservar as crianças e os adolescentes do trabalho foi aumentando, e essa foi uma luta conjunta, travada por associações como a Fundação Abrinq, por sindicatos de empregados, pelo governo, por entidades internacionais, como a OIT e o UNICEF, e por ONGs, muitas reunidas no Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI). Conforme ressaltou relatório publicado pela OIT em 2006, analisando a experiência brasileira e de outros países no combate ao problema:

“Algumas ações inovadoras foram extremamente bem-sucedidas, tais como a mobilização do setor empresarial e das autoridades municipais, aos quais se dirigiram dois dos programas da Fundação Abrinq (‘Empresa Amiga da Criança’ e ‘Prefeito Amigo da Criança’).”²⁶

Outra conquista importante para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes ao longo da década foi a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), em 1996. O Fundef estabeleceu as responsabilidades de cada uma das três esferas de governo (municipal, estadual e federal) e definiu critérios para a divisão de recursos voltados à educação entre cada ente federativo, a partir do número de alunos matriculados.²⁷

Recursos do Fundef, por exemplo, foram repassados aos estados e municípios para viabilizar os objetivos da campanha Toda Criança na Escola, lançada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1997, e que objetivava garantir que 2,7 milhões de crianças de 7 a 14 anos, que estavam fora das salas de aula, tivessem acesso ao estudo no Brasil.

No fim da década de 1990, a situação da infância e da adolescência já se mostrava melhor do que no início, graças à estabilização da economia, à implementação de políticas públicas e à maior conscientização da sociedade.

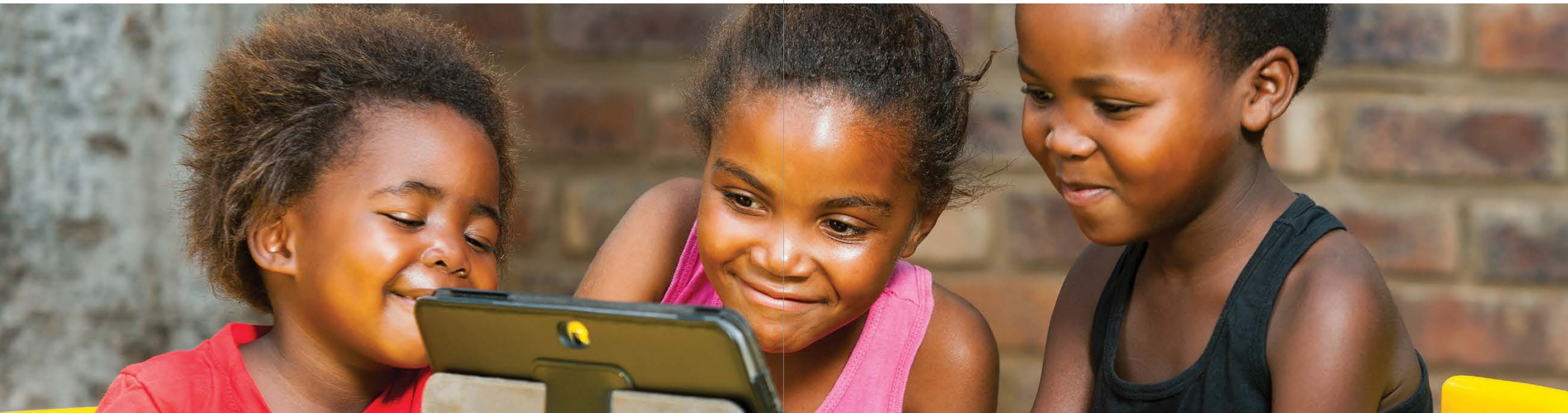
O aumento da escolarização foi uma constante ao longo da década – em grande medida por conta da iniciativa de elevar o *status* da educação na agenda do país, por meio do Fundef e da mobilização de toda a sociedade e do governo para erradicar o trabalho infantil. A taxa de analfabetismo entre adolescentes de 15 a 19 anos caiu de 12,1% para 5% de 1991 para 2000.²⁸ A taxa de atendimento de crianças e de adolescentes entre 7 e 14 anos ao Ensino Fundamental, por sua vez, aumentou de 89% para 96,4%. A taxa de abandono no Ensino Fundamental caiu de 18,3% para 12% (de 1991 a 2000). Já no Ensino Médio, ela recuou de 21,9% para 16,6% (de 1990 para 2000).

Com relação ao trabalho infantil, também houve avanços importantes. O contingente de pequenos trabalhadores recuou fortemente. Eles eram 9,6 milhões em 1992 e 7,7 milhões em 1998 – uma redução de 1,9 milhão em seis anos.²⁹ Nesse mesmo período, o percentual de crianças e adolescentes que trabalhavam caiu quatro pontos, de 22,3% para 17,9%.

O Brasil começou o primeiro ano do novo milênio com cerca de 5,4 milhões de crianças e de adolescentes em situação de trabalho.³⁰ Eles representavam 12,5% da população de 5 a 17 anos (estimada, no total, em 43,1 milhões de crianças e de adolescentes em 2001). O contingente ainda era elevado, mas, mesmo assim, bastante inferior ao dos dez anos anteriores.

A taxa de mortalidade na infância também teve uma redução notável de 1990 a 2000, de 52,5 óbitos por mil nascidos vivos para 30,4.³¹ A melhora das condições sociais também fez com que se reduzissem as mortes por conta de más condições de higiene derivadas da ausência de saneamento básico. Se antes as doenças diarreicas eram a segunda causa que levava nossas crianças a óbito, elas passaram a ser, em 2000, a sétima *causa mortis* da população até 5 anos. As complicações decorrentes de partos prematuros continuaram como principal causa de morte.

No entanto, em um ponto houve um retrocesso ao longo da década: enquanto as mortes por causas naturais foram reduzidas substancialmente, as mortes por causas externas – que representam a forma mais extrema de violência – aumentaram.



As mortes violentas (conceito que inclui acidentes, suicídios e homicídios) se mantiveram em alta no Brasil ao longo da década – inclusive de crianças e de adolescentes. O estudo “Mapa da Violência III – Os jovens do Brasil”, publicado no ano 2002, salientava:

“Uma conclusão estarrecedora do presente trabalho é o contínuo aumento dos homicídios, sobretudo, entre os jovens. Mais preocupante ainda é o fato de que o aumento dos homicídios juvenis é o responsável absoluto pelo incremento da violência homicida nos últimos 20 anos de nossa história.”³²

O estudo levantou que 12,2% dos óbitos da população no ano 2000 podiam ser atribuídos a causas externas (homicídios e acidentes, principalmente), enquanto entre os jovens esse percentual era de 70,3%. Enquanto o número de homicídios no Brasil aumentou 50,2% de 1991 a 2000, os assassinatos de jovens de 14 a 24 anos cresceram 77% no mesmo período.³³ A taxa de mortalidade por homicídio de adolescentes de 15 a 19 anos, na região Sudeste, a mais povoada, aumentou de 48,4 (48,4 por 100 mil) em 1990 para 62,6 (62,6 por 100 mil) em 2000.³⁴





A Fundação Abrinq nos anos 1990-1999

Na virada de 1988 para 1989, o empresário Oded Grajew descansava com a família no sítio do irmão, perto da cidade de São Paulo (SP), e se deparou com uma notícia sobre um relatório do UNICEF sobre a situação da criança no Brasil e no mundo. “Estava lendo o jornal e vendo os péssimos indicadores da infância brasileira, em termos absolutos e relativos, e tive a ideia: por que a gente não coloca a Abrinq a serviço dos direitos da criança?”, lembra.

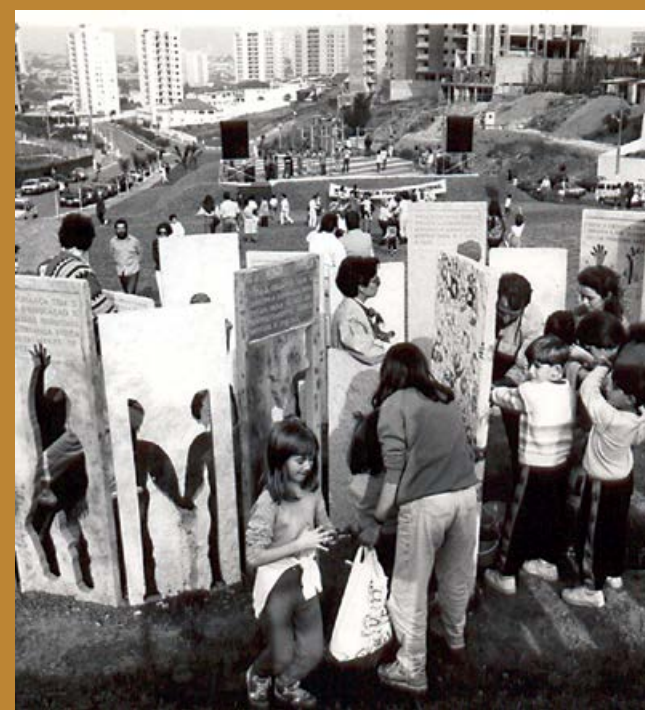
Quando voltou para São Paulo, Grajew ligou para o UNICEF para contar sobre o seu propósito e sondar sobre sua viabilidade: “Quería saber se era uma ideia muito louca e estapafúrdia ou se ela fazia algum sentido”. O representante do fundo no Brasil, Agop Ayayan, não pôde atendê-lo, mas o representante adjunto o recebeu e o escutou. “Ele disse que nunca havia sido procurado por nenhuma entidade empresarial e que achava a ideia louca, mas ótima.” A instituição internacional forneceu um importante apoio para o projeto da Fundação, contribuindo para dotar as ações iniciais de consistência e conteúdo.

O primeiro passo após a conversa com o representante da entidade foi obter o apoio dos fabricantes de brinquedos – à época, Grajew era presidente da Abrinq. Em uma reunião com os associados, no prédio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o UNICEF fez uma apresentação sobre a situação da criança e do adolescente no Brasil, mostrando os principais indicadores. Depois que as luzes da sala se acenderam, foi feita a sugestão de criar a diretoria de defesa dos direitos da criança dentro da Abrinq. Corria o ano de 1989 e a primeira diretora foi a educadora Raquel Zumbano Altman.

A comunicação foi, desde o início, uma das linhas estratégicas de ação dessa diretoria – e, logo no ano seguinte, da Fundação. Entendeu-se que o reconhecimento de que as crianças e os adolescentes são seres portadores de direitos, trazido pela Constituição de 1988 e pela Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), poderia se tornar apenas um dispositivo legal sem aplicação se a sociedade não percebesse a importância dessa mudança. Daí o papel central da comunicação.

Para a defesa dos direitos desse público, era necessário conscientizar a população. Isso seria possível por meio de um trabalho de comunicação eficaz, que informasse a sociedade sobre os direitos e suas violações, angariasse o apoio da opinião pública para a causa da criança e do adolescente e, ainda, difundisse experiências bem-sucedidas para mostrar que o problema era possível de ser resolvido. Afinal, como a sociedade poderia pressionar o poder público a colocar em prática toda a gama de direitos estabelecidos nos artigos 227 e 228 da Constituição, se sequer soubesse da existência deles e dos frequentes desrespeitos?

Os primeiros trabalhos da instituição estiveram relacionados justamente à difusão desses direitos e às denúncias que visavam sensibilizar a opinião pública para a situação da criança e do adolescente no Brasil. A diretoria dos direitos da criança da Abrinq obteve o apoio de empresas e empresários sensibilizados pela causa para divulgar os direitos por meio de concursos, campanhas e informativos. Cada um contribuiu como podia, utilizando os próprios produtos, meios de produção e consumidores para difundir a importância do tema.



VOCÊ PODE
FAZER MAIS
PELA INFÂNCIA
DO QUE
IMAGINA



As Lojas Americanas e a rede de óticas e fotografia Fotoptica, por exemplo, divulgaram e realizaram um concurso fotográfico sobre os direitos da criança. A Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf) e as indústrias de papel Suzano, Ripasa e Simão imprimiram gratuitamente 15 mil cópias do livro “A criança e o adolescente na Constituição do Brasil”. A Caixa Econômica do Estado de São Paulo divulgou pôsteres e realizou concursos internos sobre o tema. A rede de restaurantes América imprimiu frases sobre os direitos das crianças nos jogos americanos colocados nas mesas. A Tilibra imprimiu a Declaração Universal dos Direitos da Criança nas contracapas dos cadernos. A Gráfica C. Sarcinelli doou material, e os fabricantes de brinquedos também imprimiram frases sobre direitos nas embalagens. Escolas também fizeram campanhas internas. A Editora Abril abordou o tema em dez milhões de exemplares de revistas e organizou um concurso.

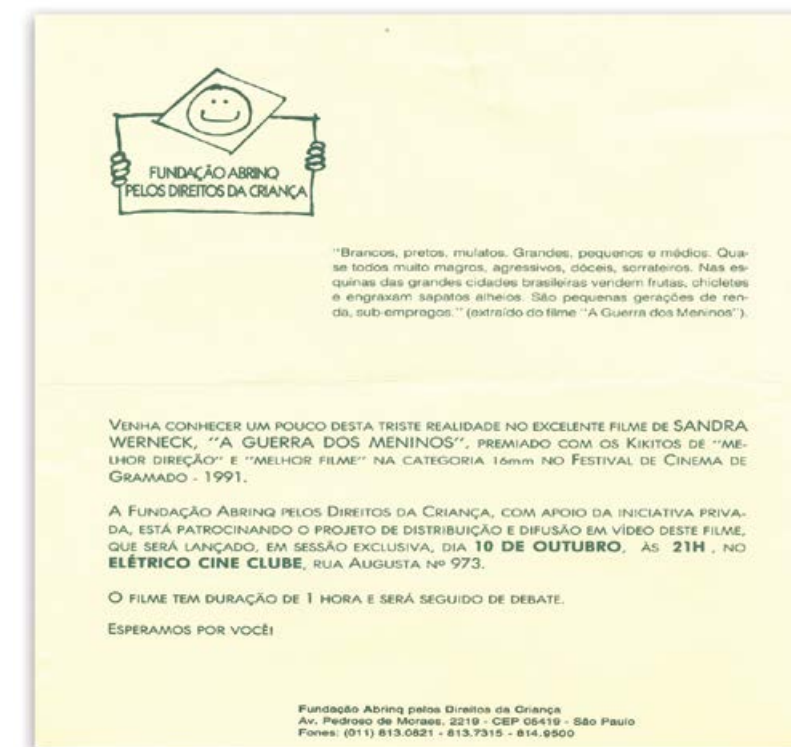
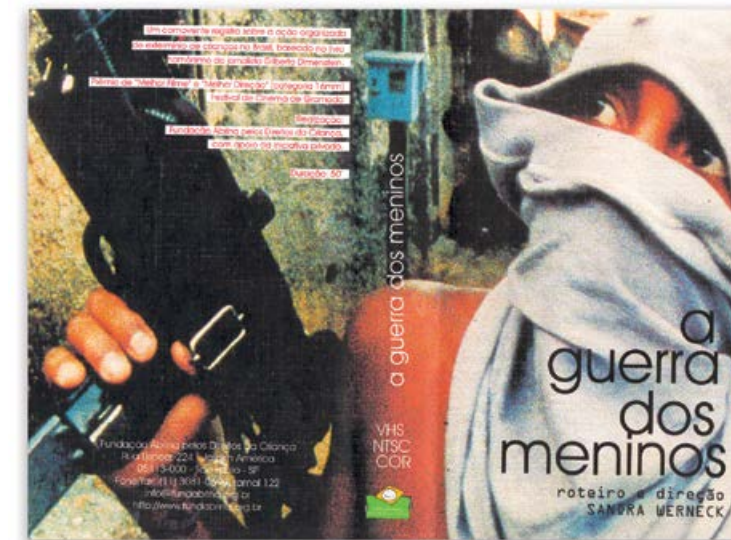
O engajamento foi aumentando. A associação com o MEC e com o UNICEF foi especialmente importante. Em parceria, eles realizaram um concurso e uma campanha de conscientização de alunos da rede pública sobre seus direitos – iniciativa que alcançou 27 milhões de estudantes.

Além da preocupação com a defesa de direitos, outra prioridade presente desde o início foi a divulgação de experiências bem-sucedidas, que propuseram novas soluções à sociedade – a ideia era mostrar que é possível melhorar as condições da infância no Brasil, premiando boas iniciativas e inspirando sua adoção por parte de outros agentes. Baseando-se nessa premissa, a diretoria de defesa dos direitos da criança da Abrinq criou, em 1989, o Prêmio Criança, um evento que reconheceu em cerimônia pública, naquele ano, quatro iniciativas exemplares em prol das crianças.³⁵ No primeiro evento, receberam a estatueta símbolo do prêmio: UNICEF, Pastoral do Menor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Secretaria do Menor do Estado de São Paulo e Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP).

No campo da saúde, uma das primeiras realizações da Fundação Abrinq, ainda em 1989, foi a luta contra a desidratação infantil. O problema, que leva à morte e está relacionado a precárias condições de saneamento básico, pode ser revertido pelo uso do soro caseiro, uma simples solução de sal e açúcar em água – mas cujas medidas precisam ser corretas para realmente promover a reidratação. Nesse campo, foi bastante importante a parceria com o UNICEF, relata Grajew:

“Buscamos encontrar iniciativas que poderíamos fazer com poucos recursos, mas que gerassem impactos. O soro caseiro é simples, salva vidas e gera redução importante na mortalidade infantil.”

Em parceria com o Ministério da Saúde, a Varig e a Vasp, a Abrinq distribuiu adesivos com a receita do soro caseiro. De 1990 a 1993, indústrias de brinquedos e de plásticos prensaram gratuitamente (e transportadoras distribuíram) um milhão de colheres-medida em creches, instituições e órgãos públicos de regiões carentes e distantes dos centros urbanos. Após essas primeiras iniciativas, percebeu-se que, para aumentar o alcance das ações em prol das crianças e dos adolescentes, era necessário ir além do setor de brinquedos. A criação de uma fundação que trouxesse outros empresários e outras entidades para a causa se apresentou como uma evolução natural. A fundação teria o nome da Abrinq, que teve a paternidade da ideia, mas agregaria mais entidades, pessoas e empresas, fortalecendo o movimento de defesa dos direitos da criança. “Nos preocupamos em ter uma estrutura separada para não misturar com as atividades da Abrinq”, lembra Synésio Batista da Costa, presidente do conselho de administração da Fundação Abrinq de 2008 a 2012 e eleito para o mandato de 2019-2022.



O apoio de um público mais amplo se mostrou relevante não só para as atividades de articulação, mas também para alavancar os recursos financeiros destinados aos projetos da instituição. A ideia era constituir instâncias de participação de outros atores que pudessem trazer apoio financeiro, logístico, de conhecimento, informação e realizar trabalhos voluntários.

Em 13 de fevereiro de 1990, a Fundação Abrinq foi formalmente constituída com a finalidade de defender os direitos da criança. A presidência executiva estava a cargo de Suzanne Schonberger e a presidência do conselho de administração era ocupada por Grajew, que desde 1988 havia se afastado do dia a dia dos negócios e passara a se dedicar integralmente ao Terceiro Setor. Colaborações relevantes naquele início também foram dadas por Emerson Kapaz (vice-presidente executivo) e Synésio Batista da Costa (tesoureiro da Fundação a partir de 1992).

Os direitos que a Fundação se propunha a defender, tidos como referência, eram os mais avançados, previstos na Constituição de 1988, na CDC de 1989 e posteriormente no ECA, que estava em discussão e cuja lei de criação seria promulgada em julho do mesmo ano.

Dada a gravidade da situação da infância e da adolescência no Brasil, a atuação no início se voltou ao direito mais básico de todos, o direito à vida. No evento que marcou a apresentação pública da Fundação, realizado em 15 de março de 1990, foi lançado o livro “A guerra dos meninos”, do jornalista Gilberto Dimenstein, que contou com o apoio da instituição. O livro é uma reportagem que investigou o extermínio de crianças e de adolescentes por parte de milicianos, contratados a serviço de pequenos comerciantes que desejavam manter as crianças e os adolescentes longe de suas lojas. Grajew recorda-se da noite de lançamento do livro na cidade de Santo André (SP) como um momento marcante: “O ambiente era tenso, não sabia exatamente quem estava lá, havia muita gente que não conhecia, podia haver milicianos. Era um livro de acusação. Estava morrendo de medo”. O próprio tema escolhido e o tratamento investigativo dado a ele deixavam claro para a sociedade que a organização não estava interessada em fazer *marketing*, mas, sim, seriamente comprometida com a causa das crianças e dos adolescentes.





Ainda no ano de sua criação oficial, a organização participou do IV Fórum Mundial de ONGs em Nova York, a convite do UNICEF, subscrevendo abaixo-assinado para a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) por parte do governo brasileiro (ocorrida em 24 de setembro de 1990) e da campanha “Não matem nossas crianças”, que denunciava o extermínio de crianças e de adolescentes negros por grupos paramilitares e pela polícia. À época, todos os dias, uma criança era assassinada no Brasil.

Desde os primórdios, a primeira linha estratégica para caminhar na luta pelos direitos foi a ação política, ou seja, a mobilização e a articulação das forças sociais, especialmente do empresariado, para tocar projetos que atuam diretamente nas causas que comprometem o respeito aos direitos das crianças. A Fundação Abrinq nunca seguiu o modelo de caridade que pautava as ações de filantropia de antigamente. “Todos os programas e projetos da Fundação visam recuperar e reescrever futuros”, diz Synésio Batista da Costa.

Dada a sua relevância para o público infantojuvenil, o ECA congregou os principais esforços da organização ao longo de 1990, assim como os de ONGs, movimentos sociais dedicados à causa das crianças, representantes progressistas da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), advogados, por meio da OAB, do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) e Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), entre outros. A instituição contribuiu com a elaboração de conteúdo e pressão, ao lado de outras entidades, para que o Estatuto fosse aprovado.

A Constituição já havia reconhecido, no artigo 227, as crianças como portadoras de direitos e, no artigo 228, a imputabilidade dos menores de 18 anos. Mas faltava regulamentar os artigos, especificando papéis e mecanismos que estabelecessem como se daria, na prática, o exercício da proteção do público infantojuvenil. Aprovado em 13 de julho de 1990, o ECA entrou em vigor noventa dias depois, em 12 de outubro de 1990. O caráter inovador e humanitário da lei, aliado à participação popular para sua elaboração, era motivo para comemoração.

Para celebrar a vitória pela aprovação do estatuto e chamar a atenção da população, uma passeata reuniu cinco mil crianças na cidade de São Paulo (SP) – a Fundação foi uma das patrocinadoras do evento, que ficou conhecido como Passeata das Crianças. Crianças de creches e escolas da prefeitura, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR) e de centros comunitários da Pastoral do Menor caminharam da praça da República até a praça da Sé, marco zero da cidade.

“Nosso grande desafio agora é o cumprimento do estatuto”, afirmou Ana Maria Wilhelm, então superintendente da Fundação Abrinq à reportagem publicada no *Estado de São Paulo* no dia seguinte ao do evento.³⁶

Paralelamente às ações de conscientização e de articulação, a instituição apoiava também projetos de educação, saúde e erradicação do trabalho infantojuvenil. A preferência era por propostas concretas para melhorar os atendimentos médico e odontológico, a alimentação e a educação, e que conjugassem três características: fossem de simples realização, com custos assimiláveis e eficazes.

Nas áreas de cultura e educação, a organização criou o Projeto Brinquedoteca no fim de 1990. Se uma das principais necessidades da criança é brincar, e se a brincadeira é necessária para o seu desenvolvimento, era preciso também incentivar espaços lúdicos. O projeto consistiu no fornecimento de material para montar esses espaços em creches e entidades de assistência à infância, além do treinamento de equipes para administrá-los. Ele contou com a doação de três mil brinquedos das indústrias do setor e, a partir de 1992, com o apoio da “Fundação Vitae – Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social”, que implantou 40 brinquedotecas e publicou cinco mil cópias do livro “O direito de brincar – a brinquedoteca”, distribuídas gratuitamente. As brinquedotecas beneficiaram 12 mil crianças.



Como visto, a fala de Wilhelm durante a passeata que comemorava a entrada em vigência do ECA salientava a necessidade de prosseguir na mobilização de forças em prol da infância, começando pelo estabelecimento das estruturas previstas pelo Estatuto, como os conselhos de direitos – municipais, estaduais e federal – e os conselhos tutelares. Para isso, representantes da Fundação Abrinq se encontraram, ao longo de 1991, com líderes parlamentares e civis e participaram de fóruns e encontros para debater a criação dos conselhos de direitos. O trabalho de discussão, conscientização e pressão por parte de entidades como a Fundação surtiu efeitos: no mesmo ano, foi criado o Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança (CONANDA),³⁷ o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA) de São Paulo³⁸ e o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)³⁹ do município de São Paulo.

O trabalho para a instalação dos conselhos prosseguiu em outros estados e a organização considerou necessário ampliar sua atuação para outras frentes. Se a luta inicial era para difundir os direitos e assegurar a instalação dos conselhos por meio da ação junto a câmaras legislativas e diversos órgãos governamentais, na etapa seguinte o desafio mais premente passou a ser o de assegurar esses direitos na prática.

Embora desde o início a Fundação tenha mantido projetos para efetivar os direitos das crianças, foi a partir de meados dos anos 1990 que esses projetos ganharam mais atenção, uma vez que parte do trabalho de *advocacy* já havia sido realizado por meio do acompanhamento à elaboração das legislações e da implantação dos conselhos consultivos e tutelares.

O foco, então, passou para o apoio a projetos que prestavam assistência à criança por meio de alimentação, educação e assistência médica adequadas, além da defesa contra a violência, ou seja, projetos que transformassem a defesa dos direitos em realidades sociais. Os parceiros e líderes da Fundação queriam ver ações concretas, com crianças na escola, bem alimentadas, com saúde e assistência. Ampliaram-se – sem abandonar o trabalho de *advocacy*, as discussões e a comunicação – as ações para beneficiar o público infantojuvenil.

“O Estado tem poucos recursos em face da carência da população, além de ser pouco eficiente. O dinheiro que chega na ponta final, para quem precisa, é pouco. Mas não adianta ficar reclamando do governo, dizendo que está ruim. Quem tem condições deve ajudar. Escolhi a causa da criança e do adolescente porque é necessário apostar no futuro do país e da sociedade. Comecei a contribuir para a Fundação Abrinq porque ela tem credibilidade.”

Sr. Olavo, engenheiro civil, contribui desde 1999.





Essas ações efetivas ficaram a cargo da área chamada de “apoio à comunidade”, que, no início, compreendia iniciativas em educação e cultura, saúde, violação de direitos e, a partir de 1992, trabalho infantojuvenil. Aqui, é importante ressaltar que, desde o início, a instituição não administrava ações diretas: não mantinha creches e escolas, nem prestava apoio direto na área de saúde, mas atuava como uma entidade articuladora (que canalizava recursos de doadores e conhecimentos de especialistas para entidades que prestavam diretamente assistência à infância), exercendo a curadoria dos projetos, selecionando-os e avaliando-os.

O trabalho infantil, que é outra forma de violação dos direitos das crianças, entrou no foco da Fundação Abrinq a partir de 1992, com o objetivo de colocar em prática o que estava na lei: a Constituição proíbe o trabalho de pessoas com menos de 14 anos. A partir dessa idade, é possível que o menor trabalhe na condição de aprendiz (exceto no trabalho doméstico).⁴⁰ “Na época, pouca gente falava de trabalho infantil. Todo mundo fazia de conta que não estava enxergando”, relembra Synésio Batista da Costa.

Trabalho infantil refere-se “às atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente da sua condição ocupacional”.⁴¹ Essa definição é dada pelo plano nacional de prevenção à prática, que ressalta ainda que mesmo as atividades feitas pelos maiores de 16 anos podem ser consideradas trabalho infantil se puderem prejudicar o desenvolvimento físico, psicológico, social e moral do adolescente. É proibido para menores de 18 anos o trabalho doméstico, rural, na produção e comercialização de drogas, no lixo e com o lixo, o trabalho informal urbano e a exploração sexual de crianças e de adolescentes, entre outros.

Como em todos os programas da fase inicial da organização, o foco foi a denúncia, a sensibilização e a conscientização. Para isso, foi importantíssima a parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) feita no fim de 1992. Nesse ano, a entidade internacional decidiu que o Brasil seria um dos seis primeiros países a implementar o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC). O programa envolvia vários atores: ministérios, organizações sindicais e empresariais, ONGs, organismos internacionais, estados e municípios.

A Fundação Abrinq recebeu financiamento, por parte do IPEC, para atuar na conscientização, por meio da comunicação: financiar a elaboração de reportagens sobre trabalho infantil, montar uma exposição fotográfica e fazer um filme-denúncia. A elaboração desse material dependia de viagens para as regiões brasileiras onde as atividades econômicas se davam por meio da exploração da mão de obra infantil, como no cultivo de cana (em todo o país), na fabricação de calçados (São Paulo e Rio Grande do Sul), colheita de laranja (São Paulo), tabaco (Região Sul) e sisal (Bahia).

O ano de 1992 também foi importantíssimo por conta da criação de um programa que se tornou um marco para a organização: o Programa Nossas Crianças. Idealizado no fim daquele ano, ele já refletia o foco nas ações para garantir direitos à saúde, à educação e à proteção especial. A iniciativa era uma forma de tornar concretos os direitos defendidos pela entidade, além de conferir maior destaque e sustentabilidade a ela. Além de possibilitar o atendimento ao público infantojuvenil, atuava também no fortalecimento das entidades que prestavam os serviços. “O Nossas Crianças foi uma oportunidade para falarmos da importância da educação e da saúde. Ele extrapolou os limites do setor empresarial e dos mais envolvidos com a causa da criança. Além disso, ampliou a sustentabilidade, o apoio e a parceria com várias entidades”, avalia Grajew.

O programa funcionava por meio da adoção financeira: cada pessoa (física ou jurídica) custeava todos os meses o atendimento de uma criança, e o papel da Fundação era o de selecionar entidades idôneas que prestavam o atendimento (creches, centros de juventude e abrigos), garantindo que os recursos seriam aplicados integralmente em atendimentos de qualidade. Era uma iniciativa emergencial, voltada para crianças em situação de risco. Naquele início, ele funcionou apenas na região metropolitana de São Paulo, onde a organização podia exercer a supervisão e assegurar a efetiva aplicação dos recursos.

O Nossas Crianças foi lançado em 1993 e, já no início do ano, ganhou um conselho consultivo com especialistas do UNICEF, da Pastoral do Menor e de entidades privadas como o Instituto C&A. Esses parceiros ajudaram a estabelecer critérios de seleção das entidades, assim como metas técnicas dos atendimentos. A Fundação K.W. Kellogg financiou a operação. Em abril, a campanha de arrecadação começou, e em maio teve início a seleção das entidades que atenderiam as crianças e os adolescentes. Em junho, chegaram os primeiros recursos (US\$ 6.4 mil), que permitiram o atendimento de 146 crianças no mês seguinte.



Mas o grande salto veio após uma campanha publicitária, lançada em setembro de 1993 e criada gratuitamente pela agência Lew, Lara Propeg.⁴² No vídeo veiculado em emissoras de tevê, empresários de terno e gravata, em vez de crianças, pediam esmolas entre os carros e enfrentavam as mesmas reações de medo, indiferença e ódio que as crianças costumavam enfrentar. Uma criança então abria o vidro do carro e dava uma bala ao empresário. A peça publicitária terminava com a frase: “Para que as crianças não tenham que passar pela humilhação de pedir dinheiro, a Fundação Abrinq faz isso por elas”. A campanha de mídia incluía também propagandas em jornais e revistas, *spots* de rádio e uma mala-direta pedindo adesão ao projeto, enviada a 100 mil clientes da Credicard, com excelentes resultados. Poucos dias após o início da campanha, em setembro de 1993, os telefones da Fundação não paravam de tocar. Do outro lado da linha, pessoas que queriam fazer doações e adotar financeiramente uma criança. Conforme relatou Sandra M. Mansueti Ribeiro, secretária da diretoria na época: “Poucos dias depois do lançamento do projeto Nossas Crianças a Fundação teve de colocar um sistema de atendimento telefônico automático, porque tinha se tornado impossível atender pessoalmente todas as ligações”.⁴³

A veiculação da campanha trouxe muitos recursos e muita visibilidade à organização. O engajamento da sociedade superou todas as expectativas iniciais, que eram de atender mil crianças no prazo de dois anos. Mas, em dez meses, ela já conseguia viabilizar dois mil atendimentos. Toda essa adesão evidenciava que o apoio à causa da criança e do adolescente, que havia começado pela mobilização de ONGs e outras entidades, agora se expandia para toda a sociedade, disposta a ajudar e a financiar boas iniciativas. Mais pessoas gostariam de se envolver com a causa por meio do patrocínio. Além disso, o apoio do empresariado foi crescente, refletindo a mudança de mentalidade que estava em curso, conforme ressaltava Emerson Kapaz em depoimento publicado em material sobre a história dos primeiros sete anos da Fundação:

“No Brasil, existe um espaço muito grande para a contribuição empresarial quando a causa é bem colocada, porque – como sabe bem a Fundação – o empresário ganhou consciência de que o papel dele não se restringe à administração da sua empresa, que o sucesso não se mede apenas pelo lucro, mas que hoje a articulação social é uma realidade e toda empresa está inserida no contexto social.”⁴⁴





Para prestar contas e manter o engajamento, cada contribuinte recebia um informativo mensal e um relatório semestral sobre o programa. O Nossas Crianças foi um marco para a Fundação Abrinq. Assim que a campanha publicitária começou, ela passou a ser conhecida e respeitada pela sociedade brasileira – o que aumentou a oferta de recursos, as propostas de parcerias e de pessoas dispostas a trabalhar de forma voluntária. Ela atuou, a partir de então, em uma nova escala.

Entre 1992 e 1993, a instituição manteve ainda a campanha “Pré-natal é vida: não empurre essa responsabilidade com a barriga”, que difundia a necessidade e a importância de as gestações terem acompanhamento médico. A campanha de comunicação foi feita por meio de comerciais nas principais redes de tevê, anúncios em revistas e jornais impressos e *spots* em 200 estações de rádio. A ação foi possível graças à parceria com órgãos de mídia e com a agência de publicidade CBBA.

Em 1994, sob o impacto do Nossas Crianças, que levou a organização a um outro patamar, foi necessário repensar sua própria atividade. Até então, a instituição ainda dependia largamente da Abrinq, que lhe cedia espaço, apoio administrativo e materiais de consumo. Após o programa, e com o apoio da Fundação W.K. Kellogg (que contribuiu financeiramente durante dois anos para a infraestrutura do Nossas Crianças), a Fundação buscou autonomia financeira e contratou uma consultoria para elaborar seu Projeto de Fortalecimento Institucional.⁴⁵ Este visava formar um fundo patrimonial, aumentar as arrecadações e estabelecer uma gestão de qualidade para as suas ações. O projeto estabeleceu as áreas temáticas que se tornaram focos de atuação da entidade: defesa dos direitos; saúde, educação e cultura; trabalho infantil; e família e comunidade. Ele estabeleceu a ação política, a comunicação, a gerência de projetos e a captação de recursos como estratégias, ou seja, considerou-as como os principais meios para realizar os trabalhos e atingir os objetivos.

Nesse ponto, é interessante fazer uma pausa sobre o relato das atividades da Fundação para notar que ela trouxe um novo paradigma para o Terceiro Setor no Brasil. “A Fundação Abrinq mudou a atuação do Terceiro Setor de patamar. Antes, as entidades que trabalhavam com crianças e adolescentes tinham perfil muito filantrópico. Por contar com a presença de empresários, ela trouxe transparência e governança profissionais, o que influenciou o setor inteiro”, considera Naves. O profissionalismo da gestão acabou inspirando também o surgimento de outras ONGs lideradas por empresários.



Desde o início, a Fundação contou com três conselhos: de administração, fiscal e consultivo. O primeiro é encarregado pelo estabelecimento de estratégias, trata da captação de recursos e implementa melhorias na gestão, de forma a garantir que sempre haja orçamento para financiar os projetos, mesmo nos anos de crises econômicas. O segundo é responsável por fiscalizar a execução econômico-financeira. O conselho consultivo é técnico, multidisciplinar, e discute questões relativas ao público-alvo.

“Um dos diferenciais da Fundação Abrinq foi a preocupação com o apoio de técnicos por meio de um conselho consultivo que conta com profissionais de várias áreas de atuação relacionadas a crianças e adolescentes. Esse conhecimento nos ajudou a definir programas, a manter o controle de qualidade deles e a medir o impacto de cada um”, afirma Carlos Antonio Tilkian, presidente do conselho de administração da Fundação Abrinq nos períodos de 2004-2007 e 2013-2019.

Uma preocupação presente desde a década de 1990, ressalta Tilkian, é com a conformidade (*compliance*) e transparência sobre os investimentos feitos, por meio da realização de auditorias independentes, como uma forma de respeito e prestação de conta aos doadores.

Voltando à linha do tempo, outra área em que a Fundação Abrinq atuou desde os primeiros tempos foi a de violação de direitos. A ideia era promover ações que combatessem essas violações – atividade que se mistura às demais ações políticas da organização –, já que difundir direitos de crianças e adolescentes é também uma forma indireta de contribuir para que eles sejam respeitados.

Em junho de 1994, veio a público o livro de foto-denúncia “Crianças de Fibra”, da fotógrafa Iolanda Huzak e da jornalista Jô Azevedo, realizado com os recursos que a organização havia recebido, em 1992, do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho (IPEC/OIT), afim de contribuir para a conscientização sobre o trabalho infantil. Huzak e Azevedo percorreram sete estados brasileiros durante meses, fotografando e colhendo informações sobre crianças que trabalhavam em lixões, plantações de cana, de tomate, em pedreiras, na confecção de calçados e em carvoarias, entre outras atividades. Em seu lançamento também foi exibido o filme “Profissão: criança”, da cineasta Sandra Werneck, que narrou a história de quatro crianças em situação de trabalho no Rio de Janeiro (RJ). Foram distribuídas 349 cópias do filme para sindicatos, instituições, parlamentares e órgãos do governo. Também foi inaugurada uma exposição fotográfica itinerante e realizados debates sobre essa realidade. Ambos – livro e filme – tiveram forte impacto sobre a opinião pública e trouxeram à tona uma realidade pouco conhecida dos brasileiros que moravam em grandes cidades.

Foi a partir daí que surgiu a ideia do Programa Empresa Amiga da Criança: um participante de um dos debates sugeriu a criação de um selo para as empresas que não utilizassem mão de obra infantil. Essa sugestão tornou-se realidade já no ano seguinte, quando a organização lançou, em 1995, o Programa Empresa Amiga da Criança. Ele fornecia um selo que podia ser usado em embalagens e na publicidade, garantindo que aquela companhia não usava o trabalho infantil e que contribuía para a melhora da qualidade de vida das crianças.

O programa, inédito, tornou-se uma marca da Fundação, alcançou excelentes resultados e canalizou uma das lutas pelas quais ela seria conhecida: a erradicação do trabalho infantil. Nessa primeira fase, o objetivo do programa era engajar empresas contra o trabalho infantil. Posteriormente, ele passou a trazer compromissos que as empresas precisavam cumprir.

“Contribuir para instituições com história e passado é uma forma de amenizar os problemas sociais. Faz parte da cultura da empresa e de seus sócios apoiar entidades e tentar melhorar o entorno. Levamos muito a sério as contribuições. Mesmo nos anos de crise econômica, não paramos de contribuir.”

Alberto Rodrigues, gerente-geral da Bomax do Brasil, empresa que contribui desde 1999.



Outra realização do Programa Empresa Amiga da Criança foi a implementação de um banco de dados sobre a situação do trabalho infantil, organizando as informações para subsidiar as ações da Fundação e de todos os interessados no assunto, além de proporcionar o monitoramento do problema. Essa iniciativa, cujo pontapé foi dado em 1995, também contou com o apoio da IPEC/OIT.

Alguns setores usavam a mão de obra infantojuvenil com mais ênfase: o sucroalcooleiro, o citrícola, o calçadista e o sisaleiro. Além disso, atividades criminosas, como o narcotráfico e a exploração sexual, também utilizavam crianças. E havia ainda o trabalho doméstico.

Como em todas as ações levadas adiante pela instituição, entendeu-se que também era necessário reforçar o projeto por meio da comunicação. Assim, uma campanha de mídia foi feita para pedir aos consumidores que dessem preferência aos produtos das empresas que contavam com o selo. Além de promover a conscientização sobre o problema, a ideia era a de que a pressão da sociedade criasse um ambiente contra o trabalho infantil e gerasse condições para que a legislação que proíbe o trabalho de menores de 14 anos fosse de fato cumprida.

No mesmo ano em que o programa foi lançado, 1995, a Fundação ganhou um assento no Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), que articulava os principais atores que combatiam o trabalho infantojuvenil.⁴⁶ O fórum elegeu como prioridade retirar as crianças do trabalho nas carvoarias no Mato Grosso do Sul e posteriormente voltou a atenção para o polo sisaleiro da Bahia. “Uma das coisas mais marcantes para mim naquela época foi conhecer o trabalho das crianças nas carvoarias. Ficava me perguntando que tipo de adulto seria forjado por meio daquele trabalho”, lembra Synésio Batista da Costa.

No ano de seu lançamento, o Programa Empresa Amiga da Criança contou com a adesão de 59 companhias, beneficiando 15,6 mil crianças.⁴⁷ O programa foi financiado com recursos da campanha de arrecadação feita pela Yakult – que, por meio de cinco mil representantes autônomos, arrecadou US\$ 217 mil, doados por 100 mil pessoas – e, a partir de 1997, com o apoio financeiro do Banco Safra e o aval institucional da OIT e do UNICEF.

No entanto, a luta contra o trabalho infantil exigiu também ações mais incisivas por meio da exposição do problema e da pressão para que as cadeias produtivas que mais usavam essa mão de obra se comprometessem a erradicar a prática. Por conta disso, a Fundação sugeriu a elaboração de uma reportagem de denúncia para a revista *Atenção*. Publicada em dezembro de 1995 com o título “Quem lucra com o trabalho infantil”, escrita pela jornalista Simone Biehler Mateos, a reportagem obteve repercussão mundial.⁴⁸ A matéria mostrava que multinacionais e grandes empresas compravam insumos de produtores que exploravam a mão de obra infantil. Era o caso das carvoarias e das plantações de cana e de laranja. O carvão era usado para fazer ferro-gusa, que, por sua vez, era transformado no aço comprado por montadoras para produzir automóveis. Embora essas não empregassem crianças e adolescentes, compravam de fornecedores que violavam a lei. Enquanto trabalhava ativamente na questão do trabalho infantil, a Fundação Abrinq também continuava atuando de forma consistente com o *Nossas Crianças* e apoiando a promoção de direitos. Além de possibilitar a ampliação dos atendimentos viabilizados por parcerias, o *Nossas Crianças* acabou por se desdobrar em outros projetos, que ganharam vida própria. A iniciativa possibilitou a criação de outras ações nas áreas de educação e cultura, esportes e saúde.

Em cultura, surgiu o Programa Biblioteca Viva, que visava incentivar a leitura por parte de crianças de baixa renda. De 1995 a 2002, o programa implantou 293 núcleos de bibliotecas em instituições sociais, escolas e creches, beneficiando 78 mil crianças e adolescentes. Ele foi viabilizado pelo Citibank e durou até 2003.

Em educação, também em 1995, teve início outro programa com vida longa e bastante impacto: o *Crer para Ver*, que apoiava projetos para o sucesso da criança na escola por meio do acesso aos conteúdos fundamentais, à melhoria das práticas educativas e à gestão democrática das instituições de ensino. Ele dava apoio técnico e financeiro para projetos de educação que visavam melhorar a qualidade do ensino público no país. Escolas, associações comunitárias e organizações não governamentais que atuavam com alunos de pré-escola ou do primeiro grau elaboravam esses projetos, que eram então selecionados e financiados pelo *Crer para Ver*.



Os recursos vieram de uma parceria com a *Natura*, que mobilizou a sua força de consultoras (à época, eram 160 mil). Elas venderam cartões de boas festas no fim do ano, arrecadando cerca de US\$ 700 mil. Em 1996, as consultoras continuaram atuantes e venderam o dobro, US\$ 1,4 milhão. O empresário Guilherme Leal, um dos controladores da *Natura*, foi presidente do conselho de administração da Fundação de 1995 a 1996. Posteriormente, a empresa criou uma linha de produtos, com camisetas, mochilas e cartões, que eram vendidos pelas suas consultoras. A renda arrecadada era destinada ao financiamento do programa, que durou dez anos e beneficiou 4 mil escolas públicas e cerca de 1 milhão de estudantes.

Em esportes, o *Nossas Crianças* possibilitou a criação do Projeto Bola pra Frente, lançado em 1996. Ele era voltado a atividades esportivas e treinamento de educadores nas entidades que faziam parte do Programa *Nossas Crianças* e contou com o apoio da Adidas do Brasil, que destinou à iniciativa um percentual das vendas de bolas – até 1997, ele beneficiou oito mil crianças em 26 instituições.

Paralelamente, a instituição trabalhava para aumentar a conscientização a respeito da causa da criança e do adolescente também por meio de ações de comunicação. Uma delas foi a criação de uma rede de jornalistas e formadores de opinião comprometidos com a causa, em parceria com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), e apoio do Banco Itaú, da SASSE Seguros e da Embratur. Surgiu o Projeto Jornalista Amigo da Criança, que reconhecia anualmente os profissionais que se destacaram na cobertura de temas pertinentes à infância e à adolescência. A Fundação apoiava os profissionais de mídia para que eles pudessem escrever sobre iniciativas bem-sucedidas voltadas ao público infantojuvenil.⁴⁹



O ano de 1996 foi marcado, para a organização, pelo lançamento de outro programa de vida longa e com muitos êxitos com relação à formulação de políticas públicas: o Prefeito Amigo da Criança. Ele atuava pela promoção dos direitos do público infantojuvenil por meio do trabalho com políticas públicas. O objetivo era mobilizar candidatos às eleições municipais daquele ano a adotar plataformas e programas de governo que beneficiassem as crianças, especialmente em saúde e educação. Assim como o Empresa Amiga da Criança, tratava-se de um programa inédito, totalmente desenvolvido pela Fundação. O programa criou uma metodologia para integrar as políticas públicas na área de saúde, educação e combate à violência, buscando também o envolvimento da família e da comunidade. A organização passou a contatar os candidatos e a explicar o projeto. Distribuiu materiais informativos para nortear os políticos: um guia sobre práticas em favor da infância (explicando o que podia ser feito para melhorar a vida dessa parcela da população), um modelo de carta-compromisso, um cartaz e o Mapa da Criança e do Adolescente. O mapa é um instrumento de avaliação da situação da população infantojuvenil do município e de planejamento, estabelecendo um plano de ação para melhorá-la e para destinar recursos no orçamento municipal. O projeto obteve o apoio da Sadia.



Mas essa foi apenas uma das frentes de atuação. Era necessário também chamar a atenção dos eleitores e da sociedade para a importância de votar em candidatos comprometidos com a causa da infância. E isso foi feito por meio do lançamento de uma campanha de mídia. Depois do pleito, os eleitos foram procurados novamente para confirmar a adesão ao programa, caso já tivessem manifestado interesse, ou para aderir (caso ainda não o tivessem feito). A sistemática de funcionamento previa (e ainda prevê) o preenchimento do Mapa da Criança e do Adolescente no primeiro ano de mandato. O programa dá apoio técnico para a elaboração do levantamento e do planejamento e também fortalece a ação do Sistema de Garantias de Direitos (SGD), contribuindo para qualificar a ação dos conselhos tutelares e municipais.

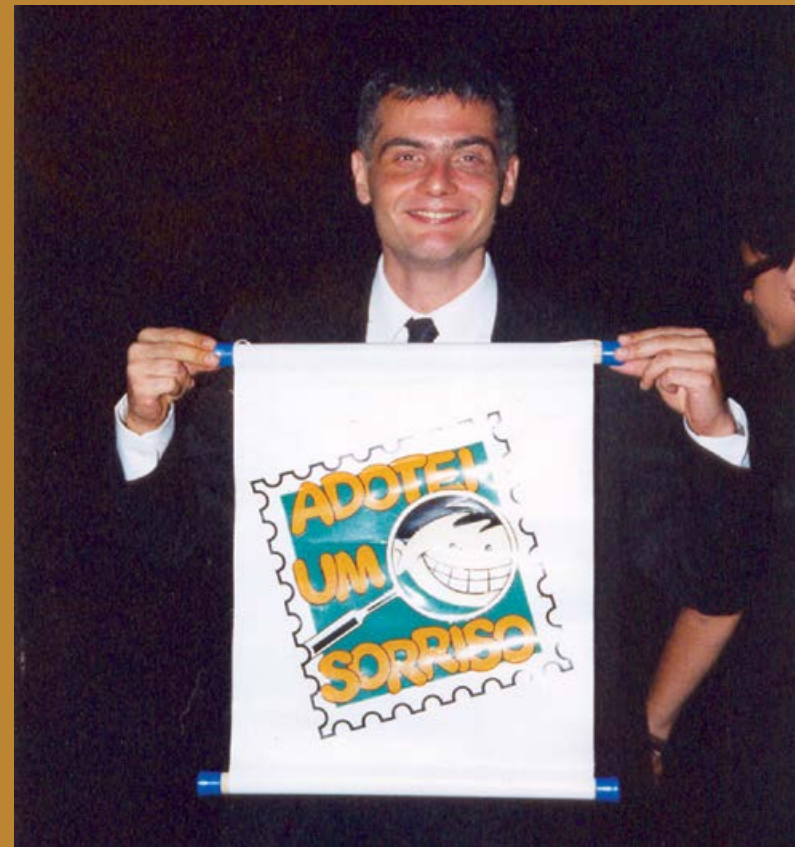


Há ainda outras etapas, como o preenchimento dos mapas do segundo e terceiro ano dos mandatos. Eles passam pela avaliação de especialistas, que verificam se a gestão ocorreu dentro do plano de ação e da Doutrina de Proteção Integral de direitos. E, ainda, se trouxe melhorias para a vida desse público. Ao fim do mandato, os bem avaliados recebem o selo Prefeito Amigo da Criança.

Na luta contra o trabalho infantojuvenil, as atividades da Fundação Abrinq continuaram intensas ao longo de 1996. A matéria publicada na revista *Atenção*, em dezembro de 1995, continuou repercutindo. O foco foi voltado para grandes empresas que compravam de fornecedores que utilizavam trabalho infantojuvenil. Alcool produzido a partir das lavouras de cana que contavam com crianças, por exemplo, era usado por empresa de petróleo que detinha o monopólio de compra do álcool etílico e que poderia atuar como uma importante aliada para pressionar os fornecedores a combater o problema. No entanto, reuniões entre profissionais da Fundação e representantes da empresa e do Ministério das Minas e Energia não surtiram os efeitos esperados para a sensibilização sobre o problema. À época, usineiros negociavam com o Poder Legislativo para reativar o Programa Nacional do Alcool - Pró-Alcool.

A organização fez uma campanha relâmpago com o *slogan* "Vergonha Nacional. Pró-Alcool Financia Trabalho Infantil", advogando que o Congresso Nacional só aprovasse incentivos fiscais a companhias que eliminassem esse tipo de trabalho e que as estatais e órgãos do governo só comprassem de fornecedores "limpos" em termos de trabalho infantil.

Uma manifestação em frente ao Congresso Nacional e ao Palácio da Alvorada ocorreu em 20 de março, ocasião na qual empresários liderados pela instituição distribuíram os adesivos com o *slogan* da campanha. Após passarem o dia na frente do Palácio recebendo a atenção da mídia e de congressistas, os representantes da Fundação foram recebidos pelo ministro da Casa Civil, que se comprometeu a dar atenção ao problema.



Por conta da cultura arraigada, que considerava o trabalho infantil positivo, foi necessário avançar em meio a resistências. "Na América Latina, considerava-se que a criança tinha que ajudar em casa e que era natural integrá-la no esforço familiar pela sobrevivência. A primeira parte do embate foi a conscientização, e a segunda foi a articulação com outras entidades, o que permitiu a existência de pactos setoriais. E os pactos vieram para ficar", avalia Naves.

Outra frente de pressão se deu com relação às montadoras de automóveis, que compravam ferro-gusa feito a partir do carvão produzido nas carvoarias que utilizavam mão de obra infantil. Foi necessário escrever para as matrizes de montadoras nos Estados Unidos e na Europa, e com a interferência externa foi possível engajá-las.

Ao longo daquele ano, começaram a ser firmados pactos entre os governos e as associações empresariais, que garantiam que iriam combater o trabalho infantil. Em abril de 1996, foi firmado o Pacto dos Bandeirantes, assinado entre o governo paulista e representantes de produtores de álcool, que se comprometiam a não comprar cana-de-açúcar de agricultores que usavam mão de obra infantil.

Esse movimento chegaria a outros setores. Em junho, foi a vez dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de 18 municípios da área citrícola de São Paulo, com apoio de entidades de produtores, lutarem pela erradicação do trabalho infantil - no que ficou conhecido como Pacto de Araraquara. A Associação Brasileira dos Produtores de Sucos Cítricos (ABECITRUS), que reúne exportadores de suco de laranja, também se comprometeu a boicotar citricultores que contratavam crianças e adolescentes com menos de 14 anos.

Em setembro do mesmo ano, em ato que contou com o presidente Fernando Henrique Cardoso, com ministros, 12 governadores, parlamentares, organizações empresariais e sindicais e a Fundação Abrinq, foi assinado o Protocolo Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil. O governo entendia que a tarefa de erradicar o trabalho infantil demandava envolvimento de toda a sociedade. O protocolo previa esforços por parte dos governos estaduais, das confederações nacionais de empregadores, das centrais sindicais, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, do Programa Comunidade Solidária e as ONGs.

Mais estava por vir. Em 1997, vieram ainda os pactos com o setor sucroalcooleiro em Goiás (Pacto de Goiás) e em Pernambuco (Pacto Paulo Freire). O setor calçadista de Franca (SP) também aderiu à causa e assumiu o compromisso de erradicar o trabalho infantojuvenil, assinando no fim do ano o Pacto de Franca.

O ano de 1997 também foi marcado por realizações em outras frentes de atuação, como as que viabilizavam atendimentos ao público infantojuvenil. A organização, em parceria com a Fundação Safra, lançou a pedra fundamental da creche Casa da Criança da Comunidade Nossa Senhora Aparecida, no bairro de Ermelino Matarazzo (cidade de São Paulo, SP). Posteriormente, veio a Creche Casa do Aprender, em Osasco (região metropolitana de São Paulo), gerida pela Associação Mulheres pela Educação. A parceria viabilizou o Programa de Educação Infantil, que previa a construção de creches e escolas-modelo para crianças de 0 a 6 anos. A ideia era de que esses programas servissem de referência para iniciativas de educação infantil e para formar uma equipe pedagógica multiplicadora do conhecimento para educadores que trabalhavam em regiões próximas. Cada creche tinha capacidade para atender 130 crianças. Além da construção dos prédios, a parceria tornou possível o treinamento de profissionais, que durante 22 meses passaram por programas de capacitação.

E, na área de saúde, em 1997, foi criado o Programa Adotei um Sorriso – outro originado a partir do Nossas Crianças e com uma longa história. Seu propósito era o de engajar profissionais liberais por meio do voluntariado para prestar atendimento a crianças e a adolescentes. Um grupo de dentistas e empresários liderados por Fábio Bibancos, Maurício Pesce Gomes da Costa e Muriel Matalon solicitou o apoio da Fundação para mobilizar dentistas voluntários para que eles pudessem atender crianças e adolescentes das organizações parceiras. Após um projeto-piloto com 15 crianças e 15 voluntários, o programa foi lançado, em parceria com a Documentação/Radiologia Odontológica (DOC). Em 1998, passou a ser financiado pela Interodonto, que sempre participou, seja como colaboradora ou apoiadora. Ele teve apoio inicial do Instituto Ayrton Senna, da Flora Family Foundation e de empresas como a Danone.



O programa ampliou o seu espectro de atuação, em 2000, para incentivar o voluntariado de vários outros profissionais liberais, como psicólogos, advogados, fonoaudiólogos, arquitetos, nutricionistas e médicos pediatras – inicialmente no município de São Paulo.⁵⁰

No âmbito do Nossas Crianças, o programa investiu, ao longo de 1996 e em 1997, no fortalecimento das instituições participantes, como creches e abrigos – o objetivo era capacitá-las para melhorar a qualidade dos atendimentos, aprimorando as equipes em contato com as crianças e os adolescentes. Outra intenção era a de que as instituições criassem os próprios programas, avançassem na captação de recursos e abandonassem a linguagem assistencialista.

A Fundação Abrinq apoiou processos de capacitação na área de gestão dessas instituições, assim como na elaboração de suas propostas pedagógicas. Buscava-se proporcionar condições de sustentabilidade financeira para os parceiros que iam se desligando – isso porque o programa operava por meio da seleção de novas entidades, que eram capacitadas, ganhavam autonomia e se desligavam. Esse trabalho foi possível por conta do suporte da Fundação W. K. Kellogg, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e da Fundação Vitae – Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social.

No fim de 1997, o programa tinha viabilizado o atendimento de cerca de 2,4 mil crianças. Nesse ano, o legado que ele havia deixado para a organização já era bem evidente não apenas em aspectos qualitativos – como a reputação e o reconhecimento por parte da sociedade –, mas também em termos quantitativos, como o aumento do número de contribuintes, dos valores arrecadados e, principalmente, das crianças e dos adolescentes atendidos.

Os números dão conta dessa evolução. De 1990 a 1993, a Fundação Abrinq contou com 60 sócios mantenedores. Em 1994 – um ano após a campanha do Nossas Crianças na mídia –, esse número já havia quase dobrado (subiu para 110). E ele quase triplicou no ano seguinte: 313, sendo 171 empresas e 142 pessoas físicas. Essa trajetória continuou ascendente e, em 1997, eram 518 sócios mantenedores, sendo as pessoas físicas a maioria (267). Em valores, a evolução foi semelhante: o orçamento passou de US\$ 88,6 mil (1990) para US\$ 156 mil (1993), US\$ 1,2 milhão (1994), US\$ 2,3 milhões (1995) e US\$ 5,2 milhões (1997). Embora as pessoas físicas tenham se tornado numericamente maiores, a capacidade de contribuição delas era menor do que a das empresas. Em 1997, 75% do orçamento da Fundação vinha do setor produtivo, 19% de indivíduos e os 6% restantes de outras fundações. Caminhando ao lado da expansão do número de contribuintes, veio o aumento do número de crianças beneficiadas.⁵¹



Outra realização alcançada em 1997 foi a articulação da rede de Prefeitos Amigos da Criança, no âmbito do Programa Prefeito Amigo da Criança. A rede visava à troca de experiências, com a realização de encontros estaduais. Essa etapa do projeto, que incluía as redes e os encontros, contou com recursos da Brazil Realty e da Fundação David and Lucile Packard. Em 1997, 628 prefeitos comprometeram-se com serviços e políticas em prol da infância. No primeiro encontro, realizado ainda em 1997, estiveram presentes 70% dos representantes dos municípios participantes. As ações contra o trabalho infantojuvenil também avançaram ao longo dos anos, e, já no fim da década, incluíram a construção de uma rede de apoios internacionais.

A Fundação coordenou, na América do Sul, a Marcha Global contra o Trabalho Infantil (1998) e foi à reunião da OIT em Genebra, e à Conferência Internacional sobre Trabalho Infantil, em Oslo.

A pressão política continuou em outras frentes: com o Ministério das Relações Exteriores, para que o Brasil assinasse cláusulas sociais que o comprometeriam em nível mundial com o fim do trabalho infantil. Na Assembleia Legislativa de São Paulo e no Congresso Nacional, a Fundação contribuiu para subsidiar a elaboração de leis que barram, em licitações públicas estaduais e federais, companhias que usam trabalho infantil.

Os pactos de erradicação do trabalho infantil continuaram ao longo de 1998: foram firmados acordos com o setor sucroalcooleiro no Mato Grosso do Sul e com o setor fumageiro em Santa Catarina, no Paraná e no Rio Grande do Sul. A Fundação atuou como apoiadora ou como signatária desses acordos. Em 1999, foram assinados os pactos com os setores sucroalcooleiros de Minas Gerais e do Paraná.

O ano de 1999 foi bastante significativo por conta da criação da Rede Nossas Crianças, formada pelas organizações beneficiadas pelo programa. O trabalho para aumentar a capacitação e a sustentabilidade dessas organizações, que vinha sendo feito desde 1996, estava dando resultados. Algumas das instituições apoiadas e que fizeram parte da capacitação do Nossas Crianças concretizaram seus projetos de sustentabilidade e encontraram outros parceiros, desligando-se do convênio.

No entanto, a experiência positiva trazia uma percepção de pertencimento dessas entidades, que desejavam manter os vínculos com o programa, já que, além de recursos financeiros, ele trazia capacitação e informações sobre o Terceiro Setor. Percebeu-se que o convênio era apenas uma das etapas e que havia potencial para ampliar o impacto social se o trabalho fosse articulado e organizado.

Foi assim que surgiu a rede. Seu objetivo era favorecer as ações políticas, a articulação de parcerias e o desenvolvimento institucional dessas organizações por meio de encontros mensais. No mesmo ano, ocorreu o I Encontro da Rede Nossas Crianças, reunindo organizações que atuavam com educação infantil, complementar, abrigos e qualificação profissional de adolescentes – as reuniões anuais se mantiveram desde então.

A Fundação Abrinq terminava a sua primeira década de atuação com um histórico relevante de realizações, seja por meio do aumento da conscientização sobre os direitos do público infantojuvenil, seja pela criação de programas que viabilizavam atendimento às crianças e aos adolescentes, e, também, pelas ações de *advocacy* que contribuíram para o aprimoramento de políticas públicas e das legislações pertinentes.



CONSOLIDANDO AVANÇOS



No limiar do século XXI e do novo milênio, as condições socioeconômicas do Brasil eram substancialmente melhores do que as dos anos 1990, o que se refletia nos indicadores relacionados às parcelas da população que necessitam de mais proteção, como crianças e adolescentes. Ainda havia muito o que fazer para garantir os direitos desse público, mas a conscientização sobre a importância de assegurar boas condições à infância e à adolescência já estava mais avançada em relação à última década do século XX. E o país se beneficiava de um cenário global bastante favorável.

O esforço da sociedade e a sua luta por melhores condições para a população infantojuvenil continuaram constantes ao longo do período, e a eles se juntaram as iniciativas dos governos, que também deram continuidade às políticas voltadas para esse público. Atuando conjuntamente, essas forças possibilitaram novas melhorias nos indicadores relacionados ao bem-estar de crianças e de adolescentes.



Em 2000, o governo federal pactuou com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da Organização das Nações Unidas (ONU) que deveriam ser alcançados até 2015. Os oito objetivos lidavam com questões muito relevantes para as crianças e os adolescentes, como a erradicação da fome e da miséria, a educação básica de qualidade para todos, a redução da mortalidade infantil, a melhora da saúde das gestantes, a promoção da igualdade entre os sexos e a valorização da mulher, o combate ao HIV/Aids, malária e outras doenças. Havia ainda os objetivos de garantir a sustentabilidade ambiental e a adoção de parcerias para o desenvolvimento. No Brasil, os objetivos se transformaram em 24 metas.

Em 2000, o Brasil ratificou a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT),⁵² que trata dos piores tipos de trabalho infantil e prevê que cada país deve estabelecer uma lista (com base nos princípios da Convenção) especificando quais trabalhos são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.⁵³

No mesmo ano, outra legislação muito importante foi promulgada no país: a Lei da Aprendizagem, que incluiu na legislação trabalhista o contrato de aprendizagem e tornou obrigatória a contratação de adolescentes por médias e grandes empresas – elas deveriam compor entre 5% e 15% do quadro de funcionários com esses jovens.⁵⁴ Vale lembrar que, desde 1998, os trabalhos na condição de jovem aprendiz eram permitidos para maiores de 14 anos, e o trabalho em condições normais a partir de 16 anos.⁵⁵ Antes de 1998, as idades eram de 12 e 14 anos, respectivamente.⁵⁶

O propósito da Lei da Aprendizagem era o de que o jovem continuasse estudando e recebendo educação teórica por instituições do Sistema S,⁵⁷ escolas técnicas e entidades sem fins lucrativos, aprendendo também o trabalho na prática com jornadas de, no máximo, seis ou oito horas, dependendo da série escolar que frequentasse. A lei contribuiu para combater o trabalho infantil e para manter os adolescentes nas escolas. Cinco anos depois, ela foi regulamentada.⁵⁸ A nova década e os primeiros anos do milênio, iniciados em 2001, foram marcados pela prosperidade global, apesar da turbulência geopolítica que se seguiu ao atentado às Torres Gêmeas em Nova York. No campo econômico, a situação foi bem mais tranquila. O forte crescimento chinês levou esse país a demandar fortemente *commodities* – bens agrícolas e matérias-primas de diversos tipos –, elevando os preços desses produtos e favorecendo o Brasil, um dos principais produtores e exportadores mundiais de soja, açúcar, café, proteína animal, celulose e minério de ferro. A condução da política econômica no início da década, com ajuste fiscal e aperto monetário, gerou condições para que a economia nacional se beneficiasse do cenário externo favorável. As exportações eram crescentes, os termos de troca eram favoráveis, os investidores externos traziam recursos para o país e o emprego estava em alta.



As políticas públicas de forma geral, e em especial aquelas de transferência direta de renda para as famílias mais pobres, iniciadas na década anterior e intensificadas a partir de meados dos anos 2000, também contribuíram para a melhora das condições. Um dos marcos para as crianças e os adolescentes ocorreu em 2001, com a criação de um programa do governo federal, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, que incentivava as crianças a estudarem: o Bolsa-Escola. Ele condicionava o recebimento de uma renda mensal às famílias mais pobres à frequência das crianças e dos adolescentes à escola, entre outras contrapartidas (como manter a vacinação em dia). Além de facilitar o acesso aos bancos escolares, o programa contribuiu para a melhora da nutrição, das condições de saúde e para a redução do trabalho infantil. O programa havia sido inspirado no Bolsa-Escola criado no governo do Distrito Federal. Datam da mesma época o Bolsa-Alimentação, que complementava a renda de gestantes, lactantes e mães com crianças entre 6 meses e até 7 anos que enfrentavam riscos nutricionais, e o Auxílio-Gás, que subsidiava a compra de botijões de gás por parte de famílias pobres. Também foi criado o Cadastro Único dos Programas Sociais, que unificou os cadastros dos beneficiários do Bolsa-escola e Bolsa-alimentação. As crianças e os adolescentes em situação de trabalho ainda eram muitos (tanto em números absolutos quanto em percentuais), apesar dos avanços da década anterior. No primeiro ano do novo milênio, havia no Brasil cerca de 5,4 milhões de crianças e de adolescentes nessas condições, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Eles representavam 12,5% da população entre 5 e 17 anos (estimada em 43,1 milhões).⁵⁹ Metade deles não recebia nenhuma remuneração. Considerando a outra metade, 41,5% recebiam até meio salário-mínimo e 35,5% ganhavam de meio a um salário. A carga de trabalho da maioria também era pesada: 1,8 milhão trabalhava 40 horas ou mais por semana, o que impossibilitava o acesso aos bancos escolares.



Em 2002, o Brasil participou da sessão especial da Assembleia Geral da ONU sobre a Criança e comprometeu-se a melhorar as condições de vida do público infantojuvenil. Da Assembleia, surgiu um documento chamado Um Mundo para as Crianças (MPC), inspirado nos ODM, assinado pelo governo brasileiro e que trazia metas nas áreas de educação, saúde, proteção e combate à Aids.

No ano seguinte, o governo federal assumiu o serviço Disque Denúncia, criado em 1997 e gerenciado por organizações não governamentais (ONGs). Ele passou a ser o Disque Direitos Humanos (Disque 100) e a receber denúncias de violações de direitos humanos, com foco na violência sexual contra crianças e adolescentes, mas abarcando também outros tipos de violações de direitos, como as dirigidas a pessoas em situação de rua, a idosos, pessoas com deficiência e população LGBTTT (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais).

Em 2003, foi criado o Bolsa Família (por meio da unificação do Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás, do Cadastro Único dos Programas Sociais e do Fome Zero). O Bolsa Família, voltado para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, ampliou o número de beneficiados ao longo dos anos e se constituiu num importante mecanismo para reduzir a desigualdade no país.⁶⁰

Ainda em 2003, foi criada no Congresso Nacional a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que visava investigar as redes de exploração sexual de crianças e de adolescentes. A senadora Patrícia Saboya, que presidiu a Comissão, considerou que a importância da CPMI foi a de trazer para a agenda nacional esse tema cercado de preconceitos, silêncio, medo e impunidade. No relatório final, elaborado pela deputada Maria do Rosário Nunes, foi pedido o indiciamento de mais de 200 pessoas, além de sugestões de mudança na legislação que tratava de crimes sexuais contra crianças e adolescentes e de aprimoramentos das políticas voltadas ao público infantojuvenil.⁶¹



No campo legislativo, em 2004, o governo brasileiro ratificou o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre a Venda de Crianças, a Prostituição Infantil e a Pornografia Infantil e o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados. Esses dois protocolos facultativos à CDC haviam sido criados em 2002 pela ONU.⁶²

No que diz respeito à educação, houve avanços no campo legislativo também por meio da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que substituiu o Fundef em 2006. Este último visava à universalização do Ensino Fundamental, mas não contemplava a Educação Infantil e nem o Ensino Médio. Já o Fundeb incluiu essas duas etapas da educação, além da educação de adolescentes e de adultos. Os dois funcionaram de forma semelhante, com repasses do governo federal para as redes de ensino municipal e estadual.

Outra mudança importante no campo da educação, ocorrida também em 2006,⁶³ foi a ampliação do tempo de estudo dedicado ao Ensino Fundamental, que foi estendido em um ano e passou a ser de nove anos. Além disso, a matrícula das crianças na escola, que era obrigatória a partir dos 7 anos, passou a ser compulsória a partir dos 6. Os sistemas de educação público e privado tiveram até 2010 para se adaptar e incluir a nova faixa etária.⁶⁴

Em 2008, foi aprovado um decreto que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil.⁶⁵ O país havia ratificado a Convenção 182 da OIT em 2000, e o decreto veio para regulamentá-la. Ele proibiu o trabalho de menores de 18 anos em atividades elencadas numa lista, a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), que relaciona 93 tipos de atividade, elenca os riscos ocupacionais que elas trazem e os potenciais problemas de saúde que podem acarretar. A lista é extensa, sendo as piores formas de trabalho infantil as relacionadas ao trabalho escravo ou análogo à escravidão, a utilização de crianças para exploração sexual, para atividades ilícitas (principalmente relacionadas ao tráfico de drogas) e para conflitos armados.



No ano seguinte, o Brasil fez nova alteração na idade escolar e ampliou a escolaridade obrigatória para 14 anos (em contraposição aos nove anos mínimos de estudo de antes). Os pais deveriam colocar os filhos na escola não aos 6 anos, mas aos 4 anos, e mantê-los estudando até os 17. A lei estabeleceu três etapas na educação: Ensino Infantil, Fundamental e Médio (anteriormente, não havia referência ao ensino infantil) e deu prazos para que o poder público ofertasse vagas adequadas a cada faixa etária.⁶⁶

Ao longo da década, a inserção das crianças e dos adolescentes na escola aumentou de forma constante, alavancada pelo crescimento econômico e pelas políticas públicas voltadas a essa parcela da população – o número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família triplicou entre 2002 e 2009, de 4 milhões para 12 milhões.⁶⁷

O crescimento nacional no início do novo milênio foi bastante expressivo: 28% de 2000 para 2010, levando-se em conta o Produto Interno Bruto (PIB) real *per capita* (que era de R\$ 15,486 mil em 2000 e passou para R\$ 19,854 mil em 2010).⁶⁸ Estava em curso o processo de criação de uma classe média forte, iniciado na década anterior, mas agora intensificado. Era a época da emergência da classe C, beneficiada por vários anos de aumento do poder de compra do salário-mínimo. Esse havia subido, em termos reais, 40% nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e ainda avançaria outros 60% nos dois governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).⁶⁹

A prosperidade foi acompanhada de mais recursos para a educação. O gasto público em educação como proporção do PIB subiu de 3,5% em 2000 para 5,8% em 2010, provendo o ensino com mais recursos e proporcionando avanços.⁷⁰ Esses avanços podem ser constatados pela evolução da taxa de atendimento de crianças e de adolescentes entre 7 e 14 anos – que mostra o acesso da população ao sistema educacional. Em 2000, ela era de 96,4%.⁷¹ Nos primeiros anos da década seguinte, em 2012, estava em 98,5%, ou seja, quase a totalidade das crianças estava nas salas de aula.⁷²



A melhora também aconteceu com os adolescentes, que passaram a acessar mais o Ensino Médio: no ano 2000, 83% dos adolescentes de 15 a 17 anos estavam na escola.⁷³ Mas ainda havia, portanto, 17% fora do sistema escolar. Em 2012, a taxa de atendimento dessa faixa etária havia subido para 88,6% (ou seja, 11,4% estavam longe das salas de aula).⁷⁴

Além de mais crianças e adolescentes terem acesso ao ensino, eles encontraram condições propícias para se manterem estudando, e o resultado foi que menos deles desistiram temporariamente dos livros e das atividades acadêmicas. A taxa de abandono no Ensino Fundamental caiu de 12% (2000) para 3,1% (2010). Já a taxa de abandono no Ensino Médio recuou de 16,6% para 10,3% no mesmo período.⁷⁵

No entanto, é necessário fazer algumas ressalvas a esses avanços. A Educação Infantil (creches para crianças de 0 aos 3 anos e pré-escola para crianças de 4 a 5 anos) ficou em segundo plano e manteve um alcance muito restrito. Em 2008, apenas 18,1% das crianças frequentavam creches e 73% iam à pré-escola.⁷⁶

Ao longo da década, o maior acesso de crianças e de adolescentes aos bancos escolares também foi possibilitado porque muitos conseguiram parar de trabalhar ou mesmo não ingressaram no trabalho infantil. A luta contra esse tipo de violação de direitos também continuou avançando.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) continuou em atuação e foi estendido: em 2000, ele atendia 750 mil crianças e adolescentes. Em 2010, eram 868 mil. O percentual de crianças e de adolescentes de 10 a 15 anos ocupados caiu de 13,9% (2001) para 9,2% (em 2009).⁷⁷ Em 2010, o trabalho infantil já havia sido bastante coibido nos setores formais da economia e sua prevalência se dava no trabalho doméstico, na agricultura familiar e nas atividades ilícitas – setores em que o combate ao problema por parte do Estado se mostra mais desafiador.

No campo da saúde, os principais indicadores referentes ao público infantojuvenil também avançaram constantemente na década. A meta estabelecida pelo governo federal, de acordo com o documento Um Mundo para as Crianças (MPC), era “reduzir em, no mínimo, um terço a taxa de mortalidade infantil e de crianças menores de 5 anos, até 2010, como um primeiro passo para reduzir essa taxa em dois terços até 2015”, o que significava que seria necessário reduzir a taxa de mortalidade infantil, de 29,7 por mil nascidos vivos (em 2000) para 19,8 em 2010.⁷⁸ Em meados da década, a situação ainda era crítica em algumas regiões e populações, dada a desigualdade regional do país. Em Alagoas, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil era de 58 por mil nascidos vivos, o dobro da média nacional (28 por mil) em 2004.⁷⁹

Mesmo assim, foi possível avançar de forma expressiva. A taxa de mortalidade na infância recuou de 30,1 óbitos por mil nascidos vivos para 18,6, de 2000 para 2010.⁸⁰ Trajetória semelhante ocorreu com a taxa de mortalidade infantil, que declinou de 26,3 para 16 de 2001 para 2010.⁸¹ O terceiro relatório da Rede de Monitoramento Amiga da Criança (RMAC) explicava o avanço pelas melhorias das condições habitacionais, pela redução da fecundidade da população brasileira, pelo aumento do nível educacional e a ampliação do acesso aos serviços de saneamento.⁸²

Uma mudança em relação à década anterior foi com relação às mortes violentas de crianças e de adolescentes, que interromperam a trajetória de alta registrada nos anos 1990 e caíram. A taxa de mortalidade por homicídio de adolescentes de 15 a 19 anos, na região Sudeste, reduziu-se de 62,6 homicídios por 100 mil habitantes, no ano 2000, para 35,9 homicídios por 100 mil habitantes, em 2010.⁸³

No entanto, mesmo com a queda, os homicídios de adolescentes representaram uma parcela muito expressiva em relação ao total de assassinatos cometidos no país: eles eram 18% dos homicídios do Brasil em 2005. Ou seja, 18% dos homicídios ocorreram com a população entre 0 e 19 anos, sendo que 90% foram de adolescentes entre 15 e 19 anos.⁸⁴ Algumas causas apontadas para o fenômeno foram o envolvimento dos adolescentes com o tráfico devido à falta de perspectivas e de alternativas no mercado de trabalho, a carência de espaços de lazer e de acesso à educação de qualidade. A situação não evoluiu satisfatoriamente ao longo da segunda metade da década: o percentual permaneceu alto. No início da década seguinte, em 2012, de novo 18% das mortes ocasionadas por homicídios vitimaram pessoas de 0 a 19 anos.⁸⁵





A Fundação Abrinq nos anos 2000-2009

Ao longo dos anos 2000, as iniciativas da Fundação Abrinq foram se adequando para acompanhar as mudanças sociais. Além das pautas que tradicionalmente já a mobilizavam, como o acesso das crianças a melhores condições de saúde e de educação e o combate ao trabalho infantil, emergiram questões relacionadas à proteção especial, que exigiram atenção.

Do ponto de vista das iniciativas de articulação, a Fundação atuou para a conscientização sobre o trabalho infantil doméstico e se dedicou à questão dos adolescentes aprendizes. Em 2000, a exemplo dos muitos pactos estaduais que a Fundação tinha incentivado e participado nos anos anteriores, foi assinado ainda um acordo contra o trabalho infantojuvenil com o setor sucroalcooleiro de Alagoas.

Apesar da melhora ao longo da década anterior, os números do trabalho infantil continuavam elevados. Estimava-se que, em 2001, ainda havia 5,4 milhões de trabalhadores entre 5 e 17 anos, sendo que, entre esses, quase meio milhão era de trabalhadoras domésticas.⁸⁶

Em 2001, o Programa Empresa Amiga da Criança foi reformulado e os compromissos que as empresas tinham que adotar passaram de três para dez – além de combater o trabalho infantil, o setor privado também passou a ter que adotar ações relativas à saúde, educação, investimento social e incentivo ao registro civil.

“No núcleo social da Special Dog, percebemos o quanto podemos contar com o apoio técnico da Fundação Abrinq para nossos projetos. Nossa parceria começou há 20 anos, quando nos tornamos uma Empresa Amiga da Criança. Mais recentemente, em 2015, montamos um núcleo social e passamos a focar o investimento social em vez da filantropia. Desde 2017, financiamos e coordenamos um projeto que visa formar gestores da educação infantil do município de Santa Cruz do Rio Pardo (SP), onde estamos localizados. Também mantemos um programa de voluntariado junto a instituições de acolhimento infantil, participamos das discussões sobre o Plano Municipal pela Primeira Infância e recentemente viabilizamos dois levantamentos: um diagnóstico da rede de acolhimento institucional e outro da violência contra crianças e adolescentes no município. O cuidado é uma preocupação constante dos fundadores da empresa.”

Karina Fernandes Soares, analista do núcleo social da Special Dog Company, Empresa Amiga da Criança desde 2000.



A luta da organização pela proteção dos direitos, por meio da garantia de acesso à saúde e à educação, especialmente da primeira infância (o a 6 anos), manteve-se firme ao longo da década. No campo da educação, a ênfase foi dada à participação da família e da comunidade na escola. Em 2001, foi criado um programa que teve vida longa: o Garagem Digital, em parceria com a HP Brasil.

A iniciativa buscava desenvolver o potencial de adolescentes utilizando as tecnologias da informação como ferramentas. Além de aprenderem a utilizar o computador, eles montavam *sites* e jornais eletrônicos e adquiriam habilidades comportamentais, desenvolvendo a comunicação e a cidadania. E entravam para a Rede de Oportunidades, criada para proporcionar oportunidades de emprego, geração de renda, apoio a projetos empreendedores, formação e ampliação do universo cultural. De 2002 a 2009, foram implementadas 11 garagens digitais (nove no Ceará), promovendo o acesso gratuito de mais de 3,2 mil pessoas à tecnologia da informação e comunicação.

O Programa Prefeito Amigo da Criança continuou em plena operação ao longo da década de 2001-2010. No exercício de 2001 a 2004, 1.542 prefeitos assinaram o termo de compromisso, previsto pelo programa, pactuando a intenção de priorizar crianças e adolescentes nas políticas públicas. No entanto, menos da metade desses efetivamente se comprometeu e apenas 668 preencheram o Mapa da Criança e do Adolescente. No final dessa edição do programa, 126 prefeitos foram reconhecidos como Prefeito Amigo da Criança pelos esforços em prol da melhoria da qualidade de vida dessa parcela da população.⁸⁷



Outro programa criado no início da década, na área de educação, foi o Virada de Futuro (2002), em parceria com a Família Machado, Fundação Levy Strauss e JP Morgan, que ofereceu bolsas de estudo em faculdades, escolas técnicas e cursos livres e de nível médio. Também custeava as despesas dos adolescentes com alimentação, transporte e material didático, e lhes oferecia o apoio de mentores voluntários. Ele durou quatro anos e deixou a lição de que o acesso ao Ensino Superior por parte de adolescentes de famílias de baixa renda depende não só da existência de vagas, mas de condições necessárias para a sua permanência e conclusão do curso, assim como para sua entrada no mundo do trabalho. Os bolsistas eram beneficiários das organizações da Rede Nossas Crianças.

O foco na primeira infância passou a ser um dos norteadores do Prêmio Criança, que, a partir de 2002, tornou-se bienal.⁸⁸ No mesmo ano, ele incorporou o desafio de sistematizar e disseminar as práticas adotadas pelas instituições vencedoras, de forma que suas ações pudessem ser adotadas por outras entidades e contribuir também para influir nas políticas públicas voltadas à infância. Após avaliar, selecionar e premiar as ações (com base na análise da Fundação e de pareceres de especialistas), essas passaram a ser sistematizadas e disseminadas.

Em 2002, o processo eleitoral estava em curso. Nesse ano, foi criado o Programa Presidente Amigo da Criança, baseado na experiência bem-sucedida do Programa Prefeito Amigo da Criança. “O Programa Prefeito Amigo da Criança teve uma adesão fantástica e foi feito com muito profissionalismo. Ele se tornou muito relevante e transformou a cultura de gestão dos municípios. Ele ganhou tanta relevância que se espalhou para o âmbito da presidência”, afirma Rubens Naves, ex-presidente da Fundação Abrinq de 2002 a 2005 e conselheiro desde 1996.

O objetivo do programa recém-criado era o de obter o comprometimento dos candidatos à presidência às causas da criança e do adolescente, o que se deu por meio da assinatura de um termo de compromisso, por quatro dos presidentes eleitos, que visava colocar crianças e adolescentes como prioritários nas políticas públicas e alcançar as metas descritas no documento Um Mundo para as Crianças (MPC).

Eleito, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou com a Fundação, em 2003, o Termo de Compromisso Presidente Amigo da Criança, no qual se comprometeu a alcançar as metas estabelecidas no MPC. Ele também assumiu compromissos de gestão junto à Fundação e à Rede de Monitoramento Amigo da Criança (RMAC), como a entrega de relatórios com as ações implementadas em benefício das crianças e dos adolescentes. Também era prevista a entrega de um plano de ação com propostas de políticas públicas voltadas para essa parcela da população.

Para acompanhar as realizações, a organização e outras entidades formaram uma rede, a Rede de Monitoramento Amigo da Criança (RMAC) – composta por 39 instituições brasileiras e internacionais, com especialistas em saúde, educação e proteção especial, lideradas pela Fundação Abrinq. “Foi notável como se avançou na defesa dos interesses de crianças e adolescentes por meio de uma forma de gestão moderna, trabalhando em rede”, considera Naves. Outra rede criada na época, com a mesma finalidade, foi a Rede Sou de Atitude (formada por adolescentes ligados a organizações sociais).



Naves ressalta também o avanço na integração das políticas públicas em defesa da criança e do adolescente. Até então, os diferentes ministérios que tratavam de temas relacionados a esse público (Saúde, Educação e Planejamento, entre outros) não atuavam de forma coordenada – a tarefa de articulação entre esses órgãos, à época, ficou a cargo do secretário especial dos direitos humanos, Nilmário Miranda.

A sociedade civil, as organizações internacionais e o Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança (CONANDA) incentivaram e cobraram o governo para que esse compromisso se materializasse por meio de metas e de recursos para o orçamento. No fim de 2003, o governo apresentou, no V Congresso Anual do CONANDA, o Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente (PPAC). Ele previa 203 ações para o quadriênio 2004/2007 e destinava um orçamento de R\$ 56 bilhões para o mandato, com o estabelecimento de metas relacionadas à saúde, combate à HIV/Aids, educação e proteção às crianças.

Outro projeto importante que começou em 2003 foi o De Olho no Orçamento Criança, em parceria com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Criado em 2003, seu objetivo era o de monitorar a execução orçamentária federal na área da infância e da adolescência. A metodologia de acompanhamento do orçamento baseava-se nas metas do documento MPC e permitia o monitoramento dos orçamentos estaduais e municipais. Para tornar esse acompanhamento viável, o projeto buscou o engajamento da sociedade civil por meio da capacitação de organizações, para que essas monitorassem o Orçamento Criança de suas localidades.

No mesmo ano, a instituição, por meio do Programa Empresa Amiga da Criança, participou da Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Infantil Doméstico em conjunto com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI). A campanha, feita com o apoio e pela agência McCann Erickson, veiculou filmes e *spots* de rádio, distribuiu cartazes e impressos e organizou um concurso de desenhos no caderno infantil da Folha de São Paulo.



Ainda no âmbito dessa parceria, foi produzida uma cartilha, intitulada “Neste município criança não trabalha”, distribuída para todos os municípios que participavam do Programa Prefeito Amigo da Criança. A cartilha trazia informações e exemplos de como os prefeitos podiam combater o trabalho infantil doméstico.

As adesões das empresas ao programa continuaram aumentando. Em 2003, as 897 companhias participantes beneficiaram cerca de 4,8 milhões de crianças e de adolescentes – engajamento que cresceu ainda mais ao longo da década.⁸⁹

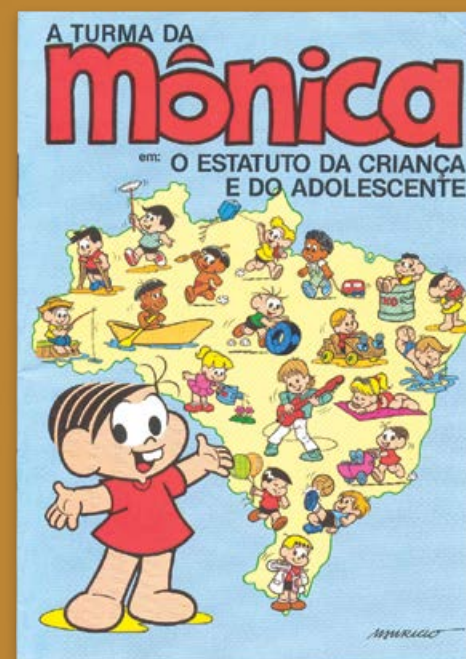
“Buscamos dar as mãos com quem sabe fazer melhor do que nós, e entendemos que a contribuição para entidades sérias é uma forma de auxiliar quem precisa. É fundamental que os agentes econômicos demonstrem que um mundo melhor é possível. Quando as empresas se transformam, o sistema econômico todo evolui.”

Marcelo Eduardo Souza, fundador da Âmbito Negócios Sustentáveis, empresa que contribui com a Fundação Abrinq desde 2001.

A instituição também se engajou em ações de divulgação e mobilização do empresariado sobre a Lei da Aprendizagem. Entendeu-se que a legislação criava uma alternativa interessante para os adolescentes, que teriam condições de ingressar no mercado de trabalho e aprender uma profissão, e para os empresários, que poderiam formar mão de obra de maneira socialmente responsável.

A lei demorou a ser regulamentada (ela havia sido aprovada em 2000). Em 2004, a Fundação Abrinq e o Instituto Ethos elaboraram e distribuíram quatro mil exemplares de uma cartilha, a Lei da Aprendizagem – responsabilidade social na formação profissional de adolescentes. Para pressionar pela sua regulamentação, a organização, o Instituto Ethos, a Fundação Gol de Letra e mais de 300 ONGs realizaram uma campanha chamada “Aprendiz – Essa lei precisa virar fato”.

Em 2004, a instituição passou por uma reformulação e definiu três grandes áreas de atuação prioritárias, em torno das quais organizou seu corpo técnico: educação, proteção especial (em especial as medidas socioeducativas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que quase nunca eram implementadas por completo) e funcionamento do Sistema de Garantias de Direitos, o SGD (com especial atenção aos conselhos tutelares). A ideia era estruturá-la para atuar de forma mais abrangente e efetiva, partindo do entendimento de que as organizações do Terceiro Setor precisam definir seus objetivos e suas estratégias para alcançá-los. Uma quarta área foi voltada a dar apoio técnico e administrativo a outras três Assessorias de captação de recursos: relações institucionais, técnica e jurídica foram também estabelecidas.



Em cada uma dessas áreas, a atuação dos profissionais continuou seguindo as estratégias adotadas desde sempre pela organização, ou seja, continuou desenvolvendo-se em torno do estímulo e/ou da pressão para a implementação de ações públicas, o fortalecimento de ONGs e governos para prestar serviços ou defender direitos, o estímulo à responsabilidade social frente aos direitos da criança e a articulação político-social para a defesa desses direitos.

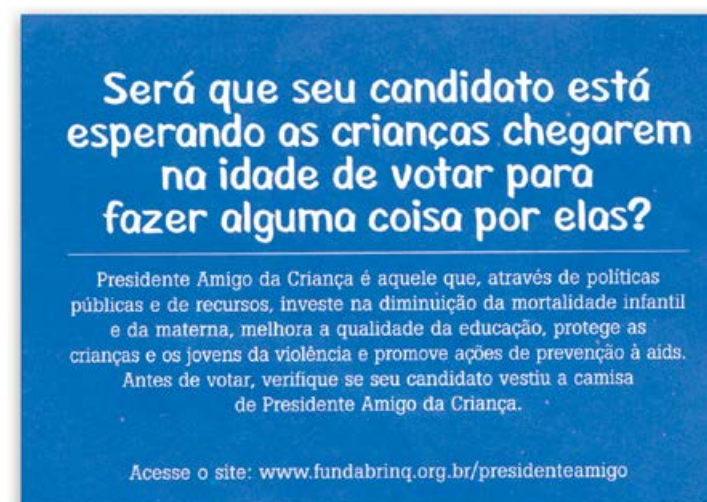
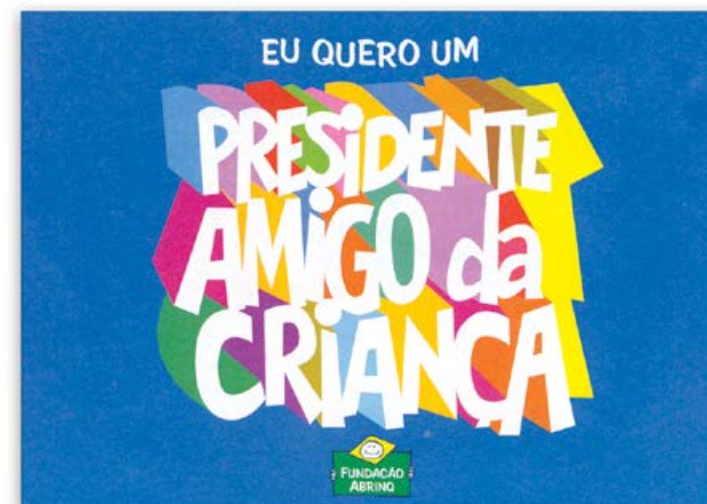
Em meados de 2000, na área de educação, a atuação foi sendo intensificada, tanto por meio da criação de projetos quanto pelos trabalhos de acompanhamento de proposições legislativas. Foco especial foi dado para a primeira infância, que é decisiva para o desenvolvimento e a aprendizagem ao longo de toda a vida. “Quando a criança é cuidada desde a primeira idade, o desenvolvimento de sua audição, visão e compreensão é assistido, e ela tem melhor aproveitamento nas próximas fases de desenvolvimento. Além disso, frequentando a creche, ela fica menos vulnerável à violência doméstica e sexual”, afirma Carlos Antonio Tilkian, presidente do conselho de administração da Fundação de 2004 a 2007 e de 2013 a 2019. Como vimos anteriormente, a inserção e o acesso às creches haviam avançado bem menos do que nas outras etapas da educação escolar. Portanto, havia uma lacuna que merecia atenção redobrada.

A Fundação Abrinq, com a Fundação Filantrópica Safra, deu continuidade ao projeto que construiu e implantou três centros de Educação Infantil na cidade de São Paulo (SP). Em 2004, foi construída, no âmbito do Programa de Educação Infantil com a Fundação Safra, a terceira creche e escola-modelo, dessa vez na região sul da cidade de São Paulo, na Vila São José, gerenciada pelo Centro Social São José. Entre 1996 e 2006, os três centros haviam atendido mais de 2,4 mil crianças.



“Sempre que visito as organizações que apoiamos, volto com as baterias recarregadas. Também é uma grande emoção quando encontro com algum jovem ou adulto que passou por um dos nossos programas. Nesses momentos, percebemos o quanto a Fundação Abrinq realmente faz diferença na vida das pessoas.”

Victor Alcântara da Graça, gerente-executivo da Fundação Abrinq.



Ainda em 2004, a Fundação Abrinq e a RMAC lançaram o primeiro relatório que acompanhava mais de 60 indicadores e traçava prognósticos e probabilidades de o governo cumprir as metas estabelecidas no Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente (PPAC), no âmbito do Programa Presidente Amigo da Criança. O relatório Um Brasil para as Crianças recomendava que o governo se esforçasse para reduzir as diferenças regionais e sociais e pontuava que, se a tendência histórica de gastos públicos se mantivesse, o Brasil cumpriria apenas três das oito metas pactuadas com a ONU passíveis de mensuração: a redução da mortalidade infantil, o aumento do acesso à água potável e à rede de esgoto e o acesso ao Ensino Fundamental.

Nessa época, a questão das crianças e dos adolescentes em conflito com a lei ressurgiu com força – o tratamento a essa parcela da população pouco havia avançado desde a criação do ECA e o foco que prevalecia no Estado ainda não era reeducativo e de ressocialização. Essa situação levou a Fundação a aprofundar o seu envolvimento com esse tema e a se debruçar sobre o sistema de atendimento de medidas socioeducativas em São Paulo, que carecia de reordenamento.

Em 2005, a organização participou do Grupo Febem – composto de entidades de defesa, de atendimento e de advocacia, que pressionavam por mudanças no sistema. Em junho desse mesmo ano, estimava-se que cerca de 40 mil adolescentes cumpriam medidas socioeducativas, sendo 6,4 mil privados de liberdade só no estado de São Paulo.⁹⁰ As unidades da Febem em São Paulo eram superlotadas, careciam de atividades educativas e de ressocialização, além de serem espaço de rebeliões, fugas e frequentes denúncias de maus-tratos e torturas.

Em novembro do mesmo ano, como parte do trabalho da Fundação pela regulamentação da Lei da Aprendizagem, foi realizado um evento que contou com a participação voluntária de artistas como Maria Rita, Seu Jorge, Manu Chao, Jair Rodrigues e Luciana Mello, no Vale do Anhangabaú (centro da cidade de São Paulo). No início de dezembro, a lei foi regulamentada.⁹¹

Em 2006, ano de eleições presidenciais, novamente os quatro candidatos com mais intenções de votos assinaram o Termo de Compromisso Presidente Amigo da Criança – Gestão 2007-2010. No mesmo ano, a Fundação, em conjunto com a Rede de Monitoramento Amiga da Criança (RMAC), lançou o segundo relatório com avaliações sobre as realizações previstas pelo governo federal no âmbito do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente (PPAC). Com atraso, o governo entregou os relatórios sobre sua atividade nos anos de 2004 e 2005. Reeleito, em 2007, o presidente Lula reafirmou o Termo de Compromisso Presidente Amigo da Criança.

Ainda em meados da década, na área de educação, uma das atividades mais importantes foi o engajamento, junto das organizações da Rede Nossas Crianças, para a regulamentação do Fundeb, considerando que o fundo aumentaria o número de crianças na educação básica, incluindo as creches conveniadas, e em todas as outras etapas do estudo.



O Fundeb substituiu o Fundef. Só que esse último não financiava as creches e pré-escolas, o que dificultava a oferta de vagas por parte dos municípios e afastava as crianças de 0 a 6 anos das creches e pré-escolas. Ele tampouco distribuía recursos para as demais etapas de educação (como o Ensino Médio). Com o Fundeb, estimava-se, à época, que mais de 15 milhões de alunos passariam a ter acesso à educação, passando para 47 milhões o número de estudantes no País, considerando creches, pré-escolas, Ensino Fundamental, Médio, educação de adolescentes e adultos, especial, indígena, profissional e do campo.

A Fundação uniu-se a mais de 120 instituições na Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Uma das principais frentes da campanha foi pela inclusão das creches e pré-escolas no Fundeb, por meio do Movimento Fundeb pra Valer, que lutou pela regulamentação do fundo e contribuiu para o aperfeiçoamento da proposta de emenda constitucional, por meio da participação em audiências públicas, marchas e em reportagens na imprensa.

Em março de 2006, um grupo de mães, crianças, estudantes, militantes e representantes de movimentos sociais se manifestou em frente à rampa do Congresso Nacional para reivindicar a destinação de verbas também para as creches e os ambientes de educação infantil e acompanhou a votação e aprovação da Emenda Constitucional nº 53/2006, que tratava do Fundeb.⁹² Ele foi regulamentado no ano seguinte.⁹³

Paralelamente, a Fundação seguia com suas demais atividades e viabilizava outros projetos e programas. Uma das iniciativas foi o Petrobras Jovem Aprendiz, lançado em 2006 para desenvolver um programa educacional para aprendizes do sistema Petrobras, voltado para adolescentes de 15 a 18 anos em situação de vulnerabilidade social e pessoal nos municípios onde a empresa atuava. A organização foi formadora de funcionários da empresa para que esses atuassem como orientadores, apoiando a qualificação de suas ações junto aos adolescentes e fortalecendo a atuação socialmente responsável. O programa durou dois anos.

Em 2007, a instituição lançou o Programa A Primeira Infância Vem Primeiro, em parceria com o Instituto C&A, com o objetivo de contribuir para efetivar direitos à educação na primeira infância. A primeira iniciativa foi o Projeto Creche para Todas as Crianças (2007), que mobilizou diversos atores sociais para garantir o acesso e a qualidade da educação infantil. A iniciativa estabeleceu uma rede de articuladores regionais para trabalhar pela conscientização sobre a importância das creches junto a empresários e ao poder público.

O projeto previa a construção e reforma dos ambientes de educação infantil, a formação de profissionais e a articulação com o poder público para a manutenção desses espaços. Em sua longa existência, o projeto reformou 55 creches, criou 1.633 vagas, formou mais de dois mil educadores e beneficiou mais de 56,8 mil crianças até 2019. Outros patrocinadores também viabilizaram a iniciativa ao longo dos seus mais de doze anos de atuação.⁹⁴



Um propósito forte

“Quando visitamos as organizações que apoiamos, vejo que o meu trabalho de pagar contas e repassar recursos também é importante e faz parte do atendimento às crianças e aos adolescentes, e tenho uma forte sensação de propósito ao trabalhar na Fundação. E quando visitamos comunidades, sofremos o impacto e começamos a entender como é o mundo real da criança em situação de vulnerabilidade social”, conta Paulo Rogério Pires, analista financeiro da Fundação Abrinq, responsável pelas contas a pagar. Pires entrou na fundação em setembro de 1996 como ajudante de serviços externos e passou por várias áreas, formou-se em Contabilidade e cursa uma segunda faculdade, de História.



Ao longo da década, uma das preocupações e foco de atuação intensa da Fundação se referiu à proteção especial das crianças e dos adolescentes. As atenções se voltaram às medidas socioeducativas previstas pelo ECA, que quase nunca eram implementadas por completo, aos conselhos tutelares e Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).⁹⁵ A organização buscou fortalecer esses importantes instrumentos de controle sobre os direitos da criança, e que são efetivamente capazes de agir quando necessário. Daí a importância do incentivo à criação desses órgãos e do aprimoramento dos processos de escolha dos conselheiros.

A questão dos adolescentes em conflito com a lei era uma preocupação constante da sociedade, embora a população entre 12 e 18 anos fosse de 24 milhões e apenas 0,14% dela tivesse cometido atos infracionais em 2007.⁹⁶ Apesar de o ECA estar em vigor desde 1990, as medidas socioeducativas ainda careciam de regulamentação, que deveria ser feita pelo Projeto de Lei de Execução das Medidas Socioeducativas.

O estudo e a análise dessas medidas mereceram a atenção por parte da Fundação Abrinq, que atuou por meio da Comissão Temática de Medidas Socioeducativas (CMTS), formada por técnicos e conselheiros. A comissão elaborou um conjunto de propostas para o projeto de lei e para o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). As propostas foram aprovadas no CONANDA em 2007 e assimiladas pela Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente, que se comprometeu a defender a aprovação do projeto de lei.⁹⁷



A Fundação também atuou, no fim da década, contra as propostas que pleiteavam a redução da maioridade penal: “Uma das grandes bandeiras da Fundação Abrinq sempre foi o combate à ideia de redução da maioridade penal. O adolescente é uma pessoa em formação, vulnerável, e o ECA já criou um novo paradigma para que ele seja responsabilizado por meio de medidas como advertência, liberdade assistida e até restrição de liberdade”, diz Naves. Em 2007, comemorando os 12 anos do Programa Empresa Amiga da Criança, foi lançado o livro Uma história de luta pela criança e pelo adolescente, que contou a história do programa e da luta pela erradicação do trabalho infantil no país. No ano seguinte, o programa foi modificado e o número de compromissos das companhias foi reduzido para cinco, em busca de mais objetividade.

No ano 2000, a Phisalia Cosméticos resolveu focar a sua atuação no público infantil e intensificou os investimentos na marca Trá lá lá. Desde 2003, ela participa do Programa Empresa Amiga da Criança. “Consideramos que precisávamos retribuir de alguma forma para as crianças, que são nossos principais consumidores”, conta Eduardo Amiralian, diretor-presidente da empresa de cerca de 180 funcionários, localizada em Itapevi (SP). Na época, a Phisalia realizou um estudo de sua cadeia de fornecedores, visando identificar se havia vulnerabilidades com relação ao trabalho infantil. Agora, preenche os relatórios e formulários anuais para que seja averiguada, por parte da Fundação Abrinq, se ela continua com os requisitos necessários para usar o selo de Empresa Amiga da Criança. “O preenchimento dos relatórios sempre acaba nos ajudando a identificar oportunidades de melhoria, a encontrar coisas que poderíamos fazer e ainda não fazemos em prol do público infantojuvenil”, diz Adriana Amiralian, diretora de *marketing* e *trade marketing*. Outra frente de atuação tem sido no fomento ao voluntariado. São, hoje, cerca de dez grupos de voluntários que fazem trabalhos em organizações não governamentais, muitas indicadas pela Fundação Abrinq. Além disso, a companhia faz doações de seus produtos, como cremes dentais e xampus, para instituições que acolhem crianças e adolescentes.

Eduardo e Adriana Amiralian, diretor-presidente e diretora de *marketing* e *trade marketing* da Phisalia Cosméticos, Empresa Amiga da Criança desde 2003.

O eixo “trabalho infantil” foi inserido no Programa Nossas Crianças em 2008. As quatro áreas de atuação anteriores foram mantidas: o programa continuou buscando promover o desenvolvimento de organizações sociais voltadas à educação infantil, ao apoio a adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto e ao acolhimento de crianças e de adolescentes em situação de rua ou em abrigos. Nesse mesmo ano, quando completou 15 anos de atuação, o Nossas Crianças também ampliou a sua atuação para outros municípios do estado de São Paulo (Campinas, Jundiaí, Sorocaba, Sumaré, São Vicente, Santos, Praia Grande e Guarujá) e estados (Minas Gerais, Bahia, Paraíba e Ceará) e no Distrito Federal.

Em 2009, a organização lançou um projeto voltado à primeira infância. Chamado de No Pé da Letra e desenvolvido em parceria com o Deutsche Bank, ele buscava fortalecer iniciativas que contribuíssem para o desenvolvimento do comportamento leitor de estudantes de oito Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) da zona sul da cidade de São Paulo. Em 2009, também foi lançado, com o patrocínio da SulAmérica, o Projeto Creches e Reformas, que visava ampliar o número de vagas e melhorar a qualidade de atendimento de creches na região de Cidade Nova, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).



No âmbito do Programa Presidente Amigo da Criança, o governo federal não estava cumprindo os compromissos estabelecidos no termo assinado pelo presidente – o último relatório referente à primeira gestão, encerrada em 2006, ainda não havia sido entregue. Fundação e governo federal estabeleceram novos prazos para entrega do documento, assim como do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente (PPAC) referente ao segundo mandato (gestão 2007-2010), que deveria orientar as ações do governo em prol da infância e da adolescência, e que também não havia sido entregue.

Nesse ponto, a independência da organização com relação aos governos permitiu que ela sempre adotasse postura crítica, com foco na defesa das crianças e dos adolescentes. “O fato de nunca termos aceitado dinheiro de governos nos deu independência e credibilidade muito grandes”, afirma Synésio Batista da Costa, presidente do conselho de administração de 2008 a 2012 e a partir de 2019. Embora a filosofia da Fundação seja a de também propor soluções, em vez de atuar apenas cobrando dos governos, as duas atitudes são necessárias para a promoção de direitos. Pelo seu estatuto, a Fundação Abrinq não tem caráter político-partidário e está impedida de participar de campanhas político-partidárias ou eleitorais.

Ainda em 2009, outra frente de atuação se mostrou importante e trouxe mudanças: a de captação de recursos. Representantes da Fundação fizeram uma rodada de apresentações e visitas (*road shows*) pela Europa e pelos Estados Unidos em busca de novos recursos:

“Nosso objetivo era prospectar novas fontes de financiamentos para diversificá-las e podermos crescer ainda mais”, relembra Victor Alcântara da Graça, à época gerente de desenvolvimento institucional da organização.

Os principais destinos de recursos de ONGs de países desenvolvidos eram os países da África e da Ásia, mas muitas se mostravam desconfortáveis por considerarem os resultados tímidos. “Queríamos ter um parceiro internacional que pudesse abrir portas para buscar *funding* de fundos soberanos. Nossa intenção era a de internacionalizar a captação de recursos, mantendo o foco local de atuação”, conta Tilkian. Daí surgiu a parceria com a organização *Save the Children*, a mais antiga organização não governamental de defesa dos direitos da criança no mundo, que desejava ter atuação no Brasil e passou a representar uma importante fonte de recursos para as atividades da Fundação.

FIRME NA LUTA



À relativa calma e prosperidade do Brasil dos anos 2000 a 2009, seguiram-se tempos turbulentos e desafiadores nos campos econômico e social. Um resumo muito sucinto de alguns dos principais eventos de 2010 a 2019: a eleição da primeira mulher presidente do Brasil, o seu afastamento do cargo, as várias ondas de protestos que tomaram as ruas do país (em 2013, 2015 e 2018), uma operação anticorrupção (Lava-Jato) que prendeu empresários e políticos, uma recessão sem precedentes e uma acentuada discordância da população sobre um projeto de desenvolvimento capaz de uni-la.

A situação das crianças e dos adolescentes não passou ilesa a todos esses acontecimentos. Os indicadores relacionados à saúde e à educação continuaram suas trajetórias de melhora, mas os avanços perderam velocidade com a chegada da crise econômica em meados da década, marcada pela queda do Produto Interno Bruto (PIB) e pelas reduções nas despesas e nos investimentos governamentais.

No campo legislativo, em contraposição, houve várias vitórias importantes.

Em 2010, o Brasil entrou novamente em campanha eleitoral para a escolha do presidente da República, e sete candidatos se comprometeram com a causa da criança e do adolescente. Eleita, a presidente Dilma Rousseff assinou o Termo de Compromisso do Programa Presidente Amigo da Criança (terceira edição do programa).



Uma das importantes realizações brasileiras que se materializaram na década de 2010 foi o alcance, antes do prazo, da redução da mortalidade infantil estipulada pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Cinco anos antes do previsto, o país atingiu a meta que tratava da redução dos óbitos de bebês até 1 ano e a meta acerca da redução dos óbitos de crianças até 5 anos. A conquista se materializou em 2011, quando a taxa de mortalidade infantil esteve em 15,3 óbitos por mil nascidos vivos e a taxa de mortalidade na infância em 17,7. A meta era de 15,7 e 17,9 por mil nascidos vivos até 2015, respectivamente.⁹⁸

No entanto, havia ainda uma grande tarefa pela frente: a de combater as desigualdades regionais. As regiões Norte e Nordeste puxavam para cima a média nacional e apresentaram coeficientes de 16 e 15,2, respectivamente, frente a 11,3 da região Sul, 12,4 da Sudeste e 13,6 da Centro-Oeste (2011).⁹⁹

O Brasil foi considerado um dos países que mais avançaram na redução da mortalidade infantil – na América Latina, foi o que mais obteve conquistas entre 1990 e 2013, graças a políticas públicas que conjugaram programas de transferência de renda, de educação e de saúde pública.¹⁰⁰



Quanto à educação, um dos acontecimentos importantes do início da década foi o novo Plano Nacional de Educação (II PNE). O primeiro plano esteve em vigência de 2000 a 2010 – portanto, o segundo plano deveria entrar em vigor nesse último ano. No entanto, houve atraso e foi apenas em dezembro de 2010 que o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional o II PNE para tramitação. Seguiu-se uma ampla discussão e pressão, por parte da sociedade civil, para que fosse elevado o percentual aplicado na educação, previsto pelo Plano. As discussões levaram quatro anos e mobilizaram três milhões de pessoas por meio de fóruns com educadores, movimentos populares, institutos e fundações empresariais, sindicatos e partidos políticos.¹⁰¹ Uma das questões mais debatidas foi o volume de recursos destinados ao setor. O projeto do governo previa que ele destinaria 7% do PIB para a área, mas várias entidades se mobilizaram por um aumento para 10%.¹⁰²

Com relação à situação econômica e social no início da década, ela ainda era favorável. Na primeira gestão da presidente (2011-2014), a tendência foi de ampliação dos gastos públicos federais, inclusive de gastos sociais e com políticas voltadas às crianças e aos adolescentes. Em 2011, havia 33 programas orçamentários direcionados direta ou indiretamente a esse público.

No campo legislativo, o país caminhou em direção a leis que implementaram garantias e direitos à infância e adolescência. Em 2012, foi aprovado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que definiu responsabilidades de cada ente governamental no que diz respeito às medidas socioeducativas: os municípios ficaram responsáveis por oferecer programas de medidas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade) e os estados pela aplicação de medidas privativas de liberdade (internação e semiliberdade).

O Sinase é composto por princípios, regras e ações de caráter jurídico, pedagógico e administrativo que envolvem o processo de apuração de ato infracional e de execução de medidas socioeducativas. Essas medidas, previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), devem ser aplicadas por juízes das varas de infância e juventude aos adolescentes autores de ato infracional, sempre que possível por meio de advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida. Penas cumpridas em regimes de semiliberdade e internação ficam reservadas aos casos extremos e excepcionais. No entanto, apesar da legislação avançada, a sua implementação permaneceu um desafio até o fim da década. A União deveria prestar assistência técnica e financeira aos estados e municípios, mas não contribuiu suficientemente para a instalação de novas unidades, levando a graves *déficits* de vagas e superlotação de unidades em muitos estados (ou a pedidos de internação não atendidos). “Uma das dificuldades observadas na execução das medidas socioeducativas reside na lacuna entre a quantidade de vagas disponibilizadas e o número de adolescentes com determinação de cumprimento de medida de internação ou semiliberdade”, ressaltou relatório do Conselho Nacional do Ministério Público sobre os programas socioeducativos no Brasil.¹⁰³



Em 2012 e 2013, conforme observou o “V Relatório Um Brasil para as crianças e adolescentes”, da Fundação em conjunto com a Rede de Monitoramento Amiga da Criança (RMAC), grandes desafios e problemas persistiam, como a falta de acesso à rede de água e esgoto por nove milhões de domicílios, a situação de extrema pobreza de mais de oito milhões de crianças, a situação de trabalho infantil por parte de mais de três milhões de crianças e de adolescentes. À época, 106 crianças morriam por dia no Brasil e cerca de 10 mil crianças e adolescentes foram vítimas de homicídios.¹⁰⁴

A RMAC estimava que o Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA), ou seja, os recursos do governo federal voltados às crianças e aos adolescentes, representava 15,3% do Orçamento Federal – a cada R\$ 100 milhões gastos, R\$ 15,3 milhões eram direcionados a esse público. No relatório, salientava-se que, dado que as crianças e os adolescentes representavam 31% da população, o percentual do orçamento destinado a eles deveria ser de pelo menos o dobro.¹⁰⁵ A situação foi se agravando. Em 2013, 15 programas orçamentários para essa parcela da população foram enxugados.¹⁰⁶ Nesse último ano, a situação da economia já havia se tornado adversa, com aumento da inflação, dos juros, do desemprego, além da deterioração das contas públicas – afetando as parcelas mais frágeis da população.





No campo social, iniciou-se uma época de grande inquietação, inicialmente expressa por um fenômeno inesperado. Após um aumento de vinte centavos nas passagens de ônibus na cidade de São Paulo (SP), houve uma manifestação violentamente reprimida pela polícia. O movimento ganhou força e se espalhou pelo país. Desde os protestos em prol do *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, não se viam tantas pessoas na rua pedindo por mudanças. Milhões reivindicaram a melhoria dos serviços públicos e protestaram contra a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas no país – a onda de manifestações ficou conhecida como “As jornadas de junho”.

Refletindo os problemas econômicos e sociais, o Brasil entrou, em 2014, numa recessão de intensidade e duração até então sem precedentes. O Produto Interno Bruto (PIB) real *per capita* caiu 0,3% naquele ano.¹⁰⁷ Mas, sob outros aspectos – especialmente no campo legislativo –, houve conquistas importantes para o público infantojuvenil em 2014. Uma delas foi a aprovação da Lei 13.010/14, conhecida como Lei da Palmada ou Lei menino Bernardo, que estabelece que crianças e adolescentes têm o direito de serem educados sem o uso de castigo físico ou tratamento cruel ou degradante e amplia a rede de proteção a essa parcela da população. Ela foi iniciativa do Poder Executivo e contou com colaboração da sociedade civil em sua elaboração, por meio da Rede Não Bata, Eduque!, que atuou para erradicar castigos físicos e humilhantes e para garantir o direito das crianças à integridade em suas famílias. A ideia era mudar a prática dos castigos físicos e contribuir para o entendimento de que eles causam traumas físicos e psicológicos, e que a violência não é uma forma aceitável de solucionar conflitos ou de educar.

Outro avanço no legislativo esteve relacionado ao combate à exploração sexual infantil: foram incluídos, no rol de crimes hediondos, os crimes de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança, de adolescente ou de vulnerável – crimes hediondos são inafiançáveis. A lei foi aprovada no ano de realização da Copa do Mundo (2014).¹⁰⁸ Pretendia-se coibir o turismo sexual no país, mas também permanentemente punir a exploração sexual infantil.

Ainda em 2014, entrou em vigor o terceiro protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), que estabelece que crianças e seus representantes apresentem reclamações, apelações e petições contra Estados que ratificaram a CDC. Essas reclamações podem ser feitas ao Comitê dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU), que investiga as violações graves contra os direitos das crianças e pode realizar visitas de averiguação e direcionar os governos a agir.¹⁰⁹

O II PNE entrou em vigor em 2014, com 20 metas previstas para até 2024. Ele previu investimento de 10% do PIB até esse ano, assim como destinação de 100% dos *royalties* do petróleo e mais 50% do Fundo Social do Petróleo extraído da camada de pré-sal para a educação – uma vitória da sociedade, que havia se mobilizado para aumentar os recursos para a educação.

O ano de 2015 trouxe um aprofundamento das dificuldades econômicas do ano anterior. O PIB real *per capita* caiu 4,4% e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 10,7% ao ano. Ou seja, a população teve de enfrentar uma dupla dificuldade: perda de renda e de poder de compra. Milhões voltaram às ruas para pedir o afastamento da presidente Dilma Rousseff, após as revelações de casos de corrupção trazidas pela Operação Lava-Jato (iniciada em 2014).



A exemplo do ano anterior, os avanços ocorreram em outros campos. Um deles foi o estabelecimento de uma nova agenda global (Agenda 2030), que estabeleceu um conjunto de prioridades para que governos e sociedade civil consigam atender às necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de as próximas gerações também satisfazerem as suas necessidades. Essas prioridades foram estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma espécie de herdeiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), cuja validade foi até 2015.

A ideia por trás da estratégia de desenvolvimento sustentável, assim como dos ODM, é que os governos utilizem as metas para formular, implementar e monitorar políticas públicas que visem ao desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 e os ODS foram aprovados por todos os países-membros da ONU em 2015, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, e entraram em vigor em janeiro de 2016. A Agenda 2030 é composta por uma declaração, 17 objetivos e 169 metas com ações propostas em quatro dimensões: social, ambiental, econômica e institucional (articulação para implementar os ODS), e que devem ser alcançados até 2030.

Uma das metas dos ODS (meta 8,7) é acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas até 2025. Nesse quesito, e mesmo com todos os avanços das duas últimas décadas, em 2015, ainda era necessário que o país caminhasse bastante. Estatísticas de 2016 dão conta de como estava a situação: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) contabilizava cerca de 2,1 milhões de crianças e de adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil no país – esse contingente representava 5,3% da população dessa faixa etária.¹¹⁰



As crianças e os adolescentes do país, em 2016, recebiam menos recursos do que dois anos antes – ou seja, a crise pela qual o Brasil passava já os afetava e reduzia a fatia do orçamento a eles direcionada. Nesse cenário que deixava a desejar, as preocupações com o público infantojuvenil não tiveram o peso que precisavam ter nas agendas do governo federal.

Considerando o OCA de 2014 para 2016, os investimentos federais nas políticas sociais para crianças e adolescentes caíram quase um terço.¹¹¹ A participação do OCA “senso estrito” (ou seja, voltado exclusivamente para políticas para crianças e adolescentes, como investimentos com educação) no Orçamento Geral da União caiu de 4,1% para 2,9% de 2014 para 2016, enquanto a do OCA “senso ampliado” (que inclui também políticas com efeitos indiretos sobre essa população, como investimentos em saúde) reduziu-se de 15,3% para 5,7% no mesmo período.¹¹²

Novamente os números dão um termômetro de como a economia e os brasileiros estavam em dificuldades: em 2016, o PIB real *per capita* recuou outros 4,3% e a inflação, medida pelo IPCA, foi de 6,3%.¹¹³ No campo político, a turbulência continuou e ocorreu o *impeachment* da presidente, substituída pelo seu vice, Michel Temer.

Mas nem todas as notícias foram negativas para as crianças e os adolescentes na segunda metade da década: em 2016, foi sancionado o Marco Legal da Primeira Infância,¹¹⁴ que estabeleceu princípios e diretrizes para que agentes públicos formulem políticas para atender de forma mais efetiva os direitos das crianças de 0 a 6 anos – idade crucial para o desenvolvimento motor, intelectual e emocional, com reflexos para a vida inteira. A elaboração da lei contou com a Frente Parlamentar da Primeira Infância e com movimentos e organizações que atuavam na defesa dos direitos das crianças.

Um dos objetivos do marco foi o de promover o aumento da eficácia das políticas voltadas para a primeira infância, reduzindo sua segmentação e definindo estratégias de articulação setorial. Ele recomenda que os municípios elaborem um Plano Municipal pela Primeira Infância, que articule diferentes áreas (saúde, educação, proteção) por meio de ações complementares para garantir os direitos das crianças dessa faixa etária. A partir de um diagnóstico da situação da primeira infância no município, ele estipula ações das diversas secretarias e estabelece metas.

Em 2017, veio outro avanço legislativo, com a promulgação de uma lei de proteção a crianças e a adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.¹¹⁵ A Lei da Escuta Protegida, como ficou conhecida, objetiva fazer com que o poder público preste atendimento rápido e humano por meio da escuta especializada e adequadas às crianças e aos adolescentes que sofreram ou testemunharam violência, evitando que o Estado os revitimiza por meio de repetidos depoimentos por parte de pessoas sem qualificação. No entanto, apesar do avanço na legislação, a complexidade e a dificuldade de sua implantação tornam a efetivação dos direitos um desafio.¹¹⁶

Em 2018, outra lei tipificou os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, aumentando as penas para estupros coletivos e corretivos.¹¹⁷ Com relação aos crimes cometidos contra crianças e adolescentes vulneráveis, a lei aumentou as penas e “tornou pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável”, o que significa que a ação penal não depende de vontade da vítima para ser iniciada.

Ao se aproximar do fim da década, o país começava a se recuperar lentamente, mas os recursos voltados a políticas públicas com impactos na vida das crianças e dos adolescentes não cresceram. Em 2017 e 2018, o PIB *per capita* elevou-se ligeiramente, com crescimentos de 0,5% em cada ano.¹¹⁸ Se for considerado um período mais longo, de 2015 a 2018, os patamares nominais de gastos com esse público se mantiveram, mas não houve reposição de perdas com a inflação no período, levando a menos recursos, em termos reais, para crianças e adolescentes.¹¹⁹

A despeito das grandes dificuldades enfrentadas pelo Brasil a partir de 2013, os indicadores, no fim da década, refletiam avanços. Ainda que não na velocidade requerida e desejada, essas melhorias ocorreram.

No Ensino Fundamental, quase a totalidade das crianças e dos adolescentes de 6 anos a 14 anos estudava em 2018 e o país estava próximo de atingir uma das metas do II PNE, de garantir a totalidade das pessoas nessa faixa etária nas salas de aula.¹²⁰

A taxa de atendimento era de 98,5% em 2012 e ampliou-se ainda para 99,3% em 2018.

A taxa de abandono do Ensino Fundamental também se reduziu ao longo da década, para 1,65% em 2017.¹²¹ O percentual desse público matriculado no ano adequado à sua idade também avançou, de 96,7% para 98% – uma das metas do II PNE é a de que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada (até 2024).¹²²



Já os números relativos ao Ensino Médio mostraram um gargalo maior e mais desafios. A taxa de atendimento de adolescentes de 15 a 17 anos subiu de 88,65% em 2012 para 91,5% em 2018. A universalização do Ensino Médio, conforme a meta do II PNE, era prevista para 2016. A taxa de abandono no Ensino Médio estava em 6,1% em 2017.¹²³

Outra questão desafiadora no Ensino Médio diz respeito à adequação idade-série. A taxa líquida de matrícula dessa faixa etária, que mostra se o jovem está efetivamente no Ensino Médio (e não ainda cursando o Fundamental), subiu de 61% para 68,7% no mesmo período.¹²⁴ Mas ainda havia uma grande distorção idade-série. Outra meta do II PNE é a de elevar a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% até 2024.

Vale ressaltar que a falta de acesso à pré-escola e ao Ensino Médio, somada à de crianças e de adolescentes indígenas e quilombolas, ainda representava, no fim da década, um contingente expressivo da população de 4 a 17 anos. “Um dos principais desafios é garantir que todas as crianças e todos os adolescentes, sem exceção, sejam incluídos. Em 2017, quase dois milhões de meninas e meninos de 4 a 17 anos ainda estavam fora da escola”, ressaltou relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), acrescentando que grande parte dos excluídos vivia nas periferias dos grandes centros urbanos, no semiárido nordestino, na Amazônia e nas zonas rurais, e que, do total fora da escola, 53% viviam em domicílios com renda *per capita* de até meio salário-mínimo.¹²⁵

Uma das metas do II PNE não atingida no prazo diz respeito ao acesso à pré-escola. O plano previu universalizar até 2016 a educação para crianças de 4 e 5 anos (pré-escola). No entanto, em 2017, 7% das crianças dessa faixa etária ainda estavam fora das salas de aula. A taxa de atendimento à pré-escola subiu de 85,6% para 93% (de 2011 a 2017).¹²⁶ Embora o acesso tenha aumentado, a velocidade de inserção das crianças na pré-escola foi menor do que a necessária para que se cumprisse a meta. O plano também prevê atender pelo menos 50% das crianças de 0 a 3 anos em creches até 2024. A taxa de atendimento de crianças de 0 a 3 anos em creches subiu de 25,4%, em 2011, para 34,1%, em 2017.¹²⁷





No campo da saúde, a situação foi semelhante: a melhora também ocorreu, ainda que não na velocidade desejada. A mortalidade infantil continuou caindo ao longo da década. No entanto, o Brasil não atingiu as metas estipuladas no documento Um Mundo para as Crianças (MPC) – elas previam uma redução de 2/3 da mortalidade infantil até 2015, tomando por base o ano de 2002 – o que pressupunha uma taxa de 9,1 (9,1 óbitos para cada mil nascidos vivos). Em 2019, o coeficiente ficou em 12,4, mas ainda com disparidades regionais importantes: o maior índice ficou na região Norte, com 15,1 e o menor na região Sul, 10,2.¹²⁸ Em 2019, 35.230 crianças morreram antes de completar 1 ano no Brasil.

Em um tópico importante, com impacto na mortalidade, o país vem tendo dificuldades para avançar ou mesmo retrocedendo: a cobertura vacinal. Após atingir um pico de 95,1% em 2015, esse indicador caiu para 50,4% (2016), 80,4% (2017) e 77,1% (2018).¹²⁹ E há um aspecto que continuou à margem da evolução das últimas décadas: a violência extrema, medida pelos homicídios. O número de homicídios na faixa etária de 10 a 19 anos passou de 5 mil para 11,8 mil casos ao ano (de 1990 a 2017). “Em 2015, o número de meninos vítimas de homicídio no Brasil já era maior do que o número do total de meninos mortos na Síria (7,6 mil), a maioria em decorrência da guerra naquele ano”, ressaltava relatório do UNICEF.¹³⁰

Em 2018, o Brasil registrou mais de 57,9 mil mortes por homicídios – desse total, 10 mil foram de crianças e de adolescentes entre 0 e 19 anos. A maioria desses assassinatos (78%) foi cometida por arma de fogo. E a esmagadora maioria das vítimas (mais de quatro em cada cinco) era de negros.¹³¹

Um ponto positivo que ocorreu ao longo de toda a década, apesar das maiores dificuldades pelas quais o país passou na segunda metade do período, foi a redução do trabalho infantil. De 2016 para 2019, ele ainda continuou em trajetória de queda: a população de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil caiu de 2,1 milhões para 1,8 milhão no período. Desse 1,8 milhão, a maioria (1,3 milhão) estava engajada em atividades econômicas, enquanto 463 mil trabalhava para consumo próprio. Em 2016, 5,3% das crianças e dos adolescentes estavam em situação de trabalho – percentual que caiu para 4,6% em 2019. O reconhecimento desse avanço, no entanto, está longe de significar que essa questão está equacionada no país, dado o número ainda elevado desse contingente da população em situação de trabalho. Outro dado importante é que, daqueles que trabalhavam, parte muito relevante (45,9%) estava empregada nas piores formas de trabalho infantil, ou seja, suas ocupações faziam parte da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP). Na faixa de 5 a 13 anos, o percentual de crianças empregadas nessas ocupações era ainda superior, de 65,1%.¹³²

Outro número que mostra um problema persistente é a participação proporcionalmente maior de crianças e de adolescentes pretos e pardos em situação de trabalho infantil. Do 1,8 milhão de crianças e de adolescentes trabalhando, 66,1% eram pretos e pardos, e o restante (32,8%) de brancos.¹³³





A Fundação Abrinq nos anos 2010-2020

Ao completar 20 anos, em 2010, a Fundação Abrinq havia beneficiado cerca de seis milhões de crianças. 2010 foi o primeiro ano de atuação plena junto à Save the Children. Os programas mais antigos da Fundação, como o Nossas Crianças, o Adotei um Sorriso, o Prêmio Criança, o Empresa Amiga da Criança e o Prefeito Amigo da Criança renovaram o fôlego, e ela continuou com a defesa dos direitos da criança e do adolescente também por meio de ações de *advocacy*, de conscientização e da comunicação.

Mas, mesmo com a manutenção desses programas, a parceria que se iniciou na década trouxe algumas modificações relevantes: a organização começou a atuar em uma área inédita, o atendimento a emergências, e permitiu inovações em sua matriz de captação de recursos.

Em 2010, ano de eleições presidenciais, além de todos os programas e projetos em andamento, parte da mobilização foi para conscientizar os eleitores sobre a importância de votar em candidatos comprometidos com a causa da criança e do adolescente. Por meio de uma campanha veiculada na tevê, *spots* de rádio, anúncios em jornais e revistas, participação nas redes sociais como Twitter e Facebook e um passeio ciclístico com 200 pessoas na cidade São Paulo (SP), buscou-se sensibilizar os eleitores para escolherem candidatos comprometidos com os direitos da criança e do adolescente.

Atletas, atores, atrizes, cantores e jornalistas aderiram à campanha “Vote em um presidente amigo da criança”, que conquistou mais de 7 mil apoiadores.

No início da década, uma das principais frentes de atuação da Fundação foi nas regiões Norte e Nordeste, que apresentavam os piores indicadores com relação à situação da infância e da adolescência no país. Apesar de o Brasil ter atingido as metas de redução das taxas de mortalidade infantil e na infância previstas pelos ODM, essas taxas ainda eram superiores nessas regiões. Portanto, era necessário atuar por meio de projetos na área de saúde para contribuir para a melhoria dos serviços oferecidos para gestantes e crianças na primeira infância.

Por meio do Programa Por Todas as Crianças (nome local para a campanha global *EveryOne*, da *Save the Children*), buscou-se reduzir as mortalidades infantil, na infância e materna, de forma que nenhuma criança de até 5 anos morresse de causas evitáveis. Para isso, ele promoveu campanhas informativas e ações de *advocacy* com o poder público.

As crianças da região do semiárido nordestino foram beneficiadas por um programa e um projeto cofinanciados pela Comunidade Europeia. O Programa Criança com Todos os Seus Direitos, lançado em 2010, visava a apoiar autoridades locais e atores não governamentais para que esses promovessem políticas públicas integradas, com o objetivo de melhorar as condições de vida da primeira infância. Já o Projeto “É de Direito, Proteção e Justiça para Crianças, Adolescentes e Jovens” buscava cumprir as normas e os padrões em dez instituições de atendimento e justiça na região metropolitana de Recife (PE), de forma a contribuir para o combate à violência contra crianças e adolescentes.

Com relação à sustentabilidade das próprias atividades da Fundação, a década trouxe a preocupação de diversificar as fontes de financiamento. Em 2010, a instituição atuou por meio do fortalecimento da presença nas redes sociais, que já se mostravam importantes para tirar dúvidas e compartilhar informações, ampliando o público sensível à causa e conquistando novos apoiadores e doadores.



A comunicação sempre foi uma estratégia fundamental para a organização, que a entende como uma ferramenta de mobilização social. A internet foi se consolidando e se popularizando, e, já em meados da década, manteve-se, tanto em canais de notícias quanto em redes sociais, como o canal que mais deu espaço para a causa e os temas relacionados à infância e à adolescência. A produção de campanhas e publicação de *posts* informativos visou gerar identificação e abrir discussões. Os seguidores foram estimulados a apoiar petições, abaixo-assinados, ações nas redes sociais e a realizar doações. A presença da Fundação nas redes sociais se tornou um importante ativo dela, não só por conta da possibilidade de captação de recursos, mas também porque o apoio das pessoas interessadas na causa da criança e do adolescente é importante para os trabalhos de incidência política. A presença nas redes sociais contribuiu para ampliar a doação por parte de pessoas físicas.¹³⁴

Outro fator fundamental para esse aumento foi a presença nas ruas, por parte da Fundação, com vistas à arrecadação de doações. Essa nova frente de atuação em prol da sustentabilidade começou na cidade de São Paulo e região metropolitana, em 2011. “A *Save the Children* sugeriu e nos ajudou a implementar a captação ‘face to face’. Passamos de poucas pessoas doando muito para muitas pessoas doando pouco”, resume Victor Alcântara da Graça, à época gerente de desenvolvimento institucional. A mudança na matriz de captação conferiu mais estabilidade à captação de recursos. Antes, as doações costumavam flutuar mais porque os patrocínios de empresas eram mais expressivos – ou seja, quando uma companhia deixava de contribuir ou reduzia o montante doado, o impacto era superior. Nesse ponto, vale ressaltar que a organização sempre foi conservadora, conta Graça: no final de cada ano, quando é fechado o planejamento das atividades para o ano seguinte, apenas são comprometidos com os projetos os recursos previstos para entrar no caixa. Ou seja, a Fundação só se compromete com projetos e entidades após ter assegurado que há previsão de entrada de capital.

“Sempre acreditei na causa da criança e do adolescente e conhecia o trabalho da Fundação. Um dia, estava numa feira de negócios e um promotor me abordou e perguntou se eu gostaria de contribuir. Eu preenchi um formulário e logo comecei. Investir na criança é a chance de promover um mundo melhor. Se elas têm acesso à educação e a atividades que as desenvolvam, serão adultos completos. A gente tem a responsabilidade de deixar um mundo melhor. É nisso que eu acredito. Tenho muito orgulho de fazer parte dessa família.”

Simone Luciano de Souza, jornalista, contribui desde 2014.



Conforme anteriormente citado, ainda no início da década, a Fundação Abrinq começou a atuar em uma frente inédita para ela: a de apoio emergencial. O ano de 2011 estava nos seus primeiros dias quando ocorreu a maior tragédia ambiental do Brasil, até então: as chuvas torrenciais e os deslizamentos de terra que mataram mais de 900 pessoas e deixaram pelo menos 100 desaparecidos na região serrana do estado do Rio de Janeiro, nas cidades de Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo, Sumidouro e São José do Vale do Rio Preto.¹³⁵ A organização implantou, com base em metodologias internacionais, uma área de emergência, atuando desde o socorro imediato até as ações de redução de risco de desastre.

Com a *Save the Children* Reino Unido e Echo-Care, o Projeto de Resposta à Emergência foi criado para proteger, durante seis meses, cerca de 250 crianças nos chamados espaços seguros. Em situações de catástrofes, a vulnerabilidade das crianças e dos adolescentes costuma aumentar e elas se tornam mais expostas a possíveis abusos, violências e privações decorrentes das perdas de seus pais e outros parentes, de suas casas e escolas.

Nesses locais, as crianças participaram de atividades lúdicas e educativas para compartilhar experiências, aprender e expressar sentimentos, o que contribuiu para a reconstrução de suas vidas após a calamidade. O projeto contou com a participação e a parceria das secretarias de educação, que cederam professores e funcionários treinados para coordenar e atuar nos espaços seguros.



A região também contou com outros dois projetos. O Retorno Escolar distribuiu nove mil *kits* escolares doados por Deutsche Bank, HP, Bayer e Rio Tinto para contribuir com a volta às aulas nos três municípios mais afetados. E o segundo projeto (chamado de Redução de Riscos de Desastres) visou à prevenção de novos desastres naturais e contou com o apoio da Comissão Europeia – Ajuda Humanitária e Proteção Civil.

A recém-criada área de emergência atuou ainda em duas ocasiões em 2011: em Pernambuco, após fortes chuvas no mês de maio, criou nove espaços seguros que acolheram cerca de 4,4 mil crianças por meio do Programa de Resposta à Emergência em Água Preta. Em parceria com a organização Bagulhadores do Mió, capacitou 200 professores. Na cidade de São Paulo (SP), a área de emergência instalou um espaço seguro em um abrigo municipal que atendeu cerca de 30 crianças após um incêndio na Favela do Moinho, em dezembro daquele ano.

Outra novidade no início da década ocorreu no Programa Nossas Crianças, que, em 2011, passou a apoiar entidades que também trabalhavam com outros eixos: saúde sexual e reprodutiva, sobrevivência infantil e na infância e violência doméstica e sexual. Esses novos eixos estavam em linha com uma preocupação que já existia, mas ganhou novos contornos naquela época por conta da proximidade da realização de dois megaeventos internacionais no Brasil: a Copa do Mundo e as Olimpíadas do Rio de Janeiro. A questão era evitar a exploração e violação dos direitos das crianças e dos adolescentes por conta desses eventos – tema que foi tratado em várias ocasiões, como durante o 2º Congresso Brasileiro dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizado em 2011. O evento abordou também a sobrevivência infantil e o II PNE.

O II PNE, aliás, foi um dos grandes focos de atuação no início do decênio de 2010. Ele foi a proposição mais importante na área de educação na época. O plano foi enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional em dezembro de 2010 e estabelecia 20 metas no campo da educação que o governo precisaria atingir em dez anos.¹³⁶

Ele previa, inicialmente, que o país deveria destinar 10% do PIB para a educação, mas o Ministério da Educação e Cultura (MEC), em sua proposta, rebaixou o valor para 7%.

A Fundação uniu-se a outras organizações, movimentos e grupos estudantis, juvenis e comunitários e cidadãos que lutam pela garantia do direito à educação pública, gratuita e de qualidade no Brasil, por meio da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. A campanha, por sua vez, liderou o movimento PNE pra Valer. A organização dedicou-se a analisar o II Plano Nacional de Educação (II PNE) e a produzir emendas que efetivassem o direito de crianças e de adolescentes à educação.

“Investir nas crianças é melhorar a vida de todos. Há muitos talentos perdidos por falta de oportunidades. Quando nos tornamos produtivos, podemos ajudar os outros a também se tornarem produtivos. O meio social fica melhor, além de ajudar o próximo, isso nos ajuda. É importante contribuir para a sociedade para que todos coexistam bem. Escolhi colaborar para a Fundação Abrinq porque ela tem estrutura e demonstra ser profissional. Quando o dinheiro é bem utilizado, ele se multiplica.”

Raul Ernesto Meira Magalhães, policial militar e advogado, contribui desde 2015.

Ela participou de audiências públicas sobre o plano na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas e lançou uma nota técnica sustentando que o percentual de 7% era insuficiente. Além disso, divulgou vários posicionamentos públicos, realizou um “tuitaço” e participou da 5ª Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública em Brasília, chamada de “10 mil pelos 10% do PIB para a Educação” (em outubro de 2011), pedindo pela votação do plano por parte da Câmara ainda naquele ano.

Em 2011, a Fundação e a Rede de Monitoramento Amiga da Criança (RMAC) publicaram o III relatório Um Brasil para as Crianças e os Adolescentes, que acompanhou as políticas públicas relativas a crianças e a adolescentes do segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010). Com o monitoramento, a ideia era estabelecer parâmetros para compreender os desafios que a nova gestão encontraria com relação à questão das crianças e dos adolescentes. No âmbito do Programa Presidente Amigo da Criança, teve início a terceira edição por meio da assinatura do Termo de Compromisso Presidente Amigo da Criança, por parte da presidente Dilma Rousseff, para o mandato de 2011 a 2014. O Plano Presidente Amigo da Criança (PPAC), com metas e indicadores para a gestão, não foi entregue em 2012, conforme acordado.

Em 2012, as regiões Nordeste e Norte continuaram como focos de atuação e foram beneficiadas pelo Projeto Hábitos Alimentares Saudáveis no Norte e no Nordeste, que funcionou em dez cidades com elevados índices de desnutrição e de obesidade. Ele visava promover hábitos alimentares saudáveis em crianças de creches e pré-escolas e a valorização de alimentos e contou com o patrocínio *master* da *Save the Children* Itália.

Outro projeto implementado no mesmo ano foi o Salvando Vidas, que buscava reduzir as taxas de mortalidade materna e infantil em dez cidades de Pernambuco e da Bahia. Além de promover ações de mobilização social nas comunidades, formação e treinamento de profissionais especializados no atendimento materno e infantil, ele deu apoio técnico aos órgãos municipais de saúde para melhorar a qualidade dos serviços prestados para gestantes e crianças na primeira infância. A iniciativa foi patrocinada pela Reckitt Benckiser.



As iniciativas da Fundação Abrinq para combater o trabalho infantil continuaram ao longo da década. Em 2012, ela lançou a publicação "O que as empresas podem fazer para combater o trabalho infantil em suas piores formas" (2012) e quatro guias que abordavam responsabilidade social, investimento social privado, voluntariado empresarial e incentivos fiscais.

Ainda em 2012, no âmbito municipal, o Programa Prefeito Amigo da Criança continuou com o seu objetivo de conscientizar a sociedade sobre a relevância das políticas públicas em prol da infância e da adolescência – lembrando que os municípios são extremamente importantes para a promoção dos direitos, não só por conta de suas responsabilidades com saúde e educação, mas também pelos conselhos tutelares. Em 2012, quando terminaram as gestões do mandato 2009-2012, 183 municípios brasileiros foram reconhecidos com o Prêmio Prefeito Amigo da Criança, implementando ações que beneficiaram mais de dez milhões de crianças e de adolescentes de suas cidades.

Partiu-se então para 5ª edição do programa (2013 a 2016), com uma campanha que incluía filme para tevê, *spot* de rádio e *hotsite*. Nessa ocasião, 1.542 prefeitos aderiram ao programa, sendo que 298 municípios levantaram os indicadores sociais e o cenário das políticas de saúde, educação e proteção e 218 apuraram o Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA), ou seja, conseguiram identificar o quanto seus municípios investiam nas crianças e nos adolescentes. No fim desse ciclo, 102 prefeitos honraram os compromissos assumidos e foram reconhecidos na categoria reconhecimento pleno – suas ações beneficiaram seis milhões de crianças e de adolescentes. Com relação ao Programa Presidente Amigo da Criança, em 2013, a Fundação e a Rede de Monitoramento Amiga da Criança (RMAC) lançaram o IV relatório Um Brasil para as Crianças e os Adolescentes.



Uma das frentes de atuação intensificada ao longo da década foi o trabalho de incidência política para a defesa dos direitos da criança e do adolescente junto a parlamentares e ao Poder Executivo. Embora crianças e adolescentes já tivessem vários direitos assegurados por lei, a implementação desses ainda se mostrava um desafio, sendo necessário criar ambiente e disposição política para que se destinassem recursos a programas e políticas que beneficiassem esse público e, ainda, evitar possíveis retrocessos no marco regulatório.

Começou-se, então, a acompanhar sistematicamente os projetos de lei em tramitação que tratavam de temas relacionados à criança e ao adolescente nas áreas de educação, saúde e proteção de direitos. À época, em 2013, a maioria dos principais projetos monitorados propunha aperfeiçoamentos de mudanças no Sistema de Garantias de Direitos (SGD).

Um dos exemplos de acompanhamento próximo e incidência sobre o Poder Legislativo foi a tramitação, ao longo de 2014, da Lei Menino Bernardo, que previa a educação sem uso de castigos corporais.¹³⁷ A organização apoiou os trabalhos da comissão especial para a tramitação e a aprovação do projeto, além de participar do Seminário sobre Experiências de Legislação Contra Castigos Corporais de Crianças e Adolescentes, na Câmara dos Deputados. A conscientização da sociedade foi buscada por meio da rede Não Bata, Eduque!, um movimento social que buscava erradicar os castigos físicos e humilhantes, estimulando uma relação familiar democrática e respeitosa. Uma das ações da rede foi a campanha Não Bata, Eduque! para ampliar e qualificar o debate sobre o tema.

Com a ampliação do monitoramento das atividades legislativas por parte da instituição, em 2014, foi lançada a primeira edição do Caderno Legislativo da Criança e do Adolescente, uma ferramenta de incidência política que procurava subsidiar e fomentar o debate em torno de proposições legislativas que promoviam, defendiam ou reduziam direitos da criança e do adolescente e que tramitavam no Congresso Nacional. À época, a organização acompanhava 1.015 matérias em tramitação – 64 dos principais projetos foram analisados na publicação. O caderno, desde então, passou a ser divulgado todos os anos.



Outra forma de facilitar o acesso a informações sobre o assunto foi o relançamento, em 2015, do Observatório da Criança e do Adolescente, um repositório virtual de informações cujo objetivo é facilitar a consulta dos principais indicadores sociais relacionados direta e indiretamente à infância e à adolescência no Brasil. As bases de dados permitem que os interessados no assunto analisem a evolução dos principais desafios e das políticas voltadas para esse público.

O observatório também trouxe um módulo chamado Agenda Legislativa da Criança e do Adolescente, que proporciona o acompanhamento da tramitação de todas as proposições legislativas que afetam a vida e os direitos das crianças e dos adolescentes no país. A plataforma fez parte da estratégia da Fundação de prover indicadores, iniciada com a publicação do Cenário da Infância e da Adolescência no Brasil (de periodicidade anual). Em 2015, o Programa Empresa Amiga da Criança fez 20 anos, e a sua causa – erradicar a exploração da mão de obra infantil – ainda permanecia válida, apesar de todas as conquistas obtidas ao longo das duas décadas anteriores. Estimava-se que mais de 3,1 milhões de crianças e de adolescentes trabalhavam no Brasil em 2014. Em 2015, a Fundação Abrinq voltou a realizar um acordo setorial contra o trabalho infantil (com o setor calçadista de Franca e o comércio), comprometendo as cadeias produtivas consideradas “de risco” com ações de prevenção e combate. Além disso, voltou a efetuar visitas técnicas às empresas para conhecer as frentes de trabalho e os projetos sociais que elas apoiavam.

No mesmo ano, foi lançada a quarta edição do Programa Presidente Amigo da Criança, com a assinatura do Termo de Compromisso Presidente Amigo da Criança, por parte da presidente Dilma Rousseff, para o mandato de 2015 a 2018. E, também, veio a público o V relatório Um Brasil para as crianças e os adolescentes, da Fundação em conjunto com a Rede de Monitoramento Amiga da Criança (RMAC).

A década entrava em sua segunda metade em 2016, novamente um ano eleitoral – dessa vez, as eleições eram para prefeitos e vereadores. A organização lançou então a 6ª edição do Programa Prefeito Amigo da Criança, que levaria em conta os mandatos de 2017 a 2020. Essa edição contou com uma campanha publicitária elaborada voluntariamente pela agência J. W. Thompson, a #NãoVaiTerColo. Veiculada em rádio, televisão, jornais e redes sociais, a peça mostrava crianças demandando investimentos em saúde e educação e se recusando a serem pegadas no colo por candidatos a prefeito que não se comprometessem com a melhora de vida dessa parcela da população. O vídeo da campanha teve mais de cinco milhões de visualizações nas redes sociais. Nessa edição, 1.138 prefeitos eleitos assinaram o termo de compromisso.

“Conhecia a Fundação Abrinq e a acompanhava nas redes sociais. Sou ligada às causas sociais e já atuei como voluntária e coordenadora de projetos com a população de rua. Estava caminhando na avenida Paulista, quando um promotor me abordou, apresentou o projeto da Fundação e me explicou como funcionava a doação. Acredito muito no trabalho fundamental da educação e no impacto que ela tem na vida das pessoas. A educação impacta a vida da criança, que vai virar um adulto e contribuir para a sociedade. Acredito em uma sociedade mais justa e igualitária. Acompanho as ações da Fundação pelo Instagram e pelos *e-mails* e gostaria de conhecê-la ainda mais.”

Fátima Cristina Petronieri da Rocha, jornalista, doadora desde 2019.



Em 2015, a parceria com a *Save the Children* foi encerrada. “Embora a Fundação Abrinq tenha sempre sido dirigida de forma profissional por executivos, ela aprendeu com o tratamento de empresa que é dado às organizações não governamentais de países desenvolvidos, inclusive por meio da propaganda. A parceria com a *Save the Children* nos permitiu aprimorar ainda mais a gestão”, avalia Carlos Antonio Tilkian, presidente do conselho de administração na época em que a entidade desfez a associação.

Outros legados da parceria foram o aprendizado de metodologias para lidar com crianças e adolescentes em situações de calamidade pública – que podem se tornar mais frequentes em função dos efeitos do aquecimento global – e a inovação na forma de financiamento, que passou a contar com mais pessoas físicas.

Ao longo da década, a Fundação Abrinq passou a dividir, com outras organizações não governamentais (inclusive fundadas por profissionais que fizeram parte da Fundação), parte da visibilidade que costumava ter. O Terceiro Setor como um todo se desenvolveu. O ex-presidente do conselho de administração, Rubens Naves, nota que o próprio aumento do número e da influência de novas entidades pode deixar a sensação de que a instituição perdeu o protagonismo que ocupava no Terceiro Setor, o que condiz com a realidade: “A Fundação não perdeu a relevância, e sim estimulou a formação de outras entidades porque tinha governança e alto nível de profissionalismo”. Ela teve um papel fomentador e formador, que contribuiu para o fortalecimento de todo o segmento.



Na metade da década, outro assunto atraiu bastante os esforços e as atenções da organização: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com potencial para gerar fortes impactos positivos na vida de crianças e de adolescentes brasileiros a partir de 2016. Conforme anteriormente visto, em 2015, houve a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, com a Agenda 2030 e os ODS, que deram continuidade aos Objetivos do Milênio (ODM). Em 2016, quando os ODS entraram em vigor, as políticas públicas já deveriam visar ao cumprimento dos compromissos assumidos. No entanto, tornava-se necessário atuar para que esses compromissos efetivamente se concretizassem.

A Fundação Abrinq acompanhou e participou de debates e negociações internacionais sobre a agenda e os ODS. Ela esteve presente, como membro das delegações oficiais do Brasil, na 3ª Conferência Internacional de Financiamento para o Desenvolvimento (da ONU, em julho de 2015), na última rodada das Negociações Intergovernamentais dos ODS e na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (em setembro de 2015, na ONU).

Mas era necessário também discutir, dentro do país, sobre os objetivos e suas implicações, além de engajar outras entidades para que elas também se juntassem às atividades de monitoramento sobre o cumprimento dos ODS. Em meio às negociações para a definição dos ODS, a Fundação e a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) realizaram o seminário A Agenda Pós-2015 e o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável.

Dois outros seminários foram feitos em parceria com as Aldeias Infantis SOS, ChildFund Brasil, Plan International Brasil e Visão Mundial: O Seminário Internacional Violência contra Crianças e Adolescentes na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e o seminário O Diálogo ODS: Crianças e Adolescentes na Agenda 2030. O objetivo desse último foi o de compartilhar informações e mobilizar organizações e redes do movimento da infância e da adolescência no Brasil para o monitoramento e a incidência da implementação dos ODS no país. Como resultado, criou-se a coalizão Crianças e Adolescentes na Agenda 2030, e uma carta foi entregue à Presidência da República, chamando a atenção para questões fundamentais da preparação do ambiente nacional para a implementação dos ODS.

A Fundação participou também, com a ONG Agenda Pública e outras entidades, do lançamento da Estratégia ODS, uma coalizão de ONGs, governos e academia para debater sobre os objetivos e propor meios de implementá-los. Outra frente de atuação foi no monitoramento dos ODS. A organização fomentou a mobilização da sociedade civil por meio da coalizão Ciranda 2030, que visava impulsionar junto ao governo federal e aos municípios a implementação de ações, programas e políticas públicas voltadas para os dez objetivos com mais impacto na vida das crianças e dos adolescentes. Além disso, ela atuava monitorando os indicadores. A Ciranda 2030 foi uma parceria entre Fundação Abrinq, Plan International Brasil e Visão Mundial. A organização foi selecionada, em 2017, por meio de edital público, ao lado de outras oito organizações representantes da sociedade civil, para integrar a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), com mandato de 2017 a 2019. Os trabalhos para implementar a Agenda 2030 foram interrompidos em 2019, por meio de decreto do Poder Executivo que extinguiu vários colegiados federais, mas se mantiveram nas esferas estadual e municipal.¹³⁸

Como um dos objetivos de desenvolvimento sustentável está ligado à erradicação do trabalho infantil em todas as suas formas, a instituição realizou o seminário “Diálogos ODS: O Brasil Livre do Trabalho Infantil até 2025”, em parceria com o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), em junho de 2016. Houve ainda outros seminários com a organização da Fundação Abrinq e outras entidades, como o “Transformando o Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. E uma audiência pública na Câmara dos Deputados para debater o papel do Congresso Nacional na implementação dos ODS.



Em 2017, no âmbito do combate ao trabalho infantil, teve início uma ampla reformulação do Programa Empresa Amiga da Criança – o objetivo era identificar fragilidades e pontos para a melhoria, evitando a adesão de companhias que não estivessem realmente engajadas com a causa da criança e do adolescente e aprofundando o apoio que a Fundação podia dar para aquelas verdadeiramente comprometidas. Após a reformulação, passou-se a priorizar a qualidade em vez da quantidade. O programa passou a ter apenas dois objetivos, que englobam tudo o que pode ser feito pelo setor produtivo em prol das crianças e dos adolescentes: “Realizar ações de responsabilidade social corporativa em benefício da criança e do adolescente” e “Prevenir e combater o trabalho infantil”. Essa simplificação, no entanto, não significou uma redução nas exigências e no monitoramento feito por parte da Fundação, que continuou avaliando de forma ampla e detalhada as iniciativas das empresas, assim como o grau de maturidade de cada uma com relação às práticas de responsabilidade voltadas ao público infantojuvenil. O número de Empresas Amigas da Criança, que era de 930 antes da reformulação, passou para cerca de 700.

Também em 2017, o Programa Nossas Crianças passou por mudanças e focou-se em projetos voltados à primeira infância, nos campos de saúde, educação e proteção especial. Em 2018, o projeto completou 25 anos – período em que beneficiou mais de 98 mil crianças e apoiou mais de 900 organizações. O ano de 2017 foi marcado, em âmbito nacional, pela greve dos caminhoneiros, que teve efeitos negativos na economia. Nesse período – como costuma haver durante as grandes crises – houve uma queda relevante nas doações de pessoas físicas. No entanto, o comprometimento dos doadores também é digno de nota nessas épocas: “É muito emocionante ver a reação das pessoas. Muitas contribuem mensalmente com valores baixos. Mas avisam quando perdem o emprego e não podem mais pagar, e dizem que voltarão a contribuir assim que arrumarem um novo trabalho”, conta Graça.

Nessa época, no âmbito da gestão, houve uma parada para reflexão por parte dos dirigentes e dos gestores de projetos. Havia dois possíveis caminhos a seguir: criar cada vez mais programas para atender a demanda de parceiros ou procurar parceiros engajados com os projetos já existentes. A decisão tomada foi a de concentrar os esforços nos programas principais, como o Prefeito Amigo da Criança, o Nossas Crianças e o Empresa Amiga da Criança. Outra mudança importante, relembra Tilkian, foi a criação dos comitês de finanças, jurídico e *marketing* para apoiar o conselho de administração, o que possibilitou maior engajamento e aproveitamento das *expertises* dos conselheiros.

Em 2018, as crianças de 4 e 5 anos de São Bernardo do Campo (SP) puderam se beneficiar do lançamento do projeto Brincando Comciências, em parceria com a Basf e a Secretaria Municipal de São Bernardo do Campo (SP). O projeto visava fomentar o ensino científico e matemático, a partir de observações e experiências do cotidiano.

Por meio de brincadeiras e de jogos educativos, as escolas foram estimuladas a fazer projetos de ciências e matemática dentro da sala de aula. E as crianças receberam *kits* de ciências e raciocínio lógico, compostos por jogos e brinquedos. Foram treinados e acompanhados 32 professores de oito Escolas Municipais de Educação Básica (EMEB) do município.¹³⁹

No mesmo ano, estavam novamente em curso as eleições presidenciais e a Fundação Abrinq lançou a campanha Criança não vota. Mas tem quem vote por ela e um caderno de orientações para a gestão de 2019 a 2022. Em agosto de 2018, foi publicado o VI Relatório Um Brasil para as Crianças e os Adolescentes, por parte da Fundação em conjunto com a Rede de Monitoramento Amiga da Criança (RMAC), que tratou do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, interrompido em 2016 pelo *impeachment*. O relatório trouxe um cenário diferente daquele retratado nas três gestões federais anteriores (de 2003 a 2014), nas quais tinha havido ampliação dos gastos públicos voltados a políticas sociais com impacto positivo na vida de crianças e de adolescentes. O programa teve seu processo de incidência política junto ao governo federal comprometido desde o afastamento da presidente, que era a signatária do termo de compromisso.



Durante 2019, o programa centrou os seus esforços para monitorar as ações do governo, além de realizar diversas tentativas de adesão do presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, por meio de reuniões com o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e a secretaria de governo da presidência da República, mas a adesão não foi efetuada.

No mesmo ano, começou o Projeto de Fortalecimento da Rede Estratégia ODS, coordenado pela Fundação, em parceria com a Agenda Pública e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), financiado pela União Europeia. O projeto amplia e qualifica a capacidade de articulação, mobilização e incidência política em favor dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil, focando a redução das desigualdades de gênero, geracional e étnico-racial. No mesmo ano, foi realizado o seminário "Parcerias Multissetoriais para os ODS: O Desafio da Redução das Desigualdades", evento no qual foram discutidas questões relacionadas às desigualdades sociais no Brasil e boas práticas para a redução dessas, especialmente entre os grupos mais vulneráveis.

Ainda com relação aos ODS, a organização lançou quatro volumes da publicação *A Criança e o Adolescente nos ODS*, que visava estabelecer o marco zero dos indicadores da infância e adolescência no Brasil para aferição do cumprimento das metas dos ODS.⁴⁰

O trabalho de monitoramento – não apenas no campo dos indicadores e das metas, mas também do acompanhamento legislativo – foi realizado pela Fundação ao longo de toda a década, e, como dito anteriormente, foi intensificado. Essa decisão, tomada ainda no início do período, mostrou-se bastante acertada porque, como pôde ser visto no decorrer dos anos, vários temas que pareciam pacificados pela sociedade foram objeto de proposições legislativas que levariam à perda de direitos conquistados pelas crianças e pelos adolescentes, mostrando que a causa desse público requer atenção constante, mesmo quando os avanços parecem consolidados.



E, entre esses temas, estiveram as propostas de emenda à Constituição que propunham a redução da maioria penal – tema que sempre voltou à discussão – e a redução da idade para o trabalho. Uma das propostas permitia o trabalho sob regime de tempo parcial a partir dos quatorze anos.⁴¹ Voltou à tona também a questão da educação sem castigos severos: um projeto de lei de 2019 propôs revogar a Lei 13.010/2014, conhecida informalmente como "Lei da Palmada".⁴²

Já outra proposição legislativa tentou permitir o trabalho de adolescentes a partir de 14 anos como cuidadores de idosos, crianças, pessoas com deficiência ou doença rara, contrariando a proibição de crianças e de adolescentes trabalharem como aprendizes em domicílios.⁴³ A Fundação atuou para evitar essa permissão, e o projeto de lei, que regulamentava a profissão de cuidador, foi aprovado pelo Congresso (em 2019) com a exigência de que esses profissionais sejam maiores de 18 anos.

Outras vitórias obtidas com a contribuição da organização foram a sanção da lei que proíbe o casamento infantil antes dos 16 anos de idade⁴⁴ e a manutenção dos vetos de artigos da Lei nº 13.675/18, que organiza o Sistema Único de Segurança Pública, e que eram desnecessários ou conflitantes com o arcabouço já existente, como o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Vale lembrar que, ao lado de todos esses trabalhos de acompanhamento legislativo, a organização continuou atuante como membro de fóruns e conselhos, como o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança (CONANDA) e Rede Nacional Primeira Infância.

No ano de 2020, marcado pela pandemia do novo coronavírus, a Fundação manteve seus principais programas, mesmo com as dificuldades enfrentadas por todos. A pandemia trouxe dificuldades adicionais para crianças e adolescentes brasileiros, que ficaram mais vulneráveis pela interrupção das aulas presenciais, ocasionando não só prejuízos para a aprendizagem, mas também pela falta de alimentação fornecida pelas escolas. E, ainda, pela maior exposição à violência e pelo aumento das desigualdades, já que muitos não tinham condições de acessar as aulas de forma remota.

Toda a crise econômica advinda da pandemia trouxe também queda na arrecadação de recursos da Fundação. Mesmo assim, suas atividades beneficiaram mais de 70 mil crianças e adolescentes no ano. Dada a situação inédita e grave, a Fundação atuou também por meio de ações emergenciais para distribuir cestas básicas e itens de higiene e limpeza para famílias passando por dificuldades – por meio da Rede Nossas Crianças, foram distribuídas 24,3 mil delas, beneficiando 15,8 mil famílias.



Uma grande vitória para o país ocorrida no campo da educação, em 2020, foi a inclusão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) na Constituição.¹⁴⁵ O fundo estava previsto para ser encerrado em 2020, o que teria efeitos muito negativos sobre o financiamento da educação no Brasil. A Fundação, ao lado de outras entidades, lutou para aprovação da Proposta de Emenda Constitucional que propunha tornar o Fundeb permanente (constitucionalizado).¹⁴⁶ O objetivo era o de tornar o fundo uma política de Estado, conferindo estabilidade a ela.

Para isso, a organização vinha atuando desde 2016 e intensificou os seus trabalhos de incidência em 2017 e 2020. Ela defendeu que a União aumentasse a sua participação para o fundo, que também é abastecido com recursos de estados e municípios. Outro ponto considerado importante foi o aumento dos investimentos, via Fundeb, na Educação Infantil, que é a etapa mais cara da educação, mas que recebe proporcionalmente menos recursos – a Fundação atuou para incluir no texto da PEC a relevância dessa etapa da educação.

Espera-se que o novo Fundeb contribua para reduzir as desigualdades educacionais, além de estimular o aprimoramento da qualidade da educação do país. A Emenda foi aprovada em agosto e, posteriormente, era necessário regulamentar a distribuição dos recursos – para que isso se desse de forma positiva à educação, a Fundação atuou, com a iniciativa Todos pela Educação, por meio da incidência política.

Os números de 2020, ainda que reflitam os efeitos adversos da pandemia, mostram bem a capacidade multiplicadora da Fundação e de como a sua atuação impacta milhões de crianças e de adolescentes – indicando que o caminho escolhido lá no início, em 1990, de atuar por meio da conscientização, articulação, mobilização, qualificação e incidência sobre políticas públicas voltadas para esse público, dá resultados positivos e tem enorme poder multiplicador.

Só no âmbito do Programa Empresa Amiga da Criança, 2,8 milhões de crianças e de adolescentes foram beneficiadas pelas ações das empresas em 2020. Apenas nesse último ano, as companhias doaram R\$ 1,6 bilhão aos Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente e investiram R\$ 112,8 milhões em ações para o público infantojuvenil.



E, no âmbito do Prefeito Amigo da Criança, a 6ª edição do programa (2017-2020) obteve a adesão de 2.346 prefeitos (848 permaneceram até a avaliação final e 125 obtiveram o reconhecimento de Prefeito Amigo da Criança). Os municípios participantes abriram 939 pré-escolas e criaram 35,6 mil vagas para crianças de 4 e 5 anos, abriram 430 creches e ampliaram 31,3 mil vagas em centros de educação infantil (até 3 anos), entre outras realizações. Na área de saúde, 32 deles acrescentaram novos leitos de maternidade (753 leitos), 54 reduziram a taxa de mortalidade infantil, 20 criaram Centros de Atendimento Psicossocial Infantil. E, em proteção, definiram procedimentos de atendimento de casos de violência contra crianças e adolescentes (124 municípios) e de identificação de trabalho infantil (114), criaram e colocaram em funcionamento comitês de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes (61) e de prevenção e erradicação do trabalho infantil (61).

Os números de beneficiados dos programas Prefeito Amigo da Criança e Empresa Amiga da Criança não entram na estimativa de crianças e adolescentes beneficiados pela organização, uma vez que os recursos investidos provêm do setor produtivo e dos governos, e que a mensuração da população infantojuvenil beneficiada seria muito complexa. Se forem considerados seus outros projetos e programas, a Fundação Abrinq beneficiou 8.858.611 crianças e adolescentes ao longo de seus trinta anos. Foram concretizados 64 projetos e programas de saúde, educação e proteção, e monitoradas 6.842 proposições legislativas que impactavam crianças e adolescentes. Como dois de seus principais programas não entram nessas estatísticas, a sua atuação gerou benefícios indiretos para um número ainda maior de crianças e de adolescentes.

TRINTA E UM ANOS DE LUTAS E CONQUISTAS



Desde que a Fundação Abrinq foi criada, em 1990, muita coisa mudou na vida das crianças e dos adolescentes no Brasil – e para melhor. A mortalidade infantil reduziu consideravelmente, a escolaridade das crianças e dos adolescentes aumentou, muitas políticas públicas passaram a incluir esse público, várias leis foram aprovadas para beneficiá-lo e a consciência de que é importante proteger crianças e adolescentes também foi ampliada.

Alguns números ajudam a ilustrar melhor esses avanços. Em 1991, cerca de 191 mil crianças de 0 a 5 anos morreram no Brasil. Em 2019, os óbitos de bebês até 1 ano (que são a maioria dos óbitos na faixa etária de 0 a 5 anos) foram estimados em 35,2 mil. No mesmo período (1991-2019), a taxa de mortalidade infantil (de recém-nascidos a bebês de até 1 ano) passou de 45,2 por mil nascidos vivos para 12,4 por mil nascidos vivos.

A taxa de atendimento de crianças de 7 a 14 anos à escola, que era de 89% em 1991, ampliou-se para 99,3% em 2018 – ou seja, o Ensino Fundamental foi praticamente universalizado.¹⁴⁷ No Ensino Médio, o avanço também foi notável: 62,3% dos adolescentes de 15 a 17 anos tinham acesso aos bancos escolares em 1991. Em 2019, esse percentual havia subido para 91,5%.

Com relação ao trabalho infantil, uma evolução considerável também se deu. Em 1990, estimava-se que 9,6 milhões de crianças e de adolescentes estavam em situação de trabalho (22,3% da população dessa faixa etária). Em 2019, esse número era de cerca de 1,8 milhão (que correspondia a 4,6% dessa população).

Os avanços obtidos com relação aos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil, no entanto, ainda estão longe de serem suficientes, como os próprios indicadores mostram – afinal, a existência de quase 2 milhões de crianças e de adolescentes trabalhando é um motivo para que se continue combatendo o problema, a despeito de a situação já ter sido pior. Tampouco a existência de crianças e de adolescentes fora de creches, pré-escolas e escolas é motivo para comemorar.

E muito menos a ocorrência de mortes evitáveis ou a violência. De todas as mortes de crianças de até 1 ano ocorridas em 2019, por exemplo, 66% foram por causas perfeitamente evitáveis, o que significa que, só naquele ano, poderiam ter sido evitados os óbitos de mais de 23 mil bebês. O mesmo vale para a violência extrema – só em 2019, morreram por homicídio 6.941 crianças e adolescentes.¹⁴⁸



Há ainda outros campos nos quais a situação também não avançou como seria desejado e há mesmo ameaças de retrocesso com relação aos direitos garantidos por legislações, como as tentativas de reduzir a idade mínima para o trabalho ou a maioria penal.

“O aspecto em que menos caminhamos é a questão da violência doméstica e sexual contra a criança e a exploração sexual. Esse tema tem atualmente mais visibilidade do que no passado, com a existência de campanhas alertando sobre sinais de violência. Temos professores mais atentos e as próprias instituições governamentais mais preparadas. A situação melhorou, mas ainda há muito o que fazer nesse campo”, avalia o ex-presidente do conselho de administração da Fundação Abrinq, Carlos Alberto Tilkian.

“O Brasil continua com as mesmas dificuldades, o que nos mantém o estímulo de seguir agindo e trabalhando. A sociedade ainda não está cuidando de verdade dos temas das crianças no Brasil. Uma evidência disso é que o orçamento governamental voltado para a criança não aumenta”, considera Synésio Batista da Costa, presidente do conselho de administração.

A conquista de maiores fatias do orçamento para beneficiar crianças e adolescentes é de extrema importância para garantir os direitos desse público, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). “O atraso na implementação do ECA passa por dificuldades orçamentárias e vontade política. E também pelo combate à desigualdade, que carece de uma política integrada. As crianças moram com suas famílias, que também passam por dificuldades. Enquanto o bem-estar como um todo não for elevado, vai ser difícil avançar na implementação dos direitos previstos pelo Estatuto”, avalia Rubens Naves, ex-presidente do conselho de administração.

Ainda há muito o que avançar, mas é importante reconhecer as conquistas com relação aos direitos e às condições de vida das crianças e dos adolescentes brasileiros nos últimos trinta anos. Elas foram fruto da luta e da união de pessoas que acreditaram num futuro melhor. Empresas e pessoas físicas que doaram recursos e conhecimentos, organizações não governamentais, voluntários, governos, educadores, sindicatos, movimentos sociais, religiosos – todos contribuíram para a causa. A Fundação Abrinq desempenhou um papel importante na construção de uma realidade melhor para as crianças e os adolescentes do país, articulando diferentes atores sociais em prol desse público.

Muitos de seus programas, como o Prefeito Amigo da Criança, o Presidente Amigo da Criança e o Empresa Amiga da Criança, tiveram grande efeito multiplicador. Os dois primeiros contribuíram para a inclusão do público infantojuvenil na elaboração de políticas públicas que o beneficiaram, além da prestação de serviços de saúde e educação e da proteção em situações de risco. E o terceiro mobilizou o setor privado para direcionar recursos, conhecimentos e a promover ações efetivas em prol das crianças e dos adolescentes. Outros, como o Nossas Crianças, fizeram a diferença ao proporcionar atendimentos de qualidade para esse público, além de prestar auxílio gerencial, financeiro e pedagógico para várias entidades voltadas a essa parcela da população. Ao longo de seus trinta anos de existência, as atividades da organização beneficiaram 8.858.611 crianças e adolescentes no país.



Houve também melhorias impossíveis de serem quantificadas, como a mudança de mentalidade sobre o trabalho infantil e a consciência sobre a importância do respeito às crianças e aos adolescentes para o futuro do país. Além disso, a Fundação deixou um legado para o Terceiro Setor como um todo. Sua abordagem inovadora e profissional, calcada na articulação, na incidência política e na gestão profissional, despertou muitas pessoas e instituições para o trabalho que pode ser feito quando a sociedade civil também combate problemas sociais e apoia a elaboração e o aprimoramento de políticas públicas.

As conquistas mostram que é possível avançar e que a visão organizacional da Fundação Abrinq, que expressa o que ela deseja para o futuro, “uma sociedade justa e responsável pela proteção e pleno desenvolvimento de suas crianças e adolescentes”, é possível de ser alcançada.

A Fundação continua acreditando na sua vocação de articular a união de diversos agentes, direcionando seus recursos e conhecimentos para projetos e programas voltados ao público infantojuvenil. A Fundação Abrinq renova a sua intenção de continuar lutando pelos direitos das crianças e dos adolescentes do Brasil e busca transformar a sua visão de futuro em realidade.

Parceiros que fazem a diferença

Todos os anos, a Fundação Abrinq atua, sem medir esforços, para promover e garantir os direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil. Ao longo de sua trajetória, desenvolveu 64 programas e projetos voltados para promover o acesso à educação de qualidade, saúde e proteção contra todos os tipos de violência. Ao todo, 6.842 proposições legislativas foram monitoradas e mais de 8 milhões de crianças e adolescentes tiveram os seus direitos assegurados.

Os resultados retratam um trabalho realizado com muita dedicação, muito amor e apoio. Todas as conquistas adquiridas nos últimos anos só foram possíveis porque a Fundação Abrinq contou com a ajuda e o engajamento de milhares de pessoas e empresas que acreditam em um futuro melhor. Pessoas e empresas, como a DSM e o Instituto Tortuga, que acreditam que a solidariedade pode, sim, mudar o mundo e não pensaram duas vezes antes de fazer o bem para o próximo.

DSM Brasil e Instituto Tortuga

A DSM é uma empresa de origem holandesa que chegou ao Brasil na década de 1980 e desde então vem expandindo a sua atuação tanto pelo crescimento orgânico quanto por meio de aquisições. Caminhando ao lado desse avanço, veio também a intensificação das ações de responsabilidade corporativa da companhia, que atua em vários segmentos, mas tem como foco a área de ciência e inovação. Sua atuação é concentrada em soluções e produtos voltados para uma vida sustentável e para a nutrição humana e animal – no seu portfólio estão vitaminas, ômega, probióticos, enzimas e fibras, entre outros.

Uma das importantes aquisições feitas pela DSM no Brasil ocorreu em 2012, com a compra da produtora de minerais orgânicos Tortuga. Essa havia criado, em 2005, o Instituto Tortuga pela Valorização do Cidadão, com a missão de “valorizar os conceitos de responsabilidade social, apoiando instituições, ONGs e prefeituras que têm como prioridade a educação e cultura de crianças e adolescentes”.

Data dessa época também o início da parceria com a Fundação Abrinq – a Tortuga era, desde o início da década de 2000, uma Empresa Amiga da Criança –, reconhecimento mantido pela DSM Brasil. “A parceria é importante porque fortalece nossas ações para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, tanto por meio do apoio a projetos mantidos pela Fundação quanto pelas informações e atualizações que ela nos proporciona”, afirma Cristina Rodrigues, diretora do Instituto Tortuga.

A preocupação da DSM com a responsabilidade socioambiental sempre foi um dos seus pilares de atuação. Suas ações são realizadas tanto de forma direta quanto por meio do instituto. Com relação a crianças e adolescentes, são desenvolvidos projetos nas áreas de cidadania, saúde, meio ambiente e profissionalização. Essas iniciativas ocorrem principalmente em cidades onde a DSM tem unidades produtivas, como em Mairinque (SP) e São Gonçalo do Amarante (CE), embora não estejam restritas a essas localidades.

O Projeto Jovem Profissional busca contribuir para o desenvolvimento profissional e pessoal de adolescentes, provendo-os com informações sobre o mercado de trabalho, levantando pontos para reflexão e despertando a curiosidade quanto aos vários campos profissionais. A ideia é dar subsídios para que eles possam optar por suas carreiras de forma mais embasada. Em Mairinque, já foram atendidos cerca de 6,4 mil estudantes de 12 escolas municipais de 2010 a 2020, por meio de parceria com a Secretaria Municipal de Educação. Outra iniciativa do instituto é a participação no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Mairinque.

A contribuição à formação profissional dos jovens também foi estendida em 2019 a 45 municípios do Ceará. Isso se deu de forma indireta por meio do apoio ao Programa Agrinho do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Ceará, que naquele ano contemplou 600 escolas, 72,8 mil alunos e mais de cinco mil professores.

Além disso, há apoio a atividades desenvolvidas por outras organizações. Na Fundação Abrinq, o instituto apoiou o Programa Creche para todas as crianças. Na organização Projeto Palco, o suporte se dá ao projeto Papo Firmeza (no bairro do Jaguaré, cidade de São Paulo). O apoio beneficiou também o Instituto Reciclar, que atende jovens em situação de vulnerabilidade e de risco social nas cidades de São Paulo e de Osasco (SP). Paralelamente a todas as atividades educativas, a DSM e o Instituto Tortuga realizam doações emergenciais para outras instituições.

A ação da DSM na área de responsabilidade corporativa se faz em acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) mais ligados à atividade da companhia e aos setores em que ela atua, explica Zenaide Guerra, vice-presidente do Instituto Tortuga. O foco está nas iniciativas que atuam sobre: o combate à fome (fome zero é o objetivo 2), boa saúde e bem-estar (ODS 3), energia acessível e limpa (ODS 7), consumo e produção responsáveis (ODS 12) e combate às alterações climáticas (ODS 13).



Fontes

- Lei 6.69779. Foi revogada pelo ECA.
- A aprovação da CDC por parte da Assembleia Geral da ONU ocorreu em 20/11/1989, e ela entrou em vigor internacional em 02/09/90. O governo brasileiro foi um dos primeiros a ratificar a Convenção, o que ocorreu em 24/09/90. Ela entrou em vigor no Brasil em 23/10/90.
- A Convenção considera criança todas as pessoas com menos de dezoito anos.
- UNICEF, “30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança: avanços e desafios para meninas e meninos no Brasil”, 2019, p. 8.
- Fonte: IBGE – Percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Disponível em: sidra.ibge.gov.br/tabela/1736#resultado – acessado em: 02/10/2020.
- Fonte: IBGE – disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/contas-nacionais.html. Acessado em: 02/10/20.
- Lei 8.069, de 13/07/90
- Lei 6.69779. Foi revogada pelo ECA.
- O Código definia como situação irregular o “menor” “privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória”, “vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável”, “em perigo moral” (contrário aos bons costumes), “privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável”, “Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária” e “autor de infração penal”.
- UNICEF, “30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança: avanços e desafios para meninas e meninos no Brasil”, 2019, p. 14.
- Criado pela Lei nº 8.242/91.
- Os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fundos DCA) podem ser municipais e estaduais e viabilizam financeiramente o SGD. Eles recebem recursos dos orçamentos públicos e de doações incentivadas de pessoas físicas e jurídicas, e a aplicação dos seus recursos é decidida pelos conselhos de direitos estaduais e municipais.
- FRANÇA, E. B et al. “Principais causas da mortalidade na infância no Brasil, em 1990 e 2015: estimativas do estudo de Carga Global de Doença”, 2017, p. 51.
- Rede Interagencial de Informação para a Saúde, “Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações”, 2008, p. 108 e 109. A taxa tende a ser considerada elevada quando é igual ou superior a 50 óbitos por mil nascidos vivos (a cada mil bebês nascidos vivos, 50 morrem antes de completarem um ano), média (de 20 a 49 óbitos por mil nascidos vivos) e baixa (menos de 20 óbitos por mil nascidos vivos), embora esses valores devam ser revisados periodicamente em função de variações no perfil epidemiológico.
- FRANÇA, E. B et al. “Principais causas da mortalidade na infância no Brasil, em 1990 e 2015: estimativas do estudo de Carga Global de Doença”, 2017 p. 53.
- IBGE. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1176. Acessado em: 01/10/20. Dados de prevalência de desnutrição total em 1989.
- INEP, “A educação no Brasil na década de 90: 1991-2000”, 2003, p. 25.
- INEP, “A educação no Brasil na década de 90: 1991-2000”, 2003, p. 24.
- INEP, “A educação no Brasil na década de 90: 1991-2000”, 2003, p. 58 e p. 91.
- INEP, “A educação no Brasil na década de 90: 1991-2000”, 2003, p. 67 e p. 94.
- Muitas dessas crianças e adolescentes são informalmente adotadas pelas famílias para as quais trabalham. Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a guarda de uma criança estabelece responsabilidades ao seu tutor ou guardião, que lhe deve prestar assistência material, educacional e moral. A Lei da Aprendizagem veda o trabalho doméstico como aprendiz, já que esse pressupõe uma formação teórica condizente, aliada à formação prática, e estabelece jornadas máximas de seis horas de trabalho para os adolescentes (maiores de 14 anos) que cursam o Ensino Fundamental e de oito horas para os que cursam o Ensino Médio.
- OIT, “Boas práticas de combate ao trabalho infantil”, 2003, p. 34.
- SCHWARTZMAN, S. “Trabalho Infantil no Brasil”, 2001, citado em “Boas práticas de combate ao trabalho infantil”, 2003, p. 41.
- A frente foi coordenada durante a década de 1990 pela deputada Rita Camata. Outros nomes ativos da frente na década de 1990 foram Aloizio Mercadante, Benedita da Silva, Nelson Aguiar e Ronan Tito.
- OIT, “Boas práticas de combate ao trabalho infantil”, 2003, p. 29.
- OIT, “O fim do trabalho infantil: Um objetivo ao nosso alcance”, 2006, p. 24.
- O Fundef foi substituído, em 2006, pelo Fundeb.
- INEP, “A educação no Brasil na década de 90: 1991-2000”, 2003, p. 24, 25, 58 e 91.
- SCHWARTZMAN, S. “Trabalho Infantil no Brasil”, 2001, citado em “Boas práticas de combate ao trabalho infantil”, 2003, p. 41.
- PNAD/IBGE, citado em OIT, “Boas práticas de combate ao trabalho infantil”, 2003, p. 41.
- Rede Interagencial de Informação para a Saúde, “Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações”, 2008, p.119.
- WASELFI SZ, J. J. “Mapa da Violência III, 2002, p. 9.
- WASELFI SZ, J. J. “Mapa da Violência III, 2002, p. 26 e p. 29.
- Fonte: IBGE. Disponível em: https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=3&op=0&vcodigo=MS45&t=taxa-mortalidade-especifica-causas-externas-jovens. Acessado em: 22/01/21.
- A premiação já teve periodicidades anual e bianual.
- O Estado de São Paulo, “Passeata das crianças em São Paulo reúne 5 mil”, 01/08/90.
- Criado pela Lei nº 8.242/91.
- Criado pela Lei Estadual nº 8.074/92 e regulamentado pelos Decretos Estaduais nº 39.059/1994 e 39.104/1994.
- Criado pela Lei nº 11.123/91.
- De 1988 até 1998, a Constituição permitiu o trabalho de maiores de 12 anos na condição de aprendiz e de maiores de 14 anos no trabalho comum. Em 1998, as idades foram elevadas para 14 anos e 16 anos. A condição de menor aprendiz não é válida para trabalhadores domésticos.
- Definição dada pelo III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (2019-2022).
- A peça “Empresário” ganhou prêmios no Festival Internacional Cinema Publicitário/NY e no XI Prêmio Colunistas/SP.
- Fundação Abrinq, “Uma história de ação: 1990-1997”, p. 18.
- Depoimento publicado em “Uma história de ação: 1990-1997”, Fundação Abrinq.
- Quando a parceria com a Fundação W.K. Kellogg terminou, dois novos apoios empresariais continuaram a torná-lo viável: Panamco/Spal e Cardsystem Upsi.
- O FNPETI foi criado em 1994, antes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que data de 1996.
- Em 1997, já eram 902 Empresas Amigas da Criança e 360 mil crianças beneficiadas.

- A equipe incluía os repórteres Álvaro Oliveira e Giuliano Cedroni e os fotógrafos João Ripper e Gianne Carvalho.
- Em 1997, o projeto contava com 65 profissionais da imprensa.
- Outros apoiadores foram GSK e Instituto Sabin. Desde 2007, a Copagaz foi a sua patrocinadora *master*.
- Em 1993, eram beneficiadas 6,7 mil crianças. No ano seguinte, mais que o dobro: 14,4 mil. Outro grande salto veio em 1996, quando 196 mil crianças foram beneficiadas. Em 1997, foram 364 mil.
- A Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho data de 1999.
- A Convenção considerou crianças todos os menores de 18 anos.
- Lei 10.097/00.
- A idade foi aumentada pela Emenda Constitucional 20/98.
- Foi necessário aumentar as idades para 14 anos (aprendiz) e 16 anos para que o Brasil pudesse ratificar a Convenção 138 da OIT (de 1973), que previa a elevação gradual da idade mínima para o trabalho e que especificava que ela devia ser superior a 15 anos. A ratificação da Convenção veio em 2001.
- O Sistema S é composto por nove entidades administradas por federações e confederações empresariais, tais como o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).
- Decreto 5.598/05.
- SCHWARTZMAN, S. “Trabalho Infantil no Brasil”, 2001, citado em “Boas práticas de combate ao trabalho infantil”, 2003, p. 41.
- CARVALHO, L. “Valsa brasileira: do boom ao caos econômico”, 2018, p. 19.
- “Frente parlamentar em defesa dos direitos da criança e do adolescente – uma experiência brasileira”, 2006, p. 28.
- Os protocolos facultativos servem para complementar ou aprofundar temas dos tratados existentes.
- O Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional 53/2006 e regulamentado pela Lei 11.494/2007.
- As alterações foram introduzidas pela Lei 11.274/06.
- Decreto 6.481/08.
- A Emenda Constitucional 59/09, que ampliou o ensino obrigatório, foi regulamentada por meio da Lei 12.796/13, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
- FAUSTO, B. “História concisa do Brasil”, 2018, p. 361.
- As estatísticas consideram valores constantes (descontada a inflação de cada período). Fonte: Banco Mundial. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KN?locations=BR. Acessado em: 22/01/21.
- FAUSTO, B., “História concisa do Brasil”, 2018, p. 355.
- BRASIL. Ministério da Educação. “Relatório Educação para todos no Brasil 2000-2015”, 2014, p. 63.
- INEP, “A educação no Brasil na década de 90: 1991-2000”, 2003, p. 25.
- Todos pela Educação e Editora Moderna, “Anuário Brasileiro de Educação Básica 2019”, 2019, p.31.
- INEP, “A educação no Brasil na década de 90: 1991-2000”, 2003, p. 25.
- Todos pela Educação e Editora Moderna, “Anuário Brasileiro de Educação Básica 2019”, 2019, p. 37.
- Fonte: INEP, “A educação no Brasil na década de 90: 1991-2000”, 2003, p. 58 e p. 88 e IBGE. Disponível em: https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=9&op=2&vcodigo=M15&t=abandono-escolar-serie-ensino-medio-serie. Acessado em: 14.10.20.
- https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=9&op=2&vcodigo=M14&t=abandono-escolar-serie-ensino-fundamental-8 - Acessado em: 14.10.20.
- IBGE, PNAD 2008, citado em: “Relatório anual 2009”, Fundação Abrinq, 2009, p. 17.
- RMAC, “Um Brasil para as crianças e adolescentes – vol III”, 2010, p. 80 e 81.
- RMAC, “Um Brasil para as crianças e adolescentes – vol I”, 2004, 2, p. 38.
- Fundação Abrinq, “Relatório anual 2004”, 2004, p. 11.
- http://svs.aids.gov.br/dantps/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/saude-brasil/mortalidade-na-infancia/.
- RMAC, “Um Brasil para as crianças e adolescentes – IV relatório”, 2013, p. 15.
- RMAC, “Um Brasil para as crianças e adolescentes – III relatório”, 2010, p. 23.
- Fonte: IBGE. Disponível em: https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=3&op=0&vcodigo=MS45&t=taxa-mortalidade-especifica-causas-externas-jovens. Acessado em: 14/10/20.
- Dados do Ministério da Saúde, citados em Fundação Abrinq, “Relatório anual 2008”, 2008, p. 22.
- RMAC, “Um Brasil para as crianças e os adolescentes – V relatório”, p. 79.
- Fundação Abrinq, “Uma história de luta pela criança e pelo adolescente em parceria com empresas”, 2007, p.47, com base em dados do IBGE/CENAD.
- De 2005-2008 (terceira edição do programa), 2.263 prefeitos aderiram e 132 foram agraciados com o prêmio. No exercício de 2009-2012, houve 1.556 adesões e 183 receberam o reconhecimento.
- Em 2008, a premiação voltou a ser realizada anualmente.
- Em 2009, eram 880 instituições privadas que, juntas, investiram R\$ 3,4 bilhões em programas voltados para crianças e adolescentes. Fundação Abrinq, “Relatório anual 2009”, 2009, p. 38.
- Fundação Abrinq, “Relatório anual 2005”, 2005, p. 21.
- Por meio do Decreto 5.598/05.
- Folha de São Paulo, “Grupo realiza manifestação para pedir aprovação rápida do Fundeb”, 09/03/2006.
- Por meio da Lei 11.949/07.
- Os parceiros foram: P&G Brasil (patrocínio máster), Shopping Ibirapuera (colaborador), Trelleborg (em parceria com a Save the Children Suécia, patrocínio *master*), Samsung (patrocínio *master*), Brandilli (apoiador), Embaixada da Irlanda (colaborador) e, desde 2015, Instituto Cyrella (patrocínio *master*).
- Em 2005, estimava-se que 81,9% dos municípios tinham CMDCA e 76,5% possuíam conselhos tutelares, de acordo com: Fundação Abrinq, “Relatório anual 2005”, 2005, p. 21, com base em dados do Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (Sipia).
- Fundação Abrinq, “Relatório anual 2008”, 2008, p. 21.
- O sistema foi aprovado em 2012, cinco anos após a proposição do projeto. Ele é matéria da Lei 12.594/12.
- Rede de Monitoramento Amiga da Criança, “Um Brasil para as crianças e os adolescentes – V relatório”, p. 21.
- RMAC, “Um Brasil para as crianças e os adolescentes – V relatório”, p. 22.
- UNICEF, Organização Mundial da Saúde (OMS) e Banco Mundial, “Tendências e níveis de mortalidade infantil: relatório mundial 2013”, citados em: “Um Brasil para as crianças e os adolescentes – V relatório”, p. 21, Rede de Monitoramento Amiga da Criança.
- RMAC, “Um Brasil para as crianças e os adolescentes – VI relatório”, p. 71.

102. Em 2015, o investimento público em educação correspondia a 6,2% do PIB, sendo 4,9% na Educação Básica e 1,3% no Ensino Superior, segundo: Todos pela Educação e Editora Moderna, “Anuário Brasileiro de Educação Básica 2020”, 2020, p. 119.

103. Conselho Nacional do Ministério Público, “Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros”, 2019, p. 8.

104. RMAC, “Um Brasil para as crianças e os adolescentes – V relatório”, 2015, p. 15.

105. Idem.

106. RMAC, “Um Brasil para as crianças e os adolescentes – V relatório”, 2015, p. 12.

107. Fonte: Banco Mundial. Considera o PIB a valores constantes. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.KD.ZG?end=2019&locations=BR&start=1961&view=chart. Acessado em: 16/03/21.

108. Por meio da Lei 12.978/14.

109. O Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre um Procedimento de Comunicações foi aprovado na ONU em 2011 e entrou em vigor em 2014, mas o Brasil o ratificou apenas em setembro de 2017.

110. Fonte: IBGE. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29738-trabalho-infantil-cai-em-2019-mas-1-8-milhao-de-criancas-estavam-nessa-situacao.

Acessado em: 22/01/21.

111. RMAC, “Um Brasil para as crianças e os adolescentes – VI relatório”, 2018, p. 22.

112. UNICEF, “30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança: avanços e desafios para meninas e meninos no Brasil”, 2019, p. 21.

113. Fonte: Banco Mundial. Considera o PIB a valores constantes. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.KD.ZG?end=2019&locations=BR&start=1961&view=chart. Acessado em: 16/03/21.

114. Lei 13.257/16.

115. Lei 13.434/7, que entrou em vigor em 2018.

116. Na tentativa de solucionar o problema, em 2019, a Lei foi objeto de um Pacto Nacional pela sua implementação, do qual participaram vários ministérios e várias entidades.

117. Lei 13.718/8.

118. Fonte: Banco Mundial. A estatística considera preços constantes. Disponível em : https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.KN?end=2019&locations=BR&start=1961&view=chart. Acessado em: 16/03/21.

119. O IPCA ficou em 2,9% (2017) e 3,7% (2018). Fonte: IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.

html?=&t=series-historicas. Acessado em: 22/09/20.

120. Todos pela Educação e Editora Moderna, “Anuário Brasileiro de Educação Básica 2019”, p. 31

121. Todos pela Educação e Editora Moderna, “Anuário Brasileiro de Educação Básica 2019”, p. 66.

122. Todos pela Educação e Editora Moderna, “Anuário Brasileiro de Educação Básica 2019”, p. 31.

123. Todos pela Educação e Editora Moderna, “Anuário Brasileiro de Educação Básica 2019”, p. 37 e p. 66.

124. Todos pela Educação e Editora Moderna, “Anuário Brasileiro de Educação Básica 2019”, p. 37.

125. UNICEF, “30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança: avanços e desafios para meninas e meninos no Brasil”, 2019, p. 23.

126. Todos pela Educação e Editora Moderna, “Anuário Brasileiro de Educação Básica 2019”, p. 23.

127. Idem.

128. Fonte: Fundação Abrinq, “Cenário da infância e adolescência no Brasil”, 2021, p. 47, a partir de dados do Ministério da Saúde.

129. Fundação Abrinq, “Cenário da infância e adolescência no Brasil”, 2020, p. 54.

130. UNICEF, “30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança: avanços e desafios para meninas e meninos no Brasil”, 2019, p. 29.

131. Fundação Abrinq, “Cenário da infância e adolescência no Brasil 2020”, 2020, p. 86, 88 e 90.

132. Fonte: PNAD Contínua 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29738-trabalho-infantil-cai-em-2019-mas-1-8-milhao-de-criancas-estavam-nessa-situacao. Acessado em: 02/03/21.

133. Fonte: PNAD Contínua 2019.

134. As pessoas físicas se tomaram, em 2013, as maiores apoiadoras das causas da defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, ultrapassando as empresas e as agências internacionais.

135. CANEJO, A., “Número de vítimas em tragédia no RJ pode ser 10 vezes maior, dizem entidades”. G1 Região Serrana, 10/08/2015.

136. PL 8.035/10.

137. Lei 13.010/14, aprovada em 2015.

138. Decreto 9.759/19

139. Até 2019, o projeto havia beneficiado 2,1 mil crianças, 32 profissionais e 8 escolas de Educação Básica da cidade.

140. Os lançamentos ocorreram em 2018 e 2019.

141. Proposta pela PEC 18/11.

142. PL 4275/19.

143. Proposta pelo PLC 11/16.

144. Lei 13.811/19.

145. Isso ocorreu em 25/08/2020 por meio da aprovação da Emenda Constitucional 108/2020.

146. Proposta nº 15/2015, da deputada Raquel Muniz.

147. Os números de 2018 consideram a faixa etária de 6 a 14 anos.

148. Fonte: “Observatório da criança e do adolescente” a partir de dados do Ministério da Saúde.

Referências bibliográficas

Agência Carta Maior, em São Paulo

Agência Carta Maior, em São Paulo

Agência Carta Maior, em São Paulo

AGÊNCIA CARTA MAIOR. Artistas participam de ato pela regulamentação da Lei do Aprendiz no Vale do Anhangabaú. 26/11/2005.

Disponível em: https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia-e-Redes-Sociais/Artistas-participam-de-ato-pela-regulamentacao-da-Lei-do-Aprendiz-no-Vale-do-Anhangabau/12/7832 - Acesso em: 23/10/2020.

ANGELO, CLAUDIO. Pacto vai evitar trabalho infantil. Folha de São Paulo, 04/12/1997.

Disponível em: Htts://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff041218.htm - Acesso em:14/01/2021.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Presidente da Febem diz que está combatendo os problemas da instituição.

Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=264475 - Acesso em: 23/10/2020.

ASSIS, SIMONE GONÇALVES DE (org.) [et al.] Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009. BARBOSA, BIA. ONGs tentam interdição da Febem Tatuapé. Portal Carta Maior, 28/01/2004. Disponível em: https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/ONGs-tentam-interdicao-da-Febem-Tatuape/5/1071 - Acesso em: 20/10/2020.

BLECHER, NELSON. Uma geração pede passagem. Folha de São Paulo, 05/11/1989.

Disponível em: https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10773&keyword=Abrinq&anchor=4064672&origem=busca&originURL=&cpd=ababc3b79a23d996f261c0851e328b6 - Acesso em: 23/10/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Relatório Educação para todos no Brasil 2000-2015. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2014.

CANEJO, ANDRESSA. Número de vítimas em tragédia no RJ pode ser 10 vezes maior, dizem entidades. G1 Região Serrana. 10/08/2015.

Disponível em: http://glo.bo/iLiiiHL - Acesso em: 30/10/2020.

CARVALHO, LAURA. Valsa brasileira: do *boom* ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros. Brasília; CNMP, 2019.

DA SILVA, MARCO ANTONIO. Mobilização política e popular na construção do ECA: uma trajetória histórica.

Disponível em: https://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/colunas/mobilizacao-politica-e-popular-na-construcao-do-eca-uma-trajetoria-historica - Acesso em: 02/03/2020.

FAUSTO, BORIS. História concisa do Brasil. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. Grupo realiza manifestação para pedir aprovação rápida do Fundeb. 09/03/2006.

Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18436.shtml - Acesso em: 23/10/2020.

FRANÇA, ELISABETH BARBOSA ET ALLI. Principais causas da mortalidade na infância no Brasil, em 1990 e 2015: estimativas do estudo de Carga Global de Doença. Revista Brasileira de Epidemiologia, maio 2017, volume 20, suplemento 1: p. 46-60.

Disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/revistas/revista-brasileira-de-epidemiologia/rbe_supl1_mai2017/29495/ - Acesso em: 29/10/2020.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E SAVE THE CHILDREN SUÉCIA. Frente parlamentar em defesa dos direitos da criança e do adolescente – uma experiência brasileira. Rio de Janeiro: Save the Children Suécia, 2006.

FUNDAÇÃO ABRINQ. Uma história de ação: 1990-1997.

FUNDAÇÃO ABRINQ. Relatórios anuais de 2003 a 2019.

FUNDAÇÃO ABRINQ. Uma história de luta pela criança e adolescente em parceria com empresas. São Paulo: 2007.

FUNDAÇÃO ABRINQ. Cenário da infância e adolescência no Brasil 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). A educação no Brasil na década de 90: 1991-2000. Brasília: Inep/MEC, 2003. JORNAL DO BRASIL. Nas ruas, os executivos pedintes. 17/09/1993.

Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/98483 - Acesso em: 20/10/2020.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Passeata das crianças em São Paulo reúne 5 mil. 01/08/90.

https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19900801-35417-nac-0010-999-10-not.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Boas práticas de combate ao trabalho infantil. OIT, 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. O fim do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance. Genebra: OIT, 2006.

REDE DE MONITORAMENTO AMIGA DA CRIANÇA. Um Brasil para as crianças – A sociedade brasileira e os objetivos de desenvolvimento do milênio para a infância e adolescência – I relatório. Brasil, 2004.

REDE DE MONITORAMENTO AMIGA DA CRIANÇA. Um Brasil para as crianças e os adolescentes – A sociedade brasileira e os objetivos de desenvolvimento do milênio para a infância e adolescência – III relatório. São Paulo, 2010.

REDE DE MONITORAMENTO AMIGA DA CRIANÇA. Um Brasil para as crianças e os adolescentes – Gestão 2011-2014 avanços, desafios e perspectivas – IV relatório. São Paulo, 2013.

REDE DE MONITORAMENTO AMIGA DA CRIANÇA. Um Brasil para as crianças e os adolescentes – V relatório – Avaliação da gestão 2011-2014. São Paulo, 2015.

REDE DE MONITORAMENTO AMIGA DA CRIANÇA. Um Brasil para as crianças e os adolescentes – VI relatório – Avaliação da gestão 2015-2018. São Paulo, 2018.

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÃO PARA A SAÚDE. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.

ROSEMBLUM, CELIA. Um telefone na mão, uma ideia na cabeça. Valor Econômico, 20/08/2010.

ROSSI, CLÓVIS. Volks adota decisão contra trabalho infantil. Folha de São Paulo, 15/12/1995.

SCHWARCZ, LILIA MORITZ e STARLING, HELOISA MURGEL. Brasil, uma biografia. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TODOS PELA EDUCAÇÃO E EDITORA MODERNA. Anuário Brasileiro de Educação Básica 2020. Editora Moderna, 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO E EDITORA MODERNA. Anuário Brasileiro de Educação Básica 2019. Editora Moderna, 2019.

UNICEF. 30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança: avanços e desafios para meninas e meninos no Brasil. Coordenação editorial Elisa Meirelles Reis [et al.]. São Paulo: UNICEF, 2019.

UNICEF. #ECA25anos Estatuto da Criança e do Adolescente – Avanços e desafios para a infância e a adolescência no Brasil. 2015.

WASELFISZ, JULIO JACOBO. Mapa da Violência III. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002.



